

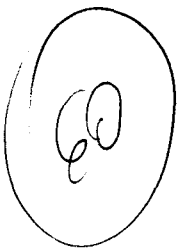
O ASPECTO EDUCATIVO DA PRÁTICA POLÍTICA

A Luta do Arrendo em Orizona

Walderês Nunes Loureiro

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre em
Educação.

Orientador: Dr. Cândido Grzybowski



Rio de Janeiro

Fundação Getúlio Vargas

Instituto de Estudos Avançados em Educação

Departamento de Filosofia da Educação

1982

II

A meus pais
que desde cedo
vivenciaram comigo
a empatia pelos oprimidos.

Aos trabalhadores rurais
que no anonimato de uma vida sofrida
conseguem força e esperança
para lutarem por uma vida melhor.

16-1

O ASPECTO EDUCATIVO DA PRÁTICA POLÍTICA

A Luta do Arrendo em Orizóna - GO ✓

Walderes^A Nunes Loureiro

SUMÁRIO

	p.
APRESENTAÇÃO.....	VII
RESUMO	IX
1. A EDUCAÇÃO NA ESCOLA E NA VIDA	1
1.1. <u>Interesse político e interesse profissional</u>	1
1.2. <u>A Educação Oficial na área rural</u>	2
1.3. <u>A Formação de Mão de Obra Agrícola</u>	4
1.4. <u>Lutas Camponesas e Educação</u>	7
1.5. <u>Uma nova concepção de Educação</u>	8
1.6. <u>As preocupações básicas deste trabalho</u>	9
1.6.1. A Luta Social na sua totalidade	10
1.6.2. A relação pedagógica Partido/Classe	14
1.6.3. A Luta Social como objeto de estudo	17
1.7. <u>A Concretização da Proposta</u>	20
1.7.1. Determinantes Histórico-estruturais da "Luta do Arrendo".....	22
1.7.2. A Luta do Arrendo	22
1.7.3. A Luta do Arrendo como uma prática educativa..	23
2. DETERMINANTES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS DA LUTA DO AR- RENDO	25
2.1. <u>Uberaba como Centro Comercial</u>	25
2.2. <u>Os primeiros moradores de Campo Limpo</u>	26
2.3. <u>Triângulo Mineiro e Sul de Goiás como produtores de alimentos</u>	28
2.4. <u>A Estrada de Ferro Goiás</u>	30
2.5. <u>A "região" do café passa a ser a "região da in - dústria</u>	31
2.6. <u>A Estrada de Ferro chega a Pires do Rio</u>	32
2.7. <u>O Mato Grosso Goiano: nova frente pioneira</u>	36

2.8. <u>Campo Limpo como centro produtor</u>	39
2.9. <u>As relações de produção em Campo Limpo</u>	41
2.10. <u>O Significado da Parceria em Campo Limpo</u>	44
2.11. <u>As dimensões ideológicas das relações entre fa- zendeiros e parceiros</u>	47
3. A LUTA DO ARRENDAMENTO	49
3.1. <u>As forças em luta</u>	49
3.1.1. Os Arrendatários e os Tatuíras	50
3.1.2. O Partido Comunista Brasileiro	55
3.1.3. O Poder organizado: o Estado	67
3.2. <u>O Desenrolar da Luta</u>	71
3.2.1. A Conjuntura e os Antecedentes	71
3.2.2. O primeiro enfrentamento	75
3.2.3. O segundo enfrentamento	78
3.2.4. A organização dos tatuíras e a repressão	80
3.2.5. A defesa dos camponeses	81
3.2.6. Novo ataque da polícia e nova defesa	82
3.2.7. O Impasse da Luta	84
3.2.8. A Ocupação das Matas	85
3.3. <u>Os Aliados</u>	89
3.3.1. Os trabalhadores urbanos	90
3.3.2. Os industriais, comerciantes e camadas médias.	93
3.3.3. Os espíritas	95
3.3.4. A Igreja Católica Apostólica Romana	98
3.3.5. A Igreja Católica Apostólica Brasileira	100
4. A LUTA DO ARRENDAMENTO COMO PRÁTICA EDUCATIVA	103
4.1. <u>O aspecto educativo da prática política</u>	103
4.2. <u>O partido político como educador</u>	107
4.3. <u>A proposta educativa do PCB</u>	111
4.3.1. A proposta do PCB para transformação da socie-	

dade brasileira	111
4.3.2. A Aliança Operário-camponesa	115
4.4. <u>A prática educativa do PCB na Luta do Arrendo</u> ..	126
4.4.1. Relação PCB e Camponeses	126
4.4.2. Organização e Consciência Camponesa	132
4.5. <u>A Luta do Arrendo como aprendizado social</u>	134
ABSTRACT	142
BIBLIOGRAFIA	143

APRESENTAÇÃO

Procurei neste trabalho reconstituir a Luta do Arrendo, que se deu no período de 1948 a 1952, em Campo Limpo, região do município de Orizona no Estado de Goiás.

O conflito foi reconstituído através de entrevistas com participantes diretos e indiretos e de consultas a jornais e livros da época sobre o assunto.

Este trabalho tem por objetivo a análise das relações pedagógicas estabelecidas durante a luta, especialmente entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como educador, e os camponeses, como educandos. Ambos, Partido e Classe estão inseridos numa situação propícia à aprendizagem, como é o caso de uma luta social.

O trabalho pretende ainda trazer à luz um tema que se faz presente em nossos dias, que é a relação Partido e Classe como uma relação pedagógica. Retoma assim a discussão a respeito do papel do partido político como educador.

O primeiro capítulo tem como finalidade descrever o meu processo de elaboração deste trabalho e apresentar as suas preocupações básicas.

O segundo visa apresentar os parâmetros da Luta do Arrendo, ou seja, as condições históricas que possibilitaram a existência do conflito.

Ao terceiro cabe a reconstituição propriamente dita da Luta do Arrendo.

Finalmente, o quarto e último capítulo analisa a prática político-pedagógica do Partido Comunista Brasileiro e dos camponeses arrendatários no desenrolar da luta.

Para finalizar esta apresentação, gostaria de agradecer a todos aqueles que contrubuíram para a realização deste trabalho e de ressaltar a contribuição de duas pessoas sem as quais essa dissertação não teria se concretizado: Marcos, companheiro participante de cada momento e Cândido Grzybowski, amigo e orientador eficiente, desde as idéias iniciais até a sua conclusão.

Agradeço também a colaboração inestimável das professoras Maria Julieta Costa Calazans e Zilah Xavier de Almeida, por sua participação na luta de nossa turma para que o curso se realizasse na modalidade como se realizou.

Agradeço ainda a contribuição imprescindível dos participantes da Luta do Arrendo e dos moradores de Pires do Rio e Orizona que me concederam tempo e atenção para as entrevistas.

RESUMO

Toda prática política é educativa porque, através dela, as pessoas adquirem ou transformam explicações da vida e novos conhecimentos e habilidades são assimilados. No caso específico de uma luta social, os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a realidade. Disto resulta conhecimento, resulta aprendizagem. Uma luta social concreta apresenta-se como um momento oportuno de análise das relações pedagógicas estabelecidas entre seus agentes. No caso da Luta do Arrendo em Orizona-GO, esta relação se dá entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os Camponeses. Durante a luta, o PCB, em determinados momentos, conseguiu o envolvimento dos camponeses nas atividades de organização, onde eles tinham, de fato, o poder de decisão. Neste momento, os camponeses foram preparados para o exercício do poder. No desenrolar da luta, quando as decisões foram centralizadas no Comitê Municipal de Pires do Rio, onde não havia participação de nenhum camponês, a relação pedagógica que se estabeleceu não conseguiu levar à autonomia da classe, mas contribuiu para a continuidade da sua condição de subordinada. A análise da Luta do Arrendo possibilita a retomada da discussão sobre a relação Partido e Classe e sobre o papel da vanguarda em uma luta concreta.

1. A EDUCAÇÃO NA ESCOLA E NA VIDA.

O processo de elaboração normalmente não aparece nas dissertações de mestrado, uma vez que estas registram somente o resultado final do trabalho. Mas para chegar ao produto, houve todo o dinamismo da elaboração, com suas dúvidas e contradições; é o processo do trabalho de pesquisa, que contém as emoções e os sentimentos do autor. Por isso considere importante, ao fazer a introdução desta dissertação, dizer das minhas preocupações, desde a escolha do tema até o seu tratamento final.

1.1. Interesse político e interesse profissional.

Antes mesmo de pensar em escrever uma dissertação de mestrado, existia em mim um interesse, que eu denominava de interesse político, de entender melhor as lutas camponesas atuais no norte do estado de Goiás. Algumas questões se colocavam: por que a concentração dessas lutas no norte do estado? Por que a luta envolve, como camponeses, principalmente os posseiros? Por que, atualmente, estes conflitos assumem características tão violentas? Seriam os posseiros de hoje, mais combativos que os de ontem?

Convivendo com estas preocupações, passo a conviver também com a necessidade de escolher um tema para a dissertação de mestrado. Assim, seguindo sem maiores reflexões o meu interesse predominante, teria escolhido como tema, de imediato, "As Lutas Camponesas em Goiás na década de 70".

Alguns empecilhos, no entanto, se colocaram. O principal deles, e que na época considereei intransponível, foi

que, sendo professora de História da Educação na Faculdade de Educação, e estando cursando um Mestrado em Educação, não poderia escolher um tema que não fosse educacional. Havia, pois, neste momento, dois interesses para mim inconciliáveis. Um, que era entender a luta dos camponeses, hoje, em Goiás, que denominei interesse político, e outro, por mim denominado interesse profissional, que era a necessidade de fazer uma dissertação em Educação.

Na minha percepção, existia uma dicotomia entre o político e o profissional, como se fossem interesses passíveis de separação. Diante do conflito estabelecido, optei pelo profissional porque considerei que no momento de uma dissertação de mestrado, a contribuição desta para o trabalho docente é primordial. Além disso, estudar a luta dos camponeses goianos implicava em entender de um campo novo para mim, que tenho formação acadêmica em Educação.

Definida esta primeira etapa, veio a necessidade de redefinir em Educação o que seria abordado. Mesmo abandonando o tema das lutas camponesas em Goiás, a história deste estado continuava para mim uma icógnita a ser decifrada. Decidi, então, dedicar-me a entender a História da Educação em Goiás, por meio da dissertação. Mas o campo de estudo me pareceu imenso.

1.2. A Educação Oficial na área rural

A estrutura econômica de Goiás é determinada pela agropecuária. Considerando que os homens estabelecem relações sociais de acordo com a produção e que, de acordo com esta, produzem também os princípios, as idéias, as categori

as de análise, a superestrutura enfim, pode-se afirmar que a estrutura econômica e a superestrutura formam um todo; a Educação como superestrutura faz parte deste todo. Se considerarmos a estrutura goiana como agrária, por dedução concluí que a educação no meio rural deveria ter um papel de destaque na História da Educação no estado.

Comecei a buscar as primeiras informações sobre a educação no meio rural em Goiás. Minha fonte inicial foi a Faculdade de Educação, onde trabalhava. Nesta primeira investida, consegui a informação de que a educação no meio rural em Goiás é insignificante. A seguir, procurei a Secretaria de Educação do estado e as informações conseguidas não diferiam muito das anteriores.

A própria dificuldade em conseguir os poucos dados disponíveis testemunhava o papel secundário da educação no meio rural. Neste ponto, uma questão já se colocava: por que um estado essencialmente agrário relega a educação do meio rural a plano tão secundário?

Esta questão fez-me perceber que a conclusão sobre a ligação entre a estrutura econômica agrária de Goiás e a educação no meio rural não correspondeu ao real. Isto porque a Educação não é um simples reflexo da estrutura econômica; a relação entre ambas em um momento histórico determinado é uma relação dialética. Mais importante do que constatar ou definir esta relação é analisar como ela existe e sob que condições se dá.

Minha idéia inicial era que ao proprietário de terras talvez não interessasse uma educação, no sentido de aquisição de conhecimentos não aplicáveis diretamente em sua fazenda. Quem sabe, interessava-lhe um conhecimento mais pro

duto como o da educação profissional?

Retornei à Secretaria de Educação em busca de dados sobre a educação profissional. Constatei que existem em Goiás três escolas de formação profissional rural, sendo que duas delas são mantidas pelo governo federal.

Resolvi, então, procurar a formação profissional que se faz fora da escola, através de outras instituições. Surpreendi-me com a gama enorme de instituições que executavam a formação profissional na área rural em Goiás, dentre as quais salientam-se as seguintes: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra - PIPMO, Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF, Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR, Empresas Agrícolas, Empresas Comerciais fornecedoras de produtos industrializados para a agricultura. Toda essa formação profissional tem como principal financiador o Estado, através do governo federal ou estadual.

1.3. A Formação de Mão de Obra Agrícola.

Decidi que o meu objeto de estudo, na dissertação seria a formação de mão de obra agrícola em Goiás. Com os estudos iniciais, percebi logo que a formação de mão de obra agrícola está intimamente ligada à acumulação do capital. Melhor desempenho da mão de obra acarreta maior produção, e esta, maior lucro. Além desta constatação, percebi que a acumulação é uma lei geral do capital, que se faz em todos os setores e de forma articulada, ou seja, a acumulação do capital na indústria não se faz desligada da mesma na agricultura. Junto com a expansão do capital no campo, nasce a extensão rural, e a formação de mão de obra destaca-se nela a

partir do momento em que a transferência de tecnologia (uso de maquinário, adubos, inseticidas) torna-se necessária. Transferir tecnologia significa criar necessidades, formar novos hábitos de consumo dos produtos industrializados.

Este consumo exerce duplo papel na acumulação capitalista. Um, que é viabilizar a acumulação na agropecuária em si mesma, através da modernização; o outro é viabilizar a acumulação nas indústrias urbanas. Assim, a formação de mão de obra, a transferência de tecnologia, é um dos meios de ligação entre essas duas formas de acumulação. O trabalho educativo é utilizado para criar necessidade de consumo do produto industrializado na produção agropecuária e, com este consumo, dá-se o aumento desta produção e o êxito do trabalho educativo.

Isto, no entanto, apenas em termos gerais, porque existem ainda as diferenciações dentro da categoria de proprietários de terras. O pequeno proprietário, por exemplo, consome os produtos industrializados mas, por lhe faltarem outras condições não vê aumentada sua renda líquida. Nesse caso, a acumulação na indústria subordina a produção agropecuária a seus interesses. Essa subordinação é viabilizada também pela formação de mão de obra, que cria nesse pequeno produtor a necessidade de consumir uma tecnologia sofisticada.

Estas artimanhas do capital são encobertas sob a explicação de que a formação de mão de obra beneficia, principalmente, o trabalhador. Este adquire uma habilidade profissional que irá, não só conseguir-lhe emprego, como proporcionar-lhe melhor remuneração. Segundo esta explicação, a formação de mão de obra beneficia o trabalhador, o cidadão, e como o papel do Estado é servir aos cidadãos, é sua obri-

gação financiar a formação de mão de obra.

O referencial teórico da formação de mão de obra é a teoria do capital humano que camufla a acumulação capitalista viabilizada pela formação de mão de obra, colocando-a como sendo feita a serviço do trabalhador.

Neste ponto do estudo cheguei a duas conclusões: a primeira é que não poderia deixar, nesta dissertação, de des mascarar a teoria do capital humano. Sua contestação consumiria grande parte do trabalho, o que fugia ao meu interesse, que continuava sendo o agrário goiano. A outra conclusão é que a formação de mão de obra na área rural em Goiás e os conflitos de terra na região norte do Estado possuíam um ponto em comum. Ambos estão ligados à expansão do capital no campo, sendo que a formação de mão de obra facilita a expansão do capital e os conflitos dificultam-na, mas ao mesmo tempo são inerentes a esta expansão, uma vez que ela não é feita sem violência, sem apropriação do trabalho acumulado do camponês.

Tanto o estudo da formação de mão de obra agrícola como o estudo dos movimentos camponeses passavam obrigatoriamente pela expansão do capital na agricultura. Mas, apesar de ambos conterem uma mesma questão, cada objeto de estudo tem a sua especificidade. E era justamente a especificidade da formação de mão de obra agrícola que fugia do meu centro de interesses.

Neste ponto, depois de ter um projeto pronto, com material coletado e bibliografia consultada, resolvi mudar o tema da dissertação, voltando aos movimentos sociais no campo em Goiás.

1.4. Lutas Camponesas e Educação.

Na convivência com o novo objeto de estudo, comecei a perceber que os conflitos no campo goiano não são de agora; estendem-se desde longo tempo, desde a entrada do colonizador. Mas é na década de 40 que se iniciam com uma direção política organizada as movimentações dos camponeses em Goiás.

Percebi ainda, que numa luta social há aquisição de conhecimentos: as classes em luta adquirem um saber que não tinham antes; isto é aprendizagem, é educação. As lutas sociais são, pois, eminentemente educativas. A relação que o Partido, num momento da luta, estabelece com a Classe que representa também é educativa. É uma relação educador-educando. Ambos estão inseridos e desafiados por uma situação problema onde soluções devem ser buscadas e, por isso, novos conhecimentos são adquiridos. Neste processo de aprendizagem, cabe especialmente ao Partido o papel de Educador, no sentido de coordenador do processo. A luta social, portanto, é uma prática político-pedagógica e a relação do Partido com a Classe nessa luta é também uma relação político-pedagógica. O papel educativo da luta social e do Partido passa a ser, a partir de então, o eixo principal do meu trabalho de pesquisa.

Neste ponto do estudo, uni os dois interesses: lutas camponesas e educação. Esse encontro fez-me refletir sobre o porquê de sua separação anterior e de sua junção no momento. Até então, o meu conceito de educação e de política eram reducionistas. A concepção de "político" estava reduzida a um momento de acirramento da luta de classes. Acontece

que a correlação de forças das classes sociais expressa-se em todos os níveis. Em cada campo particular, entretanto, e la assume sua especificidade.

1.5. Uma nova concepção de Educação.

Na educação, a luta de classes caracteriza-se por ser uma luta ideológica e uma luta pela aquisição de diferentes tipos de saber e de habilidades. A educação é utilizada pela classe dominante como instrumento de elaboração e difusão de sua ideologia. Mas a diversidade dos interesses da clientela, de objetos de estudo e o mínimo de autonomia que existe na relação pedagógica criam condições propícias para a diversidade de ideologias. A luta no campo da educação caracteriza-se, então, pela hegemonia de uma visão de mundo : quando uma classe consegue esta hegemonia através de várias formas, inclusive a educacional, tal fato significa que consolidou o poder sobre o restante da sociedade. A luta pela hegemonia é, portanto, uma luta pelo poder, uma luta política. Por isso, numa situação concreta, é necessário analisar o específico da Educação ligado ao geral da luta de classes.

Com esta reflexão percebi que não só havia ampliado a abrangência do campo educacional, como havia adquirido uma nova concepção de educação. Se eu restringisse o conceito de educação àquela exercida pelo sistema educacional, à educação escolar, seria inconciliável estudar luta camponesa e educação, porque em 1950 não existia escola para o camponês goiano; o Estado não lhe prestava esse serviço. Mas a educação não é uma ação exclusiva do sistema escolar, mesmo porque aqueles marginalizados pelo sistema têm suas formas educativas. Em minha nova concepção, educação é, antes

de tudo, formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens e ducam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se em diferentes práticas, não só na prática escolar.

Ségundo o pensamento dominante na sociedade, educação significa estudo; a educação escolar é, pois, o tipo hegemônico na sociedade, mas não é o único. Também neste aspecto, a concepção de educação da classe dominante torna-se a concepção dominante em toda a sociedade. Por isso, a História da Educação no Brasil é, geralmente, a história da instituição escolar, é a história das propostas educativas do sistema escolar. A prática das igrejas, da imprensa, dos sindicatos, dos partidos políticos, da família e outras mais ficam fora da História da Educação, como se não fossem educativas.

Portanto, História da Educação não significa apenas história da educação escolar, mas também história da educação exercida por outras agências educadoras. Quando se reduz a História da Educação à história da escola, restringem-se também os atores desta história; escreve-se a história da educação de uma classe como se fosse a história da educação de toda uma sociedade.

1.6. As preocupações básicas deste trabalho.

Esclarecido o caminho percorrido por mim neste estudo, trato agora de alguns aspectos do presente trabalho que poderão contribuir para avançar o conhecimento existente sobre o assunto.

1.6.1. A Luta Social na sua Totalidade.

Uma primeira preocupação deste trabalho foi a de recuperar uma luta social na sua totalidade, ou seja, recuperar a participação de todos os agentes envolvidos, vencidos e vencedores. O registro da História é, geralmente, feito pelos vencedores, e estes o fazem em função de si mesmos, conforme a sua visão de sociedade. Sendo assim, só são registradas suas ações, e ainda como se estas se dessem sem luta, sem conflito, porque, segundo os vencedores, vivemos numa sociedade na qual as classes convivem harmoniosamente.

Segundo a história oficial, o poder dos vencedores, que são a minoria, foi outorgado por todo o restante da sociedade. A atitude da maioria justifica-se, conforme esta explicação, como um reconhecimento à inteligência e capacidade de direção da minoria. É como se toda a sociedade percebesse que existe entre seus participantes somente um grupo capaz de conduzi-la. Recuperar, portanto, as lutas sociais em sua totalidade é recuperar o percurso das classes sociais em conflito, sem excluir a existência de determinados agentes; é definir que na história existe lugar para todos os agentes sociais e que estes representam interesses antagônicos e, por isso, a história acontece, se movimenta. É na luta de classes que a história é produzida, mas é devido à luta que ela própria é ocultada. É porque há interesses que divergem dos dominantes que o presente não é eterno. Se a história é feita de luta, existem vencidos e vencedores; mas a História Oficial é empática com os vencedores e exclui a outra classe desta memória, na qualidade de vencida.¹

¹Marilena Chauí desenvolve muito bem esta idéia em "Histó -

No Brasil, recuperar a totalidade das lutas sociais torna-se ainda mais importante, devido ao autoritarismo, à inexperiência democrática da nação. A censura e a repressão rechaçam o acontecimento real para o inconsciente e mantêm na memória somente a explicação dos vencedores sobre o acontecido. A memória social apaga-se mais depressa e a história oficial dos vencedores difunde-se e se estabelece com maior eficácia.

Quando a luta recuperada é de camponeses goianos, adquire um novo significado. Isto porque fala-se em vencidos e vencedores como se fossem dois blocos monolíticos. Em cada lado, no entanto, existem graus de vitória e de derrota, e também, participação diferente nas vantagens de vencedor e nas desvantagens de vencido. Não podemos falar em vencidos como um bloco unívoco, pois existem uns mais vencidos do que outros. E o camponês goiano² está na escala dos mais vencidos por duas razões: uma, porque o camponês, como tal, permanece fora da historiografia. Suas lutas e representações de classe são pouco analisadas pelos cientistas sociais. Outra razão é por ser de Goiás, que no conjunto da sociedade brasileira é um estado que tem um tipo específico de relações com o geral; é incorporado ao conjunto como um estado produtor de matérias primas e de produtos primários. Trata-se, pois, de um estado periférico em relação aos estados centrais. Por esta razão, o estudo de sua realidade é normalmente encarado como de importância secundária, perifé-

ria a Contrapelo"- prefácio do livro "O Silêncio dos Vencidos," de Edgar S. de Decca. São Paulo, Brasiliense, 1981.

² Neste trabalho denomina-se camponês ao trabalhador rural em geral, a todo aquele que tem uma atividade produtiva direta com a terra, independente da relação de trabalho.

rica.

Sendo assim, a história dos vencidos em Goiás está por escrever. É necessário montar a outra face de Goiás, a face dos que perderam.

Neste sentido, já coloco em dúvida algumas afirmações feitas em relação aos camponeses goianos. Afirma-se que a ocupação do sul do estado deu-se pacificamente, sem conflitos e que só o norte e meio norte do estado são áreas de conflito.³

Logo após o período de mineração, o sul de Goiás era povoado por camponeses que utilizavam a agricultura para sua subsistência. No final do século XIX, com a nova área de plantação de café no oeste de São Paulo, e mais tarde com a construção da estrada de ferro até Araguari e com a industrialização de São Paulo, estas terras do sul de Goiás foram valorizadas, tornando-se um lucrativo investimento para o capital. Os camponeses, moradores da região, foram expulsos, das mais diferentes formas, pelos novos proprietários. Não acredito que esse processo de expulsão se tenha dado de forma pacífica. Os camponeses deixavam moradia contendo anos de trabalho (plantação, derrubada das matas, casa, cercas, etc.) e partiam para o norte de Goiás onde recomeçariam a construção de uma nova morada. Será que faziam isto sem antes reagir? É pouco provável. Acredito que reação houve, mas esta não foi registrada na história de Goiás.

Evidentemente, os conflitos de hoje no norte goia

³Haroldo de Britto Guimarães faz estas afirmações confirmando declarações de outros especialistas em questões agrárias em Goiás, citados por ele. Cf. GUIMARÃES, Haroldo de Britto. O "Grilo" em Goiás: sua história, seus métodos e sua derrota. Revista de Direito. Goiânia, (9): 222-31, jun./73.

no têm outra dimensão; não só devido ao número de camponeses envolvidos, como também devido ao fato de que os camponeses expulsos não têm mais para onde correr. Até a Amazônia que era seu último reduto já é cobiçada e ocupada pelo grande capital.

O camponês do norte do estado encontra-se como um animal acuado que não tem outra saída a não ser defender-se. Abandonar sua terra, agora, já não significa começar tudo de novo em outras terras, como aconteceu durante a ocupação do sul do estado. Hoje, deixar as terras do norte significa mais do que isso: é deixar de ser camponês, é passar de camponês a "bóia-fria" ou, então, engrossar o número de subempregados das favelas da cidade.

Diante da ameaça dessa nova condição de vida, o camponês opta por lutar, por resistir e garantir a sua sobrevivência através da terra.

Houve uma mudança quantitativa e qualitativa entre as lutas de ontem e as de hoje; isto porque as circunstâncias mudaram. Mas a inexistência das de ontem, coloco em dúvida. Não acredito que as lutas sociais no campo goiano sejam um fenômeno da década de 50. O que existe, provavelmente, é a omissão dessas lutas na história oficial de Goiás. Exemplo disso, é a Luta do Arrendo, que até bem pouco tempo era ignorada até mesmo por moradores da região onde desenrolou-se. Outras lutas camponesas devem ter existido no sul de Goiás, porque sempre há reação dos oprimidos à dominação.

Vejo ainda, na recuperação das lutas do passado, um fator de aprendizagem para a atualidade. A reflexão crítica do passado pode lançar luz sobre a atuação presente. Além disso, dá ao trabalhador a força de perceber-se como um

continuador das lutas de seus companheiros, e não como um pioneiro, um iniciador. Esta retomada do passado pode mostrar às classes populares contemporâneas, os momentos em que os companheiros conseguem organizar-se, atuar independentemente, ter consciência de classe.

1.6.2. A Relação Pedagógica Partido/Classe.

A segunda preocupação deste trabalho é a relação partido/classe, destacando nessa relação a questão da consciência de classe, da educação de uma classe para a autonomia. Na perspectiva adotada, a consciência de classe não é algo que possa ser definido em abstrato, ou seja, não vamos estudar a consciência do camponês em geral, mas sim a consciência de camponeses determinados em circunstâncias também determinadas, numa situação concreta de luta. A consciência de classe, aqui, é vista como um elemento dinâmico que é perceptível num momento de enfrentamento com outros interesses de classe. É a capacidade que os camponeses terão de analisar a situação concreta da luta e elaborar ações adequadas a seus interesses, independente das outras classes em conflito. A consciência de classe poderá estar presente num momento, e ausente em outro, numa mesma luta. Para que o camponês tenha consciência de classe é preciso que ele se desvencilhe de uma visão de mundo dominante e adquira uma visão própria de sua classe. É um trabalho de educação que leva o camponês a desvencilhar-se da forma como concebe o mundo, forma essa que não atende aos interesses de sua classe, e aprender uma nova forma, adequada a sua classe.

Nesse processo de aprendizagem, o partido que representa uma classe oprimida tem uma função importante: de-

se desenvolver naquela classe uma capacidade de criticar a explicação difundida do real; liberá-la da forma dominante de pensar, porque esta corresponde aos interesses de outra classe, e não aos da sua. Neste caso, o papel do partido é desvendar as contradições da sociedade capitalista, é desmascarar a ideologia dominante; é facilitar aos representados a crítica da sua realidade e a aquisição da consciência de classe. Esta aquisição dá-se num processo de aprendizagem, de educação. Mas para que haja uma aprendizagem em direção à autonomia de classe, é necessário que os educandos participem de sua reeducação, ou sejam sujeitos com autonomia de pensamento. E não simples recipientes de onde será tirada uma visão e depositada outra. A substituição pura e simples de conhecimento do real não seria uma ação educativa para a autonomia; seria, isto sim, uma ação educativa para a dominação, que não levaria à autonomia de classe, mas a uma mudança de senhor. Mesmo sendo um senhor qualitativamente diferente, não deixaria de ser senhor; algo que dificulta a consciência de classe. Se o partido, na relação com a classe que representa, ao invés de levá-la a clarear a sua visão e estabelecer o seu caminho, traça-lhe caminhos e impõe-lhe uma visão, não representa esta classe, mas decide por ela.

Representação só ocorre quando o partido compreende e sente os problemas da classe, a tal ponto que consiga explicitá-los; quando consegue explicitar para a classe aquilo que para ela está implícito; é sentido, mas não compreendido devido às contradições da sociedade, devido à sua condição de classe explorada. O partido, então, deverá possibilitar a compreensão dessa exploração e desvendar as contradições da sociedade.

Entre o Partido e a classe que representa deve haver uma ligação orgânica, no sentido atribuído ao termo por Gramsci. Esta ligação não é mecânica, mas vivenciada. Deve ser uma conexão sentimental, sem a qual a relação do Partido com a classe que representa torna-se burocrática e formal.⁴

A ação educativa de um partido pode, pois, levar à autonomia, à libertação, à crítica e à consciência de classe. Mas pode também, pelo contrário, levar ao atrelamento, à dependência, à subordinação ao senso comum.

Na relação pedagógica Partido/Classe, o Partido não é sempre educador e a Classe, o educando. Mas, nesta relação, um aprende com o outro. Numa situação concreta de luta, ambos, Partido e Classe, serão educandos. A prática social da luta leva as classes e partidos envolvidos a adquirirem novos conhecimentos e a refazerem concepções existentes. A luta é uma situação problema em que todos os envolvidos buscam uma solução. É, portanto, um grande desafio à aprendizagem; é um momento particularmente educativo.

Neste trabalho, a ação educativa não será analisada em abstrato, mas sim na circunstância particular de uma

⁴ Gramsci desenvolve esse raciocínio, referindo-se à relação intelectual e povo. Mas o partido nada mais é do que a reunião de intelectuais orgânicos, tanto assim que Gramsci chama o Partido de intelectual coletivo. E a função do Partido é a de um intelectual organicamente ligado à classe que representa. Para maior esclarecimento dessa posição de Gramsci, cf. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira, 2a. ed. Rio de Janeiro, 1978; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980; El "Risorgimento". Argentina, Granica, 1974; Alguns Temas da Questão Meridional, s.n. t.

luta social. Sendo assim, esta ação será perceptível no seu dinamismo real, ou seja, a capacidade do Partido e da Classe de se educarem, seja para a autonomia, seja para a subordinação a outras classes. Numa mesma luta, o Partido pode comportar-se como um educador que leva a resultados diversos. Interesses antagônicos estão em conflito; ora o Partido consegue, ora não consegue defender os interesses da classe que representa.

Tanto a consciência de classe como a ação educativa do Partido e da própria luta, na formação desta consciência, é um processo trilhado pelos agentes em determinada circunstância histórica. Numa análise concreta de como atuam esses agentes, este trabalho pode contribuir para a discussão de um dos problemas mais atuais que é o da consciência de classe e o do papel educativo da luta social e do Partido na sua formação.

1.6.3. A luta social como objeto de estudo.

Em terceiro lugar, refiro-me à própria escolha do objeto de estudo, que é um momento de acirramento da luta de classes. Este estudo configura questões teóricas, como a relação Partido/Classe, consciência da classe camponesa, lutas camponesas em Goiás, mas principalmente a questão político-pedagógica de uma luta social e a dimensão educacional dos partidos políticos e a sua prática educativa. Ao fazê-lo, haverá a possibilidade de verificar como estas questões relacionam-se com as explicações teóricas existentes sobre elas e, se necessário, repensar estas explicações.

O estudo de uma luta específica poderá colocar em

dúvida uma explicação já elaborada e motivar outros estudos que, no conjunto, farão avançar o conhecimento do real. O verdadeiro conhecimento do real seria a adequação total da representação com a realidade; isso dá-se em um processo, é uma busca. Até o presente, o que a Humanidade conseguiu foram aproximações sucessivas do real. O conhecimento do objeto, portanto, é algo que se constrói por aproximação: quanto mais nos aproximamos da sua realidade, melhor o conhecemos, melhor o explicamos. Esta aproximação, no entanto, não é um movimento condicionado apenas pela vontade do pesquisador.

A pesquisa, a construção do conhecimento, não é uma atividade que se passa somente no cérebro do pesquisador. É uma atividade social que está inserida no conjunto do trabalho de uma sociedade. O pesquisador é um agente social e como tal não existe num contexto abstrato. Tanto ele, como a elaboração que faz do conhecimento, existem em condições históricas determinadas, numa estrutura social que os condiciona. Estes condicionamentos históricos e estruturais fazem com que ora nos distanciemos do real, ora nos aproximemos dele.⁵ A única forma, porém, de revermos as explicações sobre ele existentes e, conseqüentemente, diminuir a distância entre a explicação e o objeto explicado, é a volta ao objeto, ao real. Esse movimento do real à teoria e da teoria ao real permite as reformulações da teoria, um melhor conhecimento da realidade e uma maior possibilidade de intervenção dos homens neste real.

⁵ Sobre o compromisso do trabalho do pesquisador cf. GOLDMAN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia, 5a. ed. São Paulo, Difel, 1976 e MOREL, Regina L. de Moraes. A Pesquisa Científica e seus condicionamentos sociais. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

A teoria, portanto, é um instrumental que o pesquisador utiliza para desvendar a realidade. Para explicar o real, o pesquisador utiliza as teorias existentes, mas ao fazer a sua leitura desse real, novas questões são colocadas e ele cria novas explicações que serão incorporadas às já existentes. Assim dá-se a elaboração do conhecimento, processo de tornar a explicação da realidade cada vez mais inteligível e adequada ao seu objeto.⁶

A escolha desse objeto de pesquisa, que é uma luta social, já contém em si uma visão de sociedade dividida em classes antagônicas, cujo cotidiano é composto de conflitos entre adversários que se combatem. As classes lutam e aliam-se, dependendo da força de cada uma, em uma situação determinada. Numa disputa concreta de interesses, que é a luta social, as posições políticas, relações e alianças explicitam-se.

Este é um estudo de uma luta social num momento histórico determinado; trata-se, portanto, de um estudo de conjuntura, mas um estudo que levará em conta os fatores de ordem estrutural. Isto, porque considero estrutura e conjuntura inseparáveis. A estrutura é histórica, é construída a cada dia pelas ações conjunturais dos homens. Esses, apesar de construírem a história em condições determinadas, continuam agentes e, como tais, agem, transformam e criam dentro de condições herdadas, que são as estruturas; as ações dos homens são a conjuntura. Mas ao agir os homens modificam as condições herdadas. A estrutura, portanto, se realiza, se modifica, se constrói em cada conjuntura de uma sociedade. Daí

⁶ Para melhor esclarecimento sobre o papel da teoria na construção do conhecimento cf. LIMOEIRO C., Miriam. La construcción de conocimientos. México, Ed. Era, 1977.

a importância da especificidade, do singular, porque é no específico que se concretiza a estrutura.⁷ Por isso, este estudo levará em conta todos os fatores de ordem estrutural que servem de parâmetro à ação dos atores em cena, mas analisará, principalmente, o momento específico da luta.

1.7. A Concretização da Proposta.

Na década de 40, não se podia falar em movimento camponês em Goiás como um todo. Havia regiões de maiores conflitos, como a região da Estrada de Ferro, no sudeste goiano. Nesta região, o município de Orizona destaca-se, no período, pelo significado de uma luta camponesa. Esta luta desenrola-se na região de Campo Limpo, uma faixa de terra entre o Rio Corumbá e o Rio Piracanjuba (cf. Mapa nº 1).

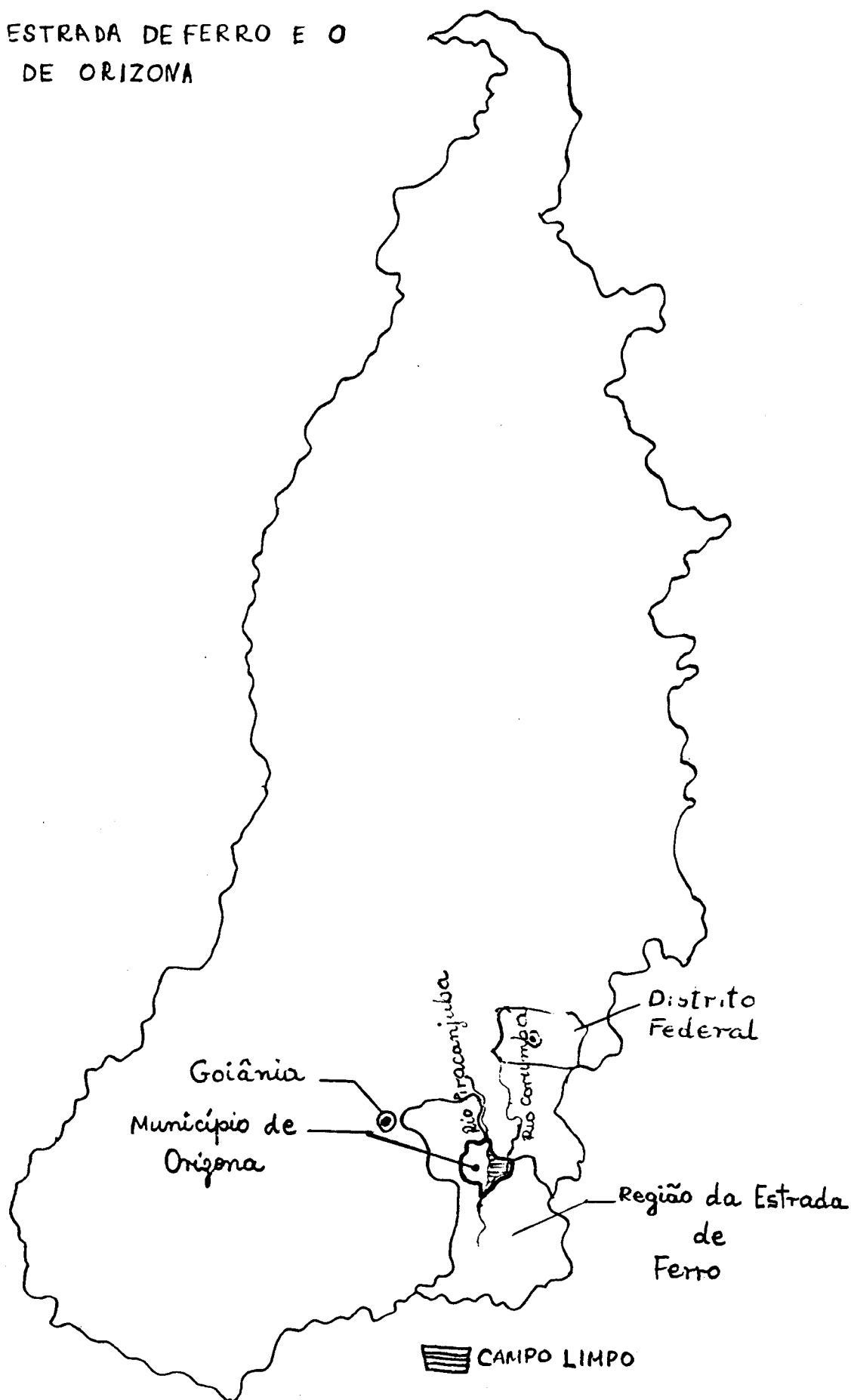
As movimentações ocorridas no local foram denominadas de "Luta do Arrendo", que foi empreendida pelos camponeses no período de 1948 a 1952. Os atores que participaram diretamente do conflito foram: os camponeses, os fazendeiros, o Partido Comunista Brasileiro,⁸ através do Comitê Municipal de Pires do Rio, e o Estado, através das prefeituras municipais de Pires do Rio e Orizona, polícia do estado e o governo estadual. O objetivo dos camponeses, com a Luta do

⁷ A relação entre estrutura e conjuntura é tratada por: MOISÉS, José Álvaro. Greve de Massa e Crise Política. São Paulo, Polis, 1978, especialmente o cap. 1; MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, especialmente a Introdução.

⁸ O Partido Comunista ao qual me refiro neste trabalho é o que se denominava, na época, Partido Comunista do Brasil (PCB). Mais tarde passa a adotar o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo, no entanto, a mesma sigla.

ESTADO DE GOIÁS

REGIÃO DA ESTRADA DE FERRO E O
MUNICÍPIO DE ORIZONA



Arrendo, era baixar a taxa de arrendamento paga aos proprietários de terra.

O estudo contém, além deste capítulo introdutório, três capítulos assim distribuídos:

1.7.1. Determinantes histórico-estruturais da "Luta do Arrendo".

Este capítulo pretende, além de apresentar para o leitor a região da luta, levantar as circunstâncias históricas que serviram de parâmetro para o seu desenrolar. Farei um levantamento da estrutura econômica e política da região, para o que serão utilizados dados dos Censos de 1920, 1940 e 1950, além de estudos já realizados sobre o Estado de Goiás, sobre a Estrada de Ferro Goiás e sobre Pires do Rio e Orizóna.

1.7.2. A Luta do Arrendo.

Trata-se do relato, o mais fiel possível da luta. É o registro de suas emoções, do seu processo, dos confrontos, das fugas, das vitórias e das derrotas. Aqui será feita uma análise dos agentes diretamente envolvidos. Além disso, analisarei neste capítulo o papel dos aliados das partes em conflito: A Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Católica Apostólica Brasileira, os Espíritas, os Trabalhadores Urbanos, os Industriais e os Comerciantes.

Para a elaboração deste capítulo serão utilizadas, principalmente, as entrevistas realizadas com participantes da luta e também com elementos da direção municipal e esta-

dual do Partido Comunista Brasileiro. Além disso, serão utilizadas notícias veiculadas a respeito da luta nos jornais da época.

No caso do Partido Comunista serão analisados também as propostas e programas relativos à atuação no campo a nível nacional e, mais especificamente, de atuação em Pires do Rio em comparação com o restante do estado de Goiás.

1.7.3. A Luta do Arrendo como uma prática educativa.

Nesta parte, à guisa de conclusão, será analisado: a relação Partido/Classe, como manifestou-se a consciência camponesa durante a prática da luta e qual foi o aprendizado decorrente da luta social empreendida.

Neste último capítulo serão retomadas as questões deste capítulo introdutório sobre a prática político-pedagógica que se desenvolve em uma luta social. Até agora, neste trabalho, a questão foi abordada de forma geral; no capítulo final ela será vista na especificidade da Luta do Arrendo.

Analiso, então, a atuação do Partido Comunista Brasileiro como educador no desenrolar da luta, especialmente na sua relação com os educandos, os camponeses de Campo Limpo. Para esta análise do papel do Partido Comunista Brasileiro como educador, remontarei à proposta do PCB a nível nacional e a participação do camponês nessa proposta. Isto porque o PCB é um partido com atuação e programas a nível nacional e, assim sendo, sua atuação em Campo Limpo, apesar da especificidade dela, foi influenciada pelos condicionamentos estruturais do partido.

A análise, contudo, será centrada na prática educativa do PCB, enquanto educador dos camponeses na Luta do Arrendo. Centrar-me-ei, para isso, nas formas de organização dos camponeses e através desta análise explicitarei se na relação do PCB com os camponeses, estes foram atores com vontade própria e, ainda, se durante a luta, a atuação do partido facilitou ou não a organização autônoma dos camponeses, a sua consciência de classe.

Esta será a parte teórica propriamente dita. Nella as questões centrais do trabalho serão analisadas em termos da leitura feita em uma luta específica, a Luta do Arrendo, e de sua relação com as explicações existentes.

2. DETERMINANTES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS DA "LUTA DO ARRENDO".

A relação colonial subordinou cada região do Brasil ao capitalismo mercantil. Mas apesar dessa relação Metrópole/Colônia, os níveis de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma das regiões eram diferenciados. Havia, portanto, diferenças marcantes nas formas de subordinação. Além disso, em cada região estabelecem-se subordinações internas. Este é o caso da hegemonia do Novo Oeste Paulista sobre os espaços à sua volta, estendendo-se para o Triângulo Mineiro e Goiás.

2.1. Uberaba como Centro Comercial

Nos meados do século XIX, quando o café chega ao oeste paulista, Uberaba transforma-se em centro comercial. O sal e outros produtos procedentes do porto de Santos eram comercializados em Uberaba. Para o transporte destes produtos, abriram-se estradas para o sul de Goiás.

Nesta época, a região de Uberaba recebe corrente migratória caracterizada por numerosas famílias abastadas, que abandonavam as lavras diamantinas em consequência da baixa do diamante, e vinham investir na nova cidade. Uberaba recebe neste período a denominação de Vila e, posteriormente, de cidade; sua população aumenta e também o comércio. Prova disso é que o sal, no período de 1857 a 1859, quadruplicou a sua venda. Uberaba distribuía sal para Goiás e Mato Grosso e comprava os produtos agropecuários destes estados.¹ As ter-

¹Cf. PONTES, Hildebrando. História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central. Uberaba, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 88-94.

ras próximas a Uberaba valorizaram-se e se tornaram escas -
sas.

Enquanto isso, o sul e o sudoeste goiano eram cons-
tituídos de terras fartas e férteis, cuja posse estabelecia-
-se através de compra direta com o governo do estado ou a-
través do Registro Paroquial expedido pela Igreja Católica
mais próxima ou ainda pela ocupação pura e simples da ter-
ra.²

Estas devem ter sido as principais razões que pro-
vocaram um grande êxodo de mineiros abastados para o sul de
Goiás, nos meados do século XIX. Entre esses migrantes en-
contravam-se as famílias que se estabeleceram na região de
Campo Limpo, no atual município de Orizona.³

2.2. Os primeiros Moradores de Campo Limpo.

A escolha destas terras para se fixarem deve-se à
sua fertilidade, à proximidade do Triângulo Mineiro e, ain-
da, a uma relativa facilidade de acesso, para a época. Esse
acesso era feito por Santa Cruz, uma vila próxima, centro de
mineração, que servia de passagem e descanso para os viajan-
tes que iam de São Paulo para Vila Boa, antiga capital de
Goiás e vice-versa. Até Santa Cruz, portanto, partindo do
Triângulo ou de São Paulo, chegava-se por estrada de carro
de boi. (Ver mapa nº 2).

Estas famílias, com alguns escravos e bens, esta-

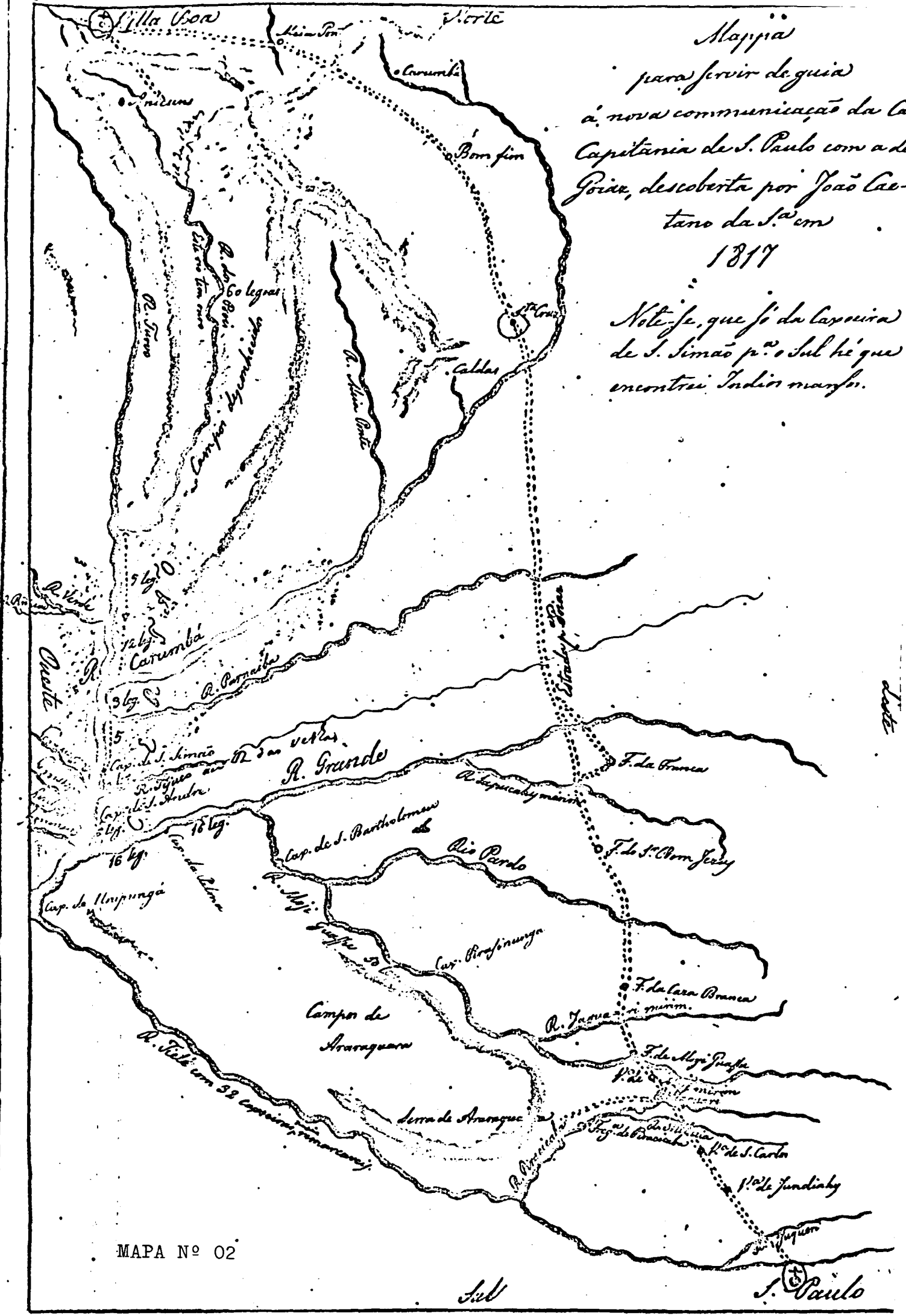
²Cf. BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás. Goiânia, Editora Oriente, 1978, p. 62-64.

³Cf. COSTA, José Pereira. Orizona. s.n.t. 1944.

Mapia

para servir de guia
a nova communicação da
Capitania de S. Paulo com a de
Goias, descoberta por João Ca-
etano da S.^a em
1817

Note-se, que se da Lavoura
de S. Simão p.^o o Sul he' que
encontrei Indios mangos.



beleceram-se em grande extensão de terra, através da pecuária e agricultura. A terra era generosa, produzindo tudo o que era plantado. Quase tudo para a subsistência era produzido por esses senhores de terra, desde a roupa que era tecida nos teares, até os móveis e utensílios, fabricados por algum membro da família. Os produtos que deviam ser adquiridos em São Paulo ou Uberaba eram: o sal, pólvora, chumbo e os instrumentos de trabalho como enxada e machado. O dinheiro para as compras era conseguido com a venda de bois, que deveriam ter um mínimo de oito anos⁴ para suportar as grandes distâncias até os matadouros paulistas e cariocas.

A viagem para abastecimento com produtos não produzidos por eles mesmos tinha duração média de 20 dias e era feita por carro de boi. Aliás, o carro de boi era uma peça importante: servia para facilitar as colheitas e era o único meio de transporte para os produtos.⁵

2.3. Triângulo Mineiro e Sul de Goiás como produtores de alimentos.

Nos fins do século XIX, os proprietários das fazendas de café do oeste de São Paulo lançam mão de imigrantes estrangeiros como trabalhador "livre". Com a abolição da escravatura, este tipo de trabalhador torna-se exclusivo porque o escravo também se transforma em força de trabalho que deve agora cuidar da própria reprodução.

⁴ Estranhei a idade do boi para venda, pois a média para este caso é de 4 anos. Este dado, porém, foi citado e confirmado em entrevista com os descendentes destes criadores de gado.

⁵ Cf. COSTA, José Pereira. op. cit.

A subsistência deste "novo trabalhador" transfere-se agora para fora das fazendas de café. Com isto tornou-se necessário criar aqueles que iriam assumir as tarefas de produzir alimentação desses trabalhadores para o capital. Esta tarefa é assumida pelos trabalhadores das regiões circunvizinhas do oeste cafeeiro: Triângulo Mineiro e Sul de Goiás.

Os trabalhadores do café produzem, a partir de então, o café, bem de exportação; e os camponeses das regiões vizinhas, além de produzir os bens alimentícios para si mesmos, também o fazem para os outros trabalhadores, que absorverão o excedente desta produção. Houve, assim, uma especialização, um avanço na divisão social do trabalho. E disto nasce a possibilidade de ampliar a produção de mercadorias.⁶

Para o transporte destas mercadorias, o Triângulo Mineiro vê chegar os trilhos da Estrada de Ferro Mogiana a Uberaba, em 1889, e a Araguari, em 1897.

Araguari é bem mais próxima de Goiás do que Uberaba. Esta proximidade foi suficiente para trazer modificações ao sul de Goiás. As terras mais próximas da fronteira com Minas Gerais foram valorizadas e mais exploradas do que anteriormente, uma vez que agora já existia mercado para absorver em maior quantidade os excedentes da produção.

O transporte dos produtos entre o sul de Goiás e Araguari continuava sendo feito pelas tropas e pelos carros de boi. Tornava-se necessária a construção de estradas.

⁶Cf. OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. 2a. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 9-29.

2.4. A Estrada de Ferro Goiás.

A Cia. Estrada de Ferro de Goiás foi organizada para explorar a concessão outorgada pelo Decreto 862, de 16 de outubro de 1890. Os trabalhos de construção dessa estrada atingiram Goiás em maio de 1911. O tráfego foi oficialmente inaugurado em território goiano a 24 de março de 1912, no trecho entre a divisa de Minas Gerais e Goiandira.

Em dezembro de 1913, inauguram-se mais 62 quilômetros entre Goiandira e Ipameri. Em 1914, os trilhos chegam à margem do Rio Corumbá. Este ponto terminal recebeu o nome de Porto do Roncador, numa alusão a um córrego que passava pelo local.⁷

A frente pioneira⁸ acompanhava os trilhos da estrada de ferro e ia um pouco mais à frente. As terras valorizavam, eram ocupadas por novos proprietários e sua exploração dava-se com grande intensidade. A terra transforma-se em mercadoria, e a região, numa economia de mercado. A estrada de ferro exerce um papel importante nessa transformação, ao transportar os excedentes agrícolas da região para São Paulo.

Para Orizona, os 207 quilômetros percorridos pela estrada de ferro até Roncador acarretaram modificações no seu modo de vida. A pecuária foi beneficiada com a proximidade, uma vez que agora o gado seria transportado por carro

⁷Cf. ARAÚJO, Délio Moreira de. A estrada de ferro no estado de Goiás. Estudos Goianienses. Revista da Universidade Católica de Goiás. II (2): 85-98, 1974.

⁸Para maiores esclarecimentos sobre frente pioneira, ver: MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.

de boi somente até Roncador; de lá seria levado pela estrada de ferro até São Paulo. A perda de peso dos bois, agora menor, propiciava a venda com menos idade. Evidentemente, esse fator incentivou a pecuária, possibilitando aos pecuaristas maior lucro.

O terminal de Roncador só não foi mais importante para Orizona porque o Rio Corumbá limitou sua área de influência. O rio oferecia obstáculos à sua travessia, feita comumente por uma única balsa, para o que eram cobradas altas taxas. Além disso, não existiam às margens do rio condições de armazenagem para as mercadorias.

Não obstante, a estrada teve grande importância para Goiás, principalmente para o sul do estado. Num período em que as grandes estradas do Brasil eram deficitárias, a Estrada de Ferro Goiás nunca o foi, o que prova a sua importância econômica.

2.5. A "Região" do Café passa a ser a "Região" da Indústria.

Com a dificuldade de reproduzir o capital através da exportação do café e devido à crise capitalista internacional, emerge em São Paulo a industrialização. A "região" do café passa a ser a "região" da indústria e os espaços vazios de Goiás, que começaram a ser ocupados com o apogeu do café, têm essa ocupação intensificada.

O sul de Goiás adquire, então, um novo significado estratégico para a reprodução do capital. Além de fornecer o alimento a baixo custo para a reprodução da força de trabalho da indústria e do café, transforma-se ainda em fornecedor de matérias primas para as indústrias alimentícias

de São Paulo que, no recenseamento de 1920, ocupam o primeiro lugar na produção industrial. Isto se deve ao aparecimento de uma nova indústria que toma vulto durante a guerra, a congelação de carnes. A exportação brasileira de carnes, nula antes do conflito mundial, sobe, em 1918, a 60.509 toneladas anuais.

Esta indústria localiza-se principalmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Neste último estado, a indústria é abastecida, não só por seus próprios rebanhos, como também pelos do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás.⁹

Com esta maior exigência de produtos agropecuários, a região fornecedora destes produtos deveria aumentar a sua produção e, por isso, mais terras são integradas à produção dessas mercadorias. Com a integração de novas terras, a estrada de ferro precisa estender os seus trilhos para exercer o papel de escoadouro da produção.

2.6. A Estrada de Ferro chega a Pires do Rio.

Para isto é construída uma ponte sobre o Rio Corumbá. Os trilhos da Estrada de Ferro Goiás caminham mais 84 quilômetros e, em 1922, estabelecem seu terminal onde, posteriormente, foi construída a cidade de Pires do Rio, transformada em município limítrofe de Orizona.

Com a estrada de ferro em Pires do Rio facilitando o transporte, e com o aumento da demanda de São Paulo por produtos agropecuários, modificações importantes vão ocorrer

⁹Cf. PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 16a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. p. 261-262

nessa região, tanto na pecuária como na agricultura.

O sistema de criação de gado predominante na região tornou-se mais produtivo. As pastagens naturais começam a ser subdivididas para possibilitar o rodízio e seleção de raças. As grandes fazendas são também subdivididas, cada uma delas possuindo um "retiro" onde o gado é ajuntado para se fazer a escolha, marcação e castração.

As fazendas de engorda situam-se próximas à estrada de ferro, em Pires do Rio, onde o gado magro, vindo de regiões mais distantes, faz estágio antes de ser abatido e enviado para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. O comércio do gado em pé dava-se em sua maioria com São Paulo, e os animais seguiam de trem principalmente para o matadouro e frigorífico de Barretos.

O gado gordo é abatido em Pires do Rio e remetido para o mercado da região sudeste; sendo assim, a cidade passa a contar com um dos principais matadouros do estado e a ser exportadora de charque.¹⁰

Pires do Rio, sendo uma cidade próxima a boas pastagens e servida pela ferrovia, logo tem as suas terras circunvizinhas transformadas em terras próprias para a pecuária.

Na agricultura, a mudança importante foi o incremento e a predominância que passa a ter a cultura do arroz,

¹⁰ EIAP, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Projeto Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (1930-1975), v. VI. s.n.t. p. 8. Segundo este trabalho, este é um processo que ocorre com as cidades do sul de Goiás, à margem da estrada de ferro. Em entrevistas, foi confirmado que o processo ocorre em Pires do Rio.

primeiro produto agrícola comercializado na região,¹¹ o que pode ser explicado por diversos fatores. Um deles, já citado, foi a crescente demanda por alimentos criada pela expansão cafeeira. "Outro fator importante foi a imposição de crescente tarifa de importação sobre o arroz pelo governo brasileiro a partir de 1896. Na época da I guerra mundial, que gera uma grande escassez de arroz, a tarifa efetiva sobre o arroz era de mais de 50% do preço no atacado. Estes fatores, de um lado reduziam as importações e aumentavam os preços e de outro possibilitavam a produção nas regiões periféricas como o centro oeste. Assim, no quinquênio 1928 - 32, a produção média de arroz em Goiás foi de mais de 1 milhão de sacas de 60kg, enquanto que a produção brasileira era de 17 milhões de sacas. Neste período, a produção de Goiás representava aproximadamente 6% da produção brasileira".¹²

Toda a produção do sul de Goiás escoava pela estrada de ferro. Os produtos chegavam até ela pelo carro de boi que, neste período, teve seu número ampliado na região. Rodovias foram abertas e tinham o papel de facilitar a chegada dos produtos até a ferrovia e, desta, até as regiões mais afastadas, ainda porém em terras do sul de Goiás.

Neste período, grande foi a migração para Goiás, principalmente para o sul do estado. Este movimento migratório tem início por volta de 1900; a partir de 1920, a ta

¹¹Cf. NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. Pires do Rio, Marco da História de Goiás. Goiânia, Roriz Gráfica e Editora Limitada. 1977. p. 55-59.

¹²EIAP, op. cit. p. 9.

xa de aumento da população de Goiás, que anteriormente era inferior à do Brasil, ultrapassou a taxa de aumento da população total do país. Enquanto o crescimento percentual da população brasileira foi de 308% em comparação com 1900, esse mesmo percentual com relação à população goiana foi de 319%.

Pires do Rio transforma-se em centro comercial de gado e arroz. Além desses produtos serem de produção própria, o município também servia de escoadouro da produção de regiões vizinhas, como Orizona. Esta situação possibilitou o surgimento de indústrias no local. Logo foram instalados charqueadas, máquina de beneficiamento de arroz, indústria de laticínios, curtumes, serraria, fábricas de manteiga e outros pequenos centros de produção.

Estes industriais eram, ou comerciantes da cidade que se lançavam a novos investimentos de capital ou eram, principalmente, migrantes que vinham tentar a acumulação de capital na nova cidade.¹³

Estas indústrias eram fontes de emprego. A demanda por mão de obra era atendida pelos excedentes populacionais, principalmente do Triângulo Mineiro e da área rural do município de Pires do Rio, onde a pecuarização ocasionou a liberação de mão de obra.

As características de frente pioneira tomam conta de Pires do Rio. Suas terras são valorizadas, a concentração de terras vai se processando. Os pequenos proprietários começam a ser pressionados pelos grandes que queriam am-

¹³Cf. NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. op. cit. p. 59

pliar suas terras para a pecuária.¹⁴

2.7. O Mato Grosso Goiano: nova frente pioneira.

Na década de 30, houve dois acontecimentos importantes em Goiás: a construção de Goiânia e o prolongamento da estrada de ferro até Anápolis. A região onde se localizam essas cidades, denominada Mato Grosso de Goiás, torna-se o chamariz de capitais. As terras férteis das matas do Rio São Patrício prometem grande produção e passam a ser um bom lugar para investimento de capitais, deixando a Região da Estrada de Ferro¹⁵ gradativamente em plano secundário. Pires do Rio deixa de ser o melhor lugar para investir o capital, o mesmo acontecendo com as demais cidades da região. A preferência, agora, era dada às redondezas de Anápolis e Goiânia (Ver Mapa nº 3).

Esta nova frente pioneira precisava de mão de obra. Os proprietários das terras precisavam de braços para a lavoura. O governo federal soluciona este problema com a "Marcha para o Oeste". Dentro do plano de avançar pelo oeste até a Amazônia, o governo de Getúlio cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941, na região do Mato Grosso de Goiás. Foi criada, também nesta época, a Fundação Brasil Central com a finalidade de criar núcleos de povoamento no planalto central.¹⁶

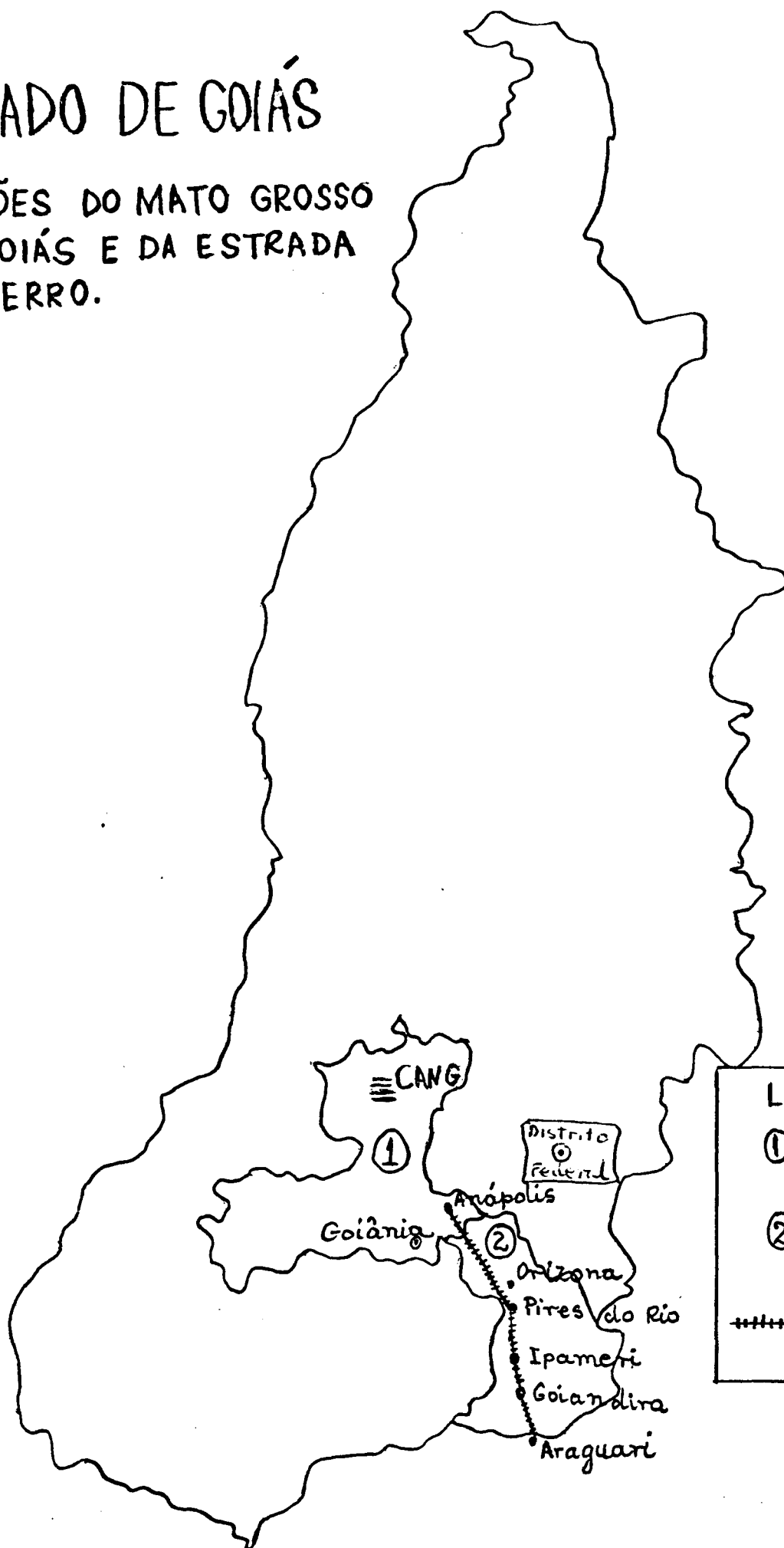
¹⁴Cf. NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. op. cit. p. 106.

¹⁵Pires do Rio e Orizônia situam-se na região denominada pelo IBGE, na época, Região da Estrada de Ferro. Anápolis, apesar de também ser servida pela estrada de ferro, situa-se em outra região: a do Mato Grosso de Goiás.

¹⁶Cf. DOLLES, Dalísia Elisabeth Martins et alii. Interpre-

ESTADO DE GOIÁS

REGIÕES DO MATO GROSSO
DE GOIÁS E DA ESTRADA
DE FERRO.



Legenda

- ① Região do Mato Grosso de Goiás
- ② Região da Estrada de Ferro
- Estrada de Ferro Goiás

A instalação da CANG intensifica a ocupação da região do Mato Grosso de Goiás, já estimulada pela construção de Goiânia e pela chegada da estrada de ferro a Anápolis.

Esta região, até então formada de matas com terras férteis, passa a ser um centro de produção agrícola, atraindo levadas de migrantes de outros estados como Minas Gerais e São Paulo, além de outras regiões do próprio estado de Goiás. A notícia de que o governo estava "dando terra" em Goiás corria por todo o Brasil e os trabalhadores sem terra dos mais diferentes pontos do país acorreram a Goiás, especialmente para a região do Mato Grosso de Goiás.¹⁷

Foi construída uma rodovia ligando a Colônia Agrícola a Anápolis, que passa a ser o centro coletor, beneficiador e distribuidor da produção agrícola da região. A produção de arroz e feijão, em Goiás, entre 1939 e 1949, mais do que triplica. Foi grande a participação da nova frente pioneira neste aumento de produção.¹⁸ O município onde foi criada a CANG¹⁹ produzia 785 toneladas de arroz em 1940 e passou a produzir 39.484 em 1950. A produção de feijão, que era de 209 toneladas em 1940 passou a 5293 em 1950.²⁰

tação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuario no Contexto Econômico e Social da Região (mimeografado). s.n.t. p. 36 e 37.

¹⁷ BRASIL, Presidência da República. Goiás, Uma Nova Fronteira Humana. Conselho de Imigração e Colonização. Abril de 1949. p. 187.

¹⁸ Cf. WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao Sul de Goiás. Revista Brasileira de Geografia. Rio, 10 (3): 325.

¹⁹ Refiro-me ao município de Goiás, cujo nome, por ser idêntico ao do estado, preferi omitir no texto.

²⁰ Dados do IBGE, referentes aos Censos de 1940 e 1950.

A nova área de expansão agrícola recebe todo o apoio do governo federal, que na época incentivava a produção agrícola, não só para abastecer o desenvolvimentismo das cidades do centro-sul, como também para aliviar as tensões provocadas pelo excedente de mão de obra amontoados nos grandes centros devido ao êxodo rural. Além disso, o incentivo à produção de alimentos também tinha o intuito de fornecer gêneros alimentícios durante a segunda guerra mundial.

No início da ocupação, as terras da nova frente pioneira eram mais abundantes, férteis e mais baratas do que as de Pires do Rio. Cada alqueire vendido nesta última região possibilitava a compra, na área da CANG, de vários alqueires de terras novas e com maior produtividade natural.

Além da atração do Mato Grosso de Goiás, em Pires do Rio novas forças passam a atuar, provocando o êxodo para novas terras. Após os desmatamentos, e em um certo tempo de agricultura, as terras de Pires do Rio eram transformadas em pastagens para o gado. Este, cada dia mais, tornava-se um produto de fácil comercialização. O frigorífico de Barretos era o seu principal comprador. Com a redução da agricultura e a ampliação da pecuária, houve a ampliação das áreas dos estabelecimentos rurais. Mais capital era investido na compra de terras para criação de gado. O pequeno proprietário foi tornando-se asfixiado pela pecuarização. Deu-se assim um êxodo de Pires do Rio e regiões circunvizinhas para o novo eldorado.

2.8. Campo Limpo como Centro Produtor.

Orizona, por sua posição recuada em relação à es-

trada de ferro, passa pelo processo pelo qual passou Pires do Rio, porém de forma mais lenta: a exploração de suas terras deu-se menos intensamente, tanto assim que, na década de 40, ainda havia regiões de matas com terras férteis. Em comparação com Pires do Rio, que decresceu sua produção agropecuária, principalmente a de arroz e gado, Orizona destaca-se como produtor de gado, milho, feijão e, principalmente, arroz. Significativamente, o nome da cidade muda, em 1943, de Campo Formoso para Orizona, região de arroz. (Ver tabelas I e II).

TABELA I

Produção de arroz, feijão e milho dos municípios de Pires do Rio e Orizona, e do Estado de Goiás, nos anos de 1940 e 1950, em toneladas.

LOCALIDADE	ARROZ		FEIJÃO		MILHO	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
ESTADO	61.361	256.069	12.370	39.283	155.952	235.979
Pires do Rio	937	809	116	284	1.635	1.529
Orizona	787	1.504	489	429	3.852	2.044

Fonte: IBGE

TABELA II

Gado Bovino nascido e abatido nos municípios de Pires do Rio e Orizona, e no Estado de Goiás nos anos de 1940 e 1950.

LOCALIDADE	BOVINOS NASCIDOS		BOVINOS ABATIDOS	
	1940	1950	1940	1950
ESTADO	673.359	669.426	79.458	85.835
Pires do Rio	12.502	8.723	4.309	462
Orizona	7.940	7.655	219	714

Fonte: IBGE

Embora verifique-se uma queda na produção de gado em todo o estado de Goiás, devida à desvalorização do preço do gado causada por uma baixa na exportação de carne depois da guerra e ainda pela inexistência de incentivo ao setor durante o governo Dutra, a produção de Orizona sofreu uma queda insignificante com relação ao número de bovinos nascidos; com relação ao número de bovinos abatidos, a produção quase triplicou.

Em Orizona, uma área determinada destacou-se como produtora de arroz, milho e feijão. Eram terras férteis entre os rios Piracanjuba e Corumbá, denominadas Campo Limpo. Esta região era formada por mais ou menos dez fazendas, com área aproximada de 500 ha. cada uma. No geral, eram estabelecimentos de atividade mista, ou seja, agropecuária, mas predominava a produção agrícola.

Embora as fazendas de Campo Limpo localizem-se politico-administrativamente no Município de Orizona, economicamente elas se ligam mais a Pires do Rio, que surgiu, a partir da década de 20, como entreposto comercial da região. A produção total das fazendas é levada para Pires do Rio, sendo vendida a cerealistas, que depois de algum benefício, enviam-na para o Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo.

Quanto ao gado, também é levado para Pires do Rio, onde será abatido nas charqueadas locais ou enviados vivos para o frigorífico de Barretos, no oeste de São Paulo.

2.9. As Relações de Produção em Campo Limpo.

As fazendas de Campo Limpo utilizam a mão de obra

de trinta a quarenta pessoas cada uma (incluindo os membros das famílias dos trabalhadores), e adotam a parceria como a forma predominante de utilização da força de trabalho, conjuntamente com o assalariamento, para a produção de mercadorias agrícolas.²¹

Apesar de, na região, os parceiros serem denominados arrendatários, são, de fato, diferentes destes. Eram trabalhadores que não possuíam capital suficiente para desenvolver, por conta própria, todo o processo produtivo. Eles participam com parte dos meios de produção e têm sobre o processo de trabalho autonomia e controle apenas parciais.

O contrato de trabalho era feito oralmente e se firmava nas seguintes condições:

a) o fazendeiro fará o serviço de preparação da terra para o plantio, percebendo 50% do produto colhido;

b) O parceiro, ou meeiro, fará todos os serviços necessários à plantação e colheita, correndo por sua conta todas as despesas de plantio, colheita e sacaria;

c) se convier ao meeiro, poderá ser plantado em volta da sua moradia o que desejar, não estando estas plantações sujeitas a qualquer taxa de arrendamento; correm por conta do meeiro, todas as despesas;

d) o fazendeiro proprietário terá a preferência na aquisição da parte do meeiro, e este nada poderá tirar da lavoura sem autorização;

e) O meeiro receberá do fazendeiro uma casa para

²¹ Para a elaboração desta parte do trabalho, foi-me de grande valia o estudo de Maria Rita Loureiro sobre a parceria numa fazenda de Goiás. Cf. LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e Capitalismo. Rio, Zahar, 1977.

morar, comprometendo-se a dela cuidar, durante o período em que nela residir. Qualquer benfeitoria ou plantação não poderá ser retirada quando de sua mudança, como também, por elas não receberá qualquer indenização;

f) a duração deste contrato é até o final das colheitas e poderá ser renovado se convier a ambas as partes.

Em Campo Limpo, a parceria e assalariamento eram utilizados conjuntamente na cultura do arroz, feijão e milho e também na pecuária. O assalariamento é utilizado nas atividades da pecuária sob a forma de salário mensal em dinheiro para o vaqueiro. Os vaqueiros, no entanto, na época do plantio, tornavam-se também parceiros.

Na etapa de preparação da terra para o plantio, adotava-se a empreitada: os parceiros e seus familiares tomavam uma determinada tarefa (limpeza de cercas, derrubada de matas, etc.), recebendo por este trabalho remuneração em dinheiro quando da realização da tarefa.

A subsistência dos trabalhadores era obtida pelo cultivo de alimentos numa área próxima à moradia e pela criação doméstica de porcos, galinhas, etc. O pequeno excedente dessa produção basicamente destinada ao consumo, quando havia, era vendido para comprar sal, querosene, etc.

Todo o cultivo do arroz, milho e feijão, desde a limpeza e a plantação até a colheita, era feito manualmente, não se utilizando nenhum tipo de máquina; dez famílias, mais ou menos, moravam em cada fazenda, cuidando de todo o serviço, tanto da agricultura como da pecuária.

A parte dos produtos agrícolas dos parceiros é frequentemente vendida para o próprio fazendeiro. Assim, este

se torna o comerciante dos produtos agrícolas dos parceiros.

Na parceria²² como relação de produção em Campo Limpo, a unidade de trabalho é a família. Desse modo, o seu tamanho influi no tipo e quantidade de trabalho pelo qual o parceiro se responsabilizará.

O capital constante que o parceiro deve ter (semente, enxada e sacaria) para participar do processo produtivo vem, em parte ou integralmente, do fornecimento pelo fazendeiro e, no final da colheita, será cobrado a juros.

2.10.0 Significado da Parceria em Campo Limpo.

Em Campo Limpo, mesmo aqueles trabalhadores que prestavam serviços em troca de salários, na época do plantio transformavam-se em meeiros. Além disso, o assalariamento era utilizado como forma de pagamento de trabalho em outras atividades, porque para a produção de arroz, feijão e milho utilizava-se apenas a parceria.

²² Neste trabalho, não discuto as interpretações existentes sobre a parceria no Brasil. A parceria, aqui, é tratada como relação de produção reproduzida pelo movimento de acumulação de capital e não como um arcaísmo que entrava o desenvolvimento capitalista. A bibliografia a respeito é vasta e contém abordagens diversas. Cf. GUIMA - RÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968; VINHAS, Mário. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 4a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972; PAL - MEIRA, Moacir. Latifundium et Capitalisme au Brésil: Lecture Critique d'un Débat. Thèse de 3^{ème} Cycle. Paris,

A adoção da parceria em Campo Limpo tem várias razões. Para o fazendeiro, a parceria implica em:

a) "socialização" dos custos e das perdas do empreendimento agrícola. A força de trabalho, que na parceria é assumida pelos membros da família do parceiro, em outras circunstâncias seria contratada pelo fazendeiro como força de trabalho assalariada, de fora da fazenda, que traz a desvantagem de apresentar mais baixa produtividade. Além disso, o parceiro dispensa para o fazendeiro a necessidade de contratar capataz ou fiscalizador do trabalho.

No sistema de parceria não existe quantidade fixa do produto nem preço fixo como remuneração. Isto se faz em função da produção obtida e do preço de venda do produto. Sendo assim, em Campo Limpo, os riscos do empreendimento eram assumidos totalmente pelos parceiros;

b) aumento da produtividade. Como o parceiro tem participação no produto colhido, ele se torna interessado em uma maior produtividade. Para isto, exige de si mesmo e de seus familiares o máximo de tempo de trabalho diário;

c) Reserva de força de trabalho. Com a parceria, o fazendeiro tem constantemente na fazenda força de trabalho segura e experiente.

Université de Paris, Faculté de Lettres et Sciences Humaines, 1971. Tese (mimeografado); VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato; Um Estudo Comparativo A Partir da Fronteira em Movimento. São Paulo, Difel, 1976; OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Seleções CEBRAP. (1): 7-78, 3a. ed. Brasiliense, 1974; SILVA, José Francisco Graziano da. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978; LOUREIRO, Maria Rita Garcia, op. cit; MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo;

Com o êxodo dos trabalhadores para Goiânia e para a Colônia Agrícola, os fazendeiros de Campo Limpo viram-se na condição de empregadores com pouca mão de obra. Sendo assim, a parceria evitava o risco de não se encontrar força de trabalho, quando necessária, como na colheita, por exemplo.

Em Pires do Rio e outros municípios vizinhos, à margem da estrada de ferro, onde a pecuária passava a predominar, o pagamento da mão de obra já era feito, em parte, pelo salário. A parceria em Campo Limpo permitia ao fazendeiro ter todo o serviço da fazenda feito a baixo custo, sem ter o problema de perder a mão de obra, porque a parceria funcionava para o trabalhador como uma forma complementar de renda.

Para o parceiro, a parceria implica em:

a) um trabalho com maior autonomia; o parceiro não está subordinado, durante o processo de trabalho, a nenhum agente fiscalizador;

b) possibilidade de emprego para todos os membros da família. Em Campo Limpo, a boa qualidade da terra permitia um alto índice de produtividade a baixo custo. Isto faz com que, mesmo com os baixos salários, os trabalhadores consigam garantir a sua subsistência.

Estudo Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975; SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. MARX, Karl. O Capital. Livro 3, vol. VI. Trad. de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d.; LENIN, Vladimir Ilitch. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates, 1980; WANDERLEY, Maria Nazaret Baudel. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. Campinas, Uni-

c) a possibilidade de ter sua própria lavoura de subsistência e os seus animais domésticos que serviam como complementação de renda.

2.11. As dimensões Ideológicas das Relações entre Fazendeiros e Parceiros.

Finalmente, há as dimensões ideológicas das relações entre fazendeiros e parceiros que também garantem a oferta de mão de obra, o aumento da produtividade e garantem, enfim, a subordinação do parceiro ao fazendeiro.

De um modo geral, os trabalhadores que estão numa fazenda há varios anos, são compadres do proprietário da fazenda. Chamam o fazendeiro de compadre, e sua esposa, de comadre, pelo fato de terem batizado algum filho do trabalhador, revelando assim o caráter pessoal de suas relações. Existe uma relação de amizade e respeito com os padrinhos de seu filho. A imagem do patrão é disfarçada pela imagem do compadre.

A dominação através da ideologia era tão forte que o contrato de trabalho era feito verbalmente e, no entanto, independente das condições de vida do parceiro, ele o cumpria rigorosamente. A desobediência a qualquer uma das cláusulas era considerada pelo fazendeiro como traição e deslealdade.

versidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrários. Versão preliminar para discussão. 1979 (mimeog.); LOPES, Juarez Rubens Brandão. Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970). Estudos CEBRAP. São Paulo, 22:41-110, out./dez. 1977.

Para o parceiro, obedecer as condições estabelecidas no contrato era uma questão de honra, porque havia com prometido sua palavra.

É, portanto, junto a esta realidade de Campo Limpo e, principalmente, junto a estas dimensões ideológicas que o Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro em Pires do Rio começa a atuar em 1948. Em 1950, os camponeses e o Partido fazem eclodir a Luta do Arrendo.

Neste capítulo, explicitamos as condições históricas-estruturais que possibilitaram e ao mesmo tempo condicionaram a Luta do Arrendo, de cujo desenrolar trataremos no próximo capítulo.

3. A LUTA DO ARRENDO.

Esta luta ocorreu em Campo Limpo, região do município de Orizona, no sudeste de Goiás. A extensão da área era de mais ou menos 5.000 ha, comportando umas dez fazendas de 500 ha. em média, cada uma. Terra preta e fértil com uma parte inexplorada constituindo-se em reservas de matas.

As terras de Campo Limpo passaram por diferentes etapas do processo produtivo. Primeiro, no final do século passado, constituíam-se de latifúndios, com produção basicamente para o consumo. No momento da Luta do Arrendo, por questão de herança, a região já havia sido desmembrada, tornando-se um conjunto de mais ou menos dez fazendas, sendo seus proprietários comumente ligados por laços de parentesco.

Cada fazenda é produtora de arroz, milho, feijão e gado como mercadorias, não eliminando, porém, a produção para o consumo dos trabalhadores.

3.1. As Forças em Luta.

As forças que atuaram diretamente na Luta do Arrendo foram os arrendatários, os tatuíras, o Partido, os prefeitos de Pires do Rio e Orizona e a polícia.¹

¹ Por fidelidade aos participantes da luta, mantenho aqui os termos empregados por eles, o que requer alguns esclarecimentos: os trabalhadores de Campo Limpo não são arrendatários, no sentido atribuído àqueles que pagam em dinheiro o aluguel da terra para o proprietário. São, na realidade parceiros e assalariados, mas auto-denominavam-se arrendatários. Tatuíra foi um termo levado pelo Par-

3.1.1. Os arrendatários e os tatuíras.

Nas palavras de um coronel, antigo latifundiário da região, os camponeses de Campo Limpo "eram todos arrendantes e mineiros. Ilustres desconhecidos que vinham da região de Patrocínio, Patos de Minas e Araguari".

A ligação dos camponeses de Campo Limpo com a cidade era pouca, apesar da proximidade. Na sua maioria, eram analfabetos, pois o Estado não lhes prestava nenhum serviço na área da educação. Também na área da saúde não eram beneficiados pela assistência estadual.

Eram todos parceiros e assalariados. Isto é, os trabalhadores, ao mesmo tempo em que são parceiros, eles próprios tornam-se assalariados dos fazendeiros ao trabalharem com o gado, na preparação do terreno para plantio e em qualquer outro serviço da fazenda.

A parceria e assalariamento são utilizados de for

tido Comunista Brasileiro para os camponeses de Pires do Rio. O termo foi inspirado nos contos de Monteiro Lobato. Refere-se a um tatu usurpador que toma o buraco dos outros tatus, quando os buracos já estão prontos. Toma também os alimentos quando já estão prontos para serem comidos. Tal é o caso da mandioca, que depois de arrancada pelos tatus é tomada violentamente pelo tatuíra. Os camponeses gostaram muito do termo e assim passaram a denominar os fazendeiros da região. Partido, no caso, é o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja participação na luta deu-se através do Comitê Municipal de Pires do Rio. Também por fidelidade aos participantes, mantenho a denominação Partido, como era designado. Os demais agentes (Prefeitos de Orizona e Pires do Rio, e a polícia) representam o poder organizado que é o Estado. Mas também deixei aqui na sua concretude como eram percebidos pelos arrendatários.

ma complementar e articulada na exploração da força de trabalho e na garantia da maximização do rendimento do capital investido pelo fazendeiro. Pode incidir sobre a mesma pessoa a parceria e o assalariamento, variando segundo as tarefas. Por exemplo, pode-se citar o caso dos vaqueiros (assalariados) que, no período de abril a novembro, trabalham apenas como vaqueiros. De dezembro a março, ou abandonam a função de vaqueiro ou a acumulam com a de agricultor e recebem como os demais moradores da fazenda, algum terreno para o plantio de arroz, milho e feijão.

Resumindo a modalidade de parceria encontrada em Campo Limpo, podem-se identificar as seguintes características:

- a) a unidade de trabalho é a família;
- b) o trabalhador deve participar do processo produtivo com parte do capital constante;
- c) o capital constante com que o parceiro participa do processo produtivo vem, em parte, do fornecimento pelo fazendeiro cobrado posteriormente a juros. Esse fornecimento é essencial para que o parceiro possa participar do processo produtivo;
- d) o parceiro tem autonomia parcial sobre o processo de trabalho. Controla seu próprio trabalho e o dos membros de sua família.

Os trabalhadores eram moradores das fazendas onde plantavam as terras. Moravam sempre à margem de um córrego, onde já existia um rancho, e aí cultivavam sua horta. A produção desta era garantida pela família e não era dividida com o tatuíra.

Fora da época de plantio, parte dos arrendatários cuidava do gado, e a outra parte, que era maioria, pegava em

preitadas de serviços braçais como limpeza de cerca, derrubada de mata, etc. Essas tarefas eram mal remuneradas e pagas em dinheiro. Podiam ser executadas na fazenda onde moravam ou em fazendas próximas. Devido ao baixo preço desses serviços, nenhum camponês aceitava-os como atividade exclusiva; sempre eram uma atividade complementar à lavoura.

Em Campo Limpo havia as atividades de agricultura e pecuária. Nesta última, a relação de trabalho era o assalariamento, enquanto que na agricultura era a parceria. Os serviços gerais eram feitos por empreitada. Mas a relação dominante era a de parceria, porque todos os trabalhadores de Campo Limpo eram parceiros, e a agricultura era a atividade dominante. Sendo assim, os problemas comuns aos camponeses são aqueles concernentes à parceria. Um deles é o arrendo² que é muito alto.

O desmatamento da terra era feito pelos camponeses como empreitada. O fazendeiro apresentava para o parceiro a terra desmatada para o plantio. Todo o restante (preparação da terra, sementes, colheita, etc.) era pago pelo parceiro através de capital fornecido a juros pelo fazendeiro. Ao parceiro cabiam todos os riscos da plantação. Ele não tinha nenhum vínculo empregatício com o patrão, que recebia metade da colheita sem ter participado dos danos e perdas. Os familiares do parceiro participavam da lavoura desde o plantio até à colheita, mas não recebiam por este trabalho nenhuma remuneração.

Outro problema era a dependência dos parceiros em

² Arrendo é a denominação da porcentagem dos produtos colhidos que eram destinados ao fazendeiro. No caso de Campo Limpo esta taxa era de 50%.

relação ao proprietário da terra. Os fazendeiros, de um modo geral, adiantavam para o camponês o capital necessário à manutenção do processo produtivo e isto ia desde a compra das sementes até à manutenção dos parceiros e seus familiares. E isto a altos juros para os camponeses. Na época da colheita, quando o preço do produto baixava, o fazendeiro comprava a parte do arrendatário, que mal dava para cobrir adívida. Por não contar com meios para transportar os cereais para a cidade, onde alcançariam melhores preços, o camponês sujeitava-se aos preços estabelecidos pelos tatuíras.

Os primeiros tatuíras chegaram a Campo Limpo, no município de Orizona, vindos também do Triângulo Mineiro, da região de Patos de Minas. Mais tarde, com o investimento de capital em toda a região, vieram também os camponeses.

Primeiro veio um patriarca que gostou das terras e, para adquirir uma fazenda na região, dirigiu-se a Goiás, antiga capital do estado. Mais tarde vieram outras duas famílias que também adquiriram terras na região, tornando-se, as três famílias, ligadas por laços de parentesco que se foram estreitando com o passar do tempo, proprietárias de uma grande área.

A atividade agrícola era muito importante para o fazendeiro por duas razões: primeiro, como a terra era fértil e de boa produtividade, era utilizada, em primeiro lugar para a plantação de arroz; em seguida, para milho e feijão, que conseguiam bom preço e escoamento fácil pela Estrada de Ferro Goiás. O sistema de arrendamento, através do qual o fazendeiro transferia para o camponês todos os gastos e riscos da agricultura propiciava-lhe a obtenção de lucro líquido e certo no momento de passar a produção ao mer-

cado.

A segunda razão é que, com a agricultura, o tatuíra mantinha o arrendatário e seus familiares como moradores da fazenda. No momento em que a mão de obra na região era escassa, devido ao êxodo para a região do Mato Grosso de Goiás, essa era uma forma de ter sempre mão de obra disponível para cuidar de outras tarefas, como o gado, por exemplo.

Sendo a parceria a principal relação de produção em Campo Limpo, e a agricultura a atividade principal, o cultivo do arroz e outros cereais era tão importante para os camponeses como para os tatuíras. Estes tinham na terra sua principal fonte de renda, proporcionada pelos arrendatários.

Parte dos proprietários das terras moravam na sua própria fazenda, outros moravam na cidade, mantendo administradores nas fazendas. Até a época da luta, os tatuíras não se haviam organizado em associações; sua organização dava-se basicamente através dos laços de parentesco. As famílias pioneiras em Campo Limpo eram hegemônicas. Um membro destas famílias, e também fazendeiro, tornou-se prefeito interventor de Orizona, no período da ditadura Vargas. Ele exercia junto aos outros fazendeiros um papel de conselheiro. Mais tarde tornou-se senador, ao candidatar-se como suplente do Senador Pedro Ludovico Teixeira, que deixou o Senado para ocupar o cargo de Governador de Goiás.

Os fazendeiros de Campo Limpo pertenciam, na sua maioria, ao PSD, sendo que o prefeito de Orizona era o chefe regional do partido.

Todo fazendeiro na época tinha o seu poder para-militar que eram os jagunços. Entre outras, os jagunços exerciam a função de atemorizar os camponeses; função essa e

xercida com grande frequência durante a luta.

3.1.2. O Partido Comunista Brasileiro.

Em maio de 1925, realiza-se o II Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A principal decisão deste congresso foi a política de frente única com outros grupos operários e com elementos progressistas da pequena burguesia. A palavra de ordem foi: bloco unido das organizações operárias.

O III Congresso, realizado no final de 1928, acrescenta a essa frente única os camponeses. Pela primeira vez, o PCB coloca a questão da aliança política de operários e camponeses.³ Essa aliança, entretanto, continua por muitos anos, como uma proposta a ser concretizada, porque só em 1945 o PCB volta-se para o campo de forma efetiva.

O trabalho do Partido inicia-se na área rural no momento em que o Brasil voltava-se para a democratização e, internacionalmente o nazismo estava sendo derrotado. O movimento comunista internacional considerava o momento histórico como de conciliação e união.

A leitura que o PCB fazia da realidade brasileira era a seguinte:

"O Brasil ainda tem restos de feudalismo. Ainda

³Para maiores esclarecimentos sobre o Bloco Operário e Camponês (BOC) ver: PEREIRA, Astrojildo. A formação do PCB. 1922/1928. Lisboa, Prelo, 1976; PINHEIRO, Paulo Sergio. Política e Trabalho no Brasil, 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; DE DECCA, Edgar S. 1930: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.

não se processou a revolução democrático-burguesa,⁴ isto é, a transformação do país em nação industrializada, com alto nível de vida, só possível pela destruição dos restos feudais representados pelos latifúndios e dos métodos arcaicos de produção.

O Partido Comunista já tomou posição clara a este respeito.

Seu programa no momento não tem reivindicações socialistas. São todas reivindicações capitalistas, democrático-burguezas, isto é, favoráveis ao crescimento do capitalismo em nossa Pátria".⁵

Abaixo transcrevemos também palavras de Prestes sobre o assunto:

"Somos socialistas mas sabemos que não podemos chegar ao socialismo sem resolver estes problemas da revolução democrático-burguesa. Não se trata de abolir a luta de classes. A colaboração é uma etapa".⁶

Coerente com esta leitura, em agosto de 1945, no Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB, foi traçada a política anti-greve de ordem e tranquilidade e apoio ao governo.

É dentro desta política que surgem as Ligas Cam-

⁴ Foi mantida na citação a grafia do jornal da época.

⁵ Jornal "O Estado de Goiaz", nº 1096 de 29/08/45.

⁶ Idem.

ponesas no Brasil. A primeira delas nasce na Fazenda Martins, no município de Uberlândia, em janeiro de 1946.⁷ A seguir, várias ligas são criadas no Triângulo Mineiro e em Goiás, na região de Itumbiara e no percurso da Estrada de Ferro Goiás.

Os estatutos das Ligas Camponesas elaborados na época mostram os seus objetivos:

"A Liga Camponeza é uma associação de trabalhadores do Campo que visa congregar em seu seio todas as pessoas que tenham como fonte de renda e sustento a exploração agrícola e pastoril. É uma organização genuinamente Democrática a ela podendo pertencer diaristas, meeiros, arrendatários, mensalistas e proprietários.

Como organismo democrático e progressista que é, a LIGA CAMPONEZA se propõe a lutar dentro das leis do país mas com vigor e energia para a conquista de condições mais humanas e justas para todos os camponeses, como sejam:

1º) - Extinção dos contratos na base de "meia", baixando a taxa de arrendo, em idênticas condições para 15%.

2º) - Os contratos na base de 40% passarão a serem feitos na base de 6% a 7%.

3º) - Junto às principais vias de comunicação e nas imediações das cidades, a divisão das terras aproveitáveis para a criação de chácaras.

4º) - Obrigatoriedade de contratos por

⁷ "O Estado de Goyaz", nº 1139 de 30/01/46.

escrito entre arrendatários com maiores garantias de tempo para aproveitamento da terra pelo arrendatário, com prazo nunca inferior a 5 (cinco) anos.

5º) - Direito do arrendatário de manter na fazenda os animais indispensáveis para sua utilidade.

6º) - Lutar pela criação de um Banco Rural que financie a produção evitando assim que os arrendatários e meieiros e criadores caiam na dependência econômica dos agiotas e açambarcadores.

7º) - Garantia de um salário mínimo e pagamento em dinheiro para diaristas e mensalistas.

8º) - Direito de sindicalização para todos os lavradores.

9º) - Campanha junto ao governo para que seja fornecida aos lavradores a necessária maquinaria agrícola em condições justas e razoáveis, aluguel ou venda a longo prazo.

10º) - Promover e incentivar a formação de cooperativas no campo.

11º) - Organizar o auxílio coletivo na produção, à base das experiências dos mutirões.

12º) - Criação de um Ambulatório Médico Dentário e luta junto ao governo para que seja subvencionado e futuramente encampado.

13º) - Criação de Escola de Alfabetização para crianças e adultos e luta junto ao governo para fornecer os professores.

14º) - Luta junto ao governo para o apro

veitamento das Fazendas Modelos, Campos Experimentais (...)"⁸

Em tal proposta está implícita a linha política do PCB, segundo a qual o atraso feudal deveria ser superado com a evolução capitalista, e com esse fim deveriam unir-se todos aqueles que tivessem como fonte de renda a exploração a grícola e pastoril.

Esta linha política do PCB é traçada no contexto da conjuntura do após guerra que colocava em destaque os temas da paz e da democracia. A partir de 1942, o partido, que entre 1935 e 1942 praticamente deixou de existir sob forte repressão do Estado Novo, reestrutura-se e suas primeiras manifestações já demonstram sua predisposição à colaboração com as demais classes, objetivando a união nacional.⁹

Na legalidade, o PCB define um programa político para guiá-lo nas novas condições históricas que se apresentam. Este programa contém as estratégias e táticas adotadas pelo PCB a partir de então:

"Na realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos. E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos

⁸ "O Estado de Goiaz", nº 1176 de 22/06/46.

⁹ Cf. SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo. São Paulo, Edições Símbolo, 1980. p. 52.

os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim avançaremos a verdadeira união nacional, sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar (...) Esta a nossa posição política, a linha política do nosso Partido - unificação nacional para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais e chegarmos de maneira pacífica, através de eleições livres e honestas, à Assembléia Constituinte e à reconstitucionalização democrática que todos almejamos (...) Esta a nossa tarefa atual e urgente. Paralevã-la a bom termo, de maneira ordeira e pacífica, é que precisamos da união mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, democratas e progressistas de todas as classes. (...) Todos juntos, porém, operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares, havemos de vencê-la, dirigir nossa pátria pelo caminho do progresso e salvar nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça (...) Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista

de todos os nossos problemas.(...) Depois da terrível e longa noite fascista e de tantos anos de guerra, de dor e de miséria, os povos querem paze ao proletariado mais adiantado e consciente, os comunistas, numa palavra, o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular(...) Ora, uma tal república, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só excessão de seus elementos mais reacionários, numericamente insignificantes (...) É evidente que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas. Aliás, os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados (...) Além disso, objetivamente, num país industrialmente atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva (...) O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o

mais livre e o mais rápido do capitalismo no país".¹⁰

Nos trabalhos da Constituinte, o PCB, em relação ao campo, centra-se na Reforma Agrária como solução para os problemas da terra.¹¹ Mas a sua proposta de Reforma Agrária já existe explicitada desde o primeiro discurso de Prestes, após a sua libertação em maio de 1945, propondo o estudo e a imediata aplicação das seguintes medidas:

"Estímulo à produção de víveres, especialmente nas proximidades dos centros de maior consumo, com a entrega de terras gratuitamente a famílias camponesas, que se comprometerem a explorá-las imediatamente.

Estímulo e apoio ao cooperativismo livre e democrático, pelo crédito barato e, se possível, sem juros; auxílio financeiro e técnico ao pequeno agricultor e, se for necessário, fixação e garantia de preços mínimos para a produção aconselhada pelo governo."¹²

Além deste discurso de Prestes e de outros proferidos na Constituinte, existe ainda um outro, proferido no Vale do Anhangabaú, onde ele faz também uma análise da condição de vida dos camponeses e da crise que a agricultura a

¹⁰ PRESTES, Luiz Carlos. Os problemas atuais da democracia. Rio de Janeiro, Vitória, 1947 citado em: SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo, Ciências Humanas, 1981. p. 52-54.

¹¹ _____. A Reforma Agrária. Revista Problemas. Rio de Janeiro, 1 (1): 5-20, agosto de 1947.

¹² "O Estado de Goiaz", nº 1070 de 30/05/45.

travessa, cujas soluções estariam na reforma agrária.

O discurso de Prestes no Vale do Anhangabaú suscitou polêmica principalmente entre os fazendeiros e resultou em um número especial da Revista Sociedade Rural Brasileira criticando a posição dos comunistas.¹³

A reforma agrária proposta pelo PCB era uma reforma constitucional, dentro da lei e era a única proposta sobre o assunto neste período.

Em julho de 1946, o PCB realiza a III Conferência. No encerramento, Prestes faz discurso defendendo a Reforma Agrária como a chave da libertação.¹⁴ O item 10 das resoluções desta conferência trata exclusivamente dos problemas do campo e diz o seguinte:

"A III Conferência Nacional acentua a necessidade de ampliar-se as organizações das massas camponesas que, dia a dia, voltam suas esperanças para nós.

Nessa tarefa, deve o Partido, utilizando a nova e rica experiência dos trabalhos realizados no Triângulo Mineiro e em São Paulo, aplicar métodos que lhe facilitem esse trabalho, sendo indispensável que abandonemos as formulações mais gerais a fim de apresentar as reivindicações imediatas dos camponeses. A posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas, mas se-

¹³ BARRIGUELI, José Cláudio. Educação e Programa Agrário do PCB. 1945-1947. Goiânia, Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Maio/81. p. 10. (mimeograf)

¹⁴ "O Estado de Goiaz", nº 1186 de 27/07/46.

ria errôneo pretender mobilizar em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que sejam à situação de miséria dos camponeses. É, pois, da maior importância saber levantar as reivindicações, como as de melhores condições de trabalho e contrato de arrendamento, abolição de vales e barracões, maior prazo nos contratos de arrendamento e garantias ao camponês de poder reformá-lo, liberdade de comércio, diminuição dos impostos e fretes, crédito barato, além de outras que possam existir, que variam de estado a estado, de município a município e até de fazenda a fazenda.

Em torno da luta por essas reivindicações é que podemos fortalecer e criar novas células rurais e de fazenda, e, ao mesmo tempo, organizar as massas camponesas em associações as mais amplas possíveis, como ligas, sociedades e cooperativas. Deve igualmente o Partido dar a máxima atenção à assistência jurídica aos camponeses vítimas da exploração brutal dos grandes fazendeiros reacionários".¹⁵

A proposta para o campo, do PCB, teve dois encaminhamentos na época da legalidade do partido. Um, diretamente com os camponeses, que era de luta por melhores condições de vida e outro, efetuado por parlamentares do partido, em favor da Reforma Agrária.

¹⁵ "O Estado de Goiás", nº 1187, de 31/07/46.

A questão da posse da terra era abordada somente a nível parlamentar e dentro dos moldes estipulados pelo partido.

Em janeiro de 1947, realizam-se as eleições para governador e deputados estaduais. Em Goiás, o PC elege dois deputados que conseguem incluir na Constituição Estadual o artigo 172, que diz:

"A lei disporá sobre a maneira de se exercer fiscalização sobre o arrendamento de terras agrícolas, para obstar que a taxa de arrendamento exceda a vinte por cento sobre a produção".¹⁶

Com a diretriz nacional do Partido e com esta lei em Goiás, o PCB encaminha no sul do estado a luta pela baixa da taxa de arrendamento.

Em janeiro de 1948, são cassados os mandatos dos parlamentares do PCB e este vai para a ilegalidade. A partir de então, o partido prega franca oposição ao governo e propõe para os trabalhadores urbanos as associações paralelas e na área rural, acentua a necessidade do trabalho com os camponeses.

Nesta época, aproveitando contatos existentes entre elementos do partido com camponeses de Campo Limpo, o Comitê Municipal de Pires do Rio inicia um trabalho político com estes camponeses, no município de Orizona. O encaminhamento era no sentido de eles lutarem pelo cumprimento do artigo 172 da Constituição Estadual.

Foi nesta região que o movimento pela baixa do ar

¹⁶ Diário da Assembléia. Goiânia, 31/05/47, p. 12.

rendamento assumiu a conotação de enfrentamento direto entre arrendatários e proprietários de terra. O encaminhamento da luta deu-se através da criação de Ligas Camponesas em toda a região, ligas essas que existiram enquanto durou a Luta do Arrendo.

A ilegalidade do Partido foi ressentida pelas Ligas Camponesas, o que não impediu o surgimento de outras organizações com denominações diferentes como irmandades, união camponesa, associação rural, concentração, etc. "As reivindicações das referidas organizações no sul do estado fundavam-se basicamente na baixa do arrendo. Entretanto, à medida que proliferaram e se estenderam por outras regiões, diversificaram suas formas de mobilização. Emergiram sob o pretexto da organização de um time de futebol, de obtenção do comprimido aralém para combate da maleita, da exigência de escolas, professores, assistência médica etc. e, dissolvi-
am-se rapidamente na proporção das repressões feitas pela polícia e fazendeiros".¹⁷

Em agosto de 1950, o PCB lança um manifesto onde oficializa a sua "nova linha" de ação. Passa a considerar as soluções eleitorais impossíveis e propõe a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, visando a tomada do poder. Para isto, admite no manifesto a possibilidade da via armada. Em termos do campo, a "nova linha" vai dar ênfase à palavra de ordem: a terra é de quem nela trabalha.¹⁸

Apesar de o Jornal do PCB em Goiás, a partir de

¹⁷ GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. Informação da atuação do PC no campo em Goiás a partir de 45/46 (mimeog.). s.n.t.

¹⁸ "O Estado de Goiaz", nº 1382-1458, de jan./51 a set./52.

janeiro de 1951 dar ênfase à ocupação das terras, seguindo a palavra de ordem do partido, em março deste mesmo ano realizou-se em Goiânia o primeiro Congresso Camponês, onde a questão da luta e posse da terra não foi posta no eixo dos problemas dos trabalhadores rurais; solicitou-se genericamente a proteção contra a grilagem.¹⁹

Neste primeiro congresso, compareceram 146 delegados, com 18 municípios representados, predominantemente os do sul do estado. Ainda neste congresso foi organizada a União dos Camponeses de Goiás (UCG) para congregar o movimento camponês do estado. A diretriz do congresso sobre a organização era de organizar ligas nas fazendas e uniões nos municípios. O presidente do Congresso foi um camponês, quadro do PCB.

Em fevereiro de 1952, já convocado pela União dos Camponeses de Goiás (UCG), realizou-se o II Congresso Camponês, onde a luta pela posse da terra também não é mencionada.²⁰ Para ambos os congressos, os delegados eram escolhidos através de reuniões realizadas nos municípios.

3.1.3. O Poder Organizado: o Estado.

As prefeituras de Pires do Rio e Orizona, no período da Luta do Arrendo, eram ambas ocupadas por prefeitos eleitos pelo PSD, partido que também elegeu o governador do estado e ao qual pertencia a maioria dos fazendeiros de Campo Limpo.

¹⁹ "O Estado de Goiaz", nº 1398 de 10/03/51.

²⁰ Idem, nº 1432, de 17/02/52.

Apesar de terem sido eleitos por um mesmo partido os dois prefeitos tiveram posturas diversas durante a luta. Esta diferença talvez se explique pela correlação das forças que cada um representava e que se expressam no poder institucionalizado através da ação das prefeituras municipais.

A classe dominante de Pires do Rio era constituída pelos fazendeiros, comerciantes e industriais, sendo estes últimos ligados especialmente ao comércio e indústria de produtos alimentícios, predominantemente de carne e arroz. O prefeito de Pires do Rio tinha aspirações a cargos políticos mais altos. Era importante, neste caso, garantir um eleitorado fiel. Todas as vezes que se candidatou à prefeitura da cidade saiu vitorioso e também em 1958, quando foi eleito senador.²¹

Tendo em vista estas aspirações políticas o prefeito procurava canalizar a força do PCB em Pires do Rio e angariar votos para sua posterior candidatura ao Senado. Havia uma aparente harmonia entre governante e governados no município. E como o Estado representa sempre uma hegemonia, pode-se dizer que esta, em Pires do Rio, era dividida entre industriais, comerciantes e fazendeiros. Mesmo a fundação e atuação do Comitê Municipal do PCB não molestou esta harmonia.

Desde 1945, funcionava, sob orientação do PCB, a União dos Trabalhadores de Pires do Rio que promovia comemorações e passeatas sem ser molestada pelo prefeito. Na câmara, havia um vereador, membro do PCB, que atuava e falava em

²¹ SOUSA, José Bernardo Felix de. As Eleições Goianas. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, (16): 272-89. jan./64.

nome do Partido, sob a aquiescência do prefeito. Quando o Partido recolhia assinaturas pela paz mundial, o prefeito de Pires do Rio deu a sua assinatura, tendo o fato sido manchete no jornal do PCB em Goiás.²²

Nas manifestações públicas promovidas pelo PC em Pires do Rio, sobre as quais a polícia de Goiânia atuava como repressão, o prefeito intervinha para que não houvesse prisões de elementos já conhecidos como quadros do PC e de líderes das manifestações.

Na Luta do Arrendo, o prefeito negou apoio aos fazendeiros de Campo Limpo, o que já não aconteceu com o prefeito de Orizona, que providenciou a vinda da polícia para reprimir os camponeses.

A correlação de forças em Orizona era diferente. Lá a classe hegemônica eram os fazendeiros, principalmente os de Campo Limpo, que eram os fundadores do município. Além disso, existia um membro dessas famílias, que era o grande intelectual do bloco agrário da região; era o intelectual orgânico dos fazendeiros. Antes de ser senador, tinha sido prefeito interventor em Orizona, de cuja prefeitura esteve à frente durante a ditadura Vargas. Exerceu sempre o papel de conselheiro e chefe do PSD na região. O prefeito de Orizona no momento da Luta do Arrendo era um substituto deste "coronel". Era um representante seu no município.

Sendo assim, o prefeito de Orizona, quando procurado pelos fazendeiros de Campo Limpo para tomar providências com relação à rebeldia dos camponeses, solicitou policiamento de Goiânia. Na primeira solicitação, a polícia a-

²² "O Estado de Goiaz", nº 1442 de 03/11/51.

tendeu com vinte soldados e na segunda com sessenta, sendo essas duas investidas infrutíferas para os fazendeiros.

Até este momento, a luta dos camponeses era pela baixa do arrendo e, neste caso, era uma questão entre camponeses e fazendeiros. Em Pires do Rio, esses últimos estavam isolados; os industriais, comerciantes, camadas médias bem como a prefeitura não os apoiavam.

No momento, porém, em que os camponeses passaram para uma reivindicação que, em última instância, era revolucionária - a posse da terra - pois questionava a propriedade privada, a harmonia em Pires do Rio viu-se abalada. Verificou-se, então, uma crise de hegemonia. A partir daí a reação aos camponeses acelerou-se porque os interesses específicos dos fazendeiros passaram a coincidir com interesses dos industriais, comerciantes e de seus aliados das camadas médias. A partir de então, os fazendeiros tiveram todo o apoio para suas ações repressivas.

Diante da ocupação de terras pelos camponeses, o prefeito de Orizona telegrafa ao Coronel-Senador, solicitando a sua intervenção junto ao governo de Goiás no sentido de enviar, pela terceira vez, a polícia para a região da Luta do Arrendo.

Além de instalar-se em Orizona, desta vez a polícia instalou-se também em Pires do Rio; e agora com a aquiescência do seu prefeito. A repressão passou a ser legítima e necessária no sentido de defender a propriedade privada, segundo os seus defensores.

3.2. O Desenrolar da Luta.

A Luta do Arrendo desenvolve-se no período de 1948 a 1952, sofrendo as influências das forças locais e também da conjuntura nacional.

3.2.1. A Conjuntura e os Antecedentes.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o que se coloca em destaque no mundo são os temas da paz e da construção da democracia. No Brasil, acresceu-se a esses temas a luta pela legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB), legalização essa que se concretiza em maio de 1945.

Dentro deste contexto nacional, inicia-se, também em Pires do Rio, um movimento pela volta do país à democracia, através de manifestações pela Assembléia Constituinte e pela anistia ampla e irrestrita. Estas movimentações eram dirigidas por profissionais liberais com a participação de operários, estudantes e funcionários públicos. Entre estes, encontravam-se um médico e um casal de operários, que fugiram do Rio de Janeiro e Pernambuco, respectivamente, por perseguições políticas durante o Estado Novo.

As manifestações constituem-se em preparação para, em outubro de 1945, acontecer a inauguração do Comitê Municipal do PCB com comício e passeata. Seu secretário geral era um proprietário de Cartório de registro civil, que tinha como suplente um médico. Participavam do comitê operários, artesãos, jornalistas, todos moradores da cidade de Pires do Rio; não havia, portanto, participação de nenhum camponês no comitê.

O Partido Comunista é, a nível nacional, porta-voz dos temas da paz e da democracia. Além disso, preocupa-se também com a participação dos trabalhadores rurais nas mobilizações que aconteciam em todo o Brasil. Assim é que nos discursos de Prestes desde a sua libertação, o problema da terra e do camponês estiveram sempre presentes. Essa preocupação vem a ser oficializada em julho de 1946, quando o PCB realiza a III Conferência Nacional. O item 10 das resoluções explicita a linha do partido em relação ao campo, a partir do que sua proposta é encaminhada a nível nacional para a atuação na área rural.

Seguindo as determinações do partido, e entendendo as condições do estado de Goiás, principalmente as do sul, onde predominavam os camponeses "arrendatários", os dois deputados comunistas eleitos em janeiro de 1947 conseguem incluir na Constituição Estadual, promulgada a 16/05/47, o artigo 172 que dispõe sobre a baixa da taxa do arrendamento de terras.

Em 1948, o PCB em Pires do Rio decide por uma atuação na área rural, seguindo as palavras de ordem do partido de "lutar no campo". Como no município de Pires do Rio predominavam a pecuária e pequenas indústrias de transformação, tornava-se difícil para o PCB encaminhar algum trabalho na área rural. Em Orizona, porém, município vizinho, a lavoura era manual, absorvendo muita mão de obra, em sua quase totalidade de "arrendatários", especialmente na região denominada Campo Limpo.

A partir de então, o PCB de Pires do Rio inicia contatos e discussões com os "arrendatários" de Orizona. Passa a exercer uma prática educativa, integrante de todo o pro

cesso da luta que se desencadeia posteriormente. Foi uma atividade importante para a organização dos camponeses. Houve neste período um processo de aprendizagem, a apropriação de um saber²³ que mais tarde transforma-se em saber-instrumento para a luta.

"No início, houve conversa, distribuía jornal, amostra grátis de remédio e nessa conversa falava da lei da baixa do arrendo para 20%. O Partido ia fazendo visita de casa em casa, conversando com cada família".

Apesar de o trabalho ter sido iniciado a partir de ligações que já existiam entre moradores de Campo Limpo e elementos do PCB, a desconfiança dos camponeses durou algum tempo:

"No início, os camponeses não confiavam e diziam que o fazendeiro, o compadre, era muito bom. Depois eles começaram a confiar, mas essa mudança demorou umas duas safras".

O trabalho de discussão era feito só por elementos que moravam na cidade e vinham especialmente para isto:

"O trabalho era duro, feito a pé, onde a gente passava muita fome. Ia um ou dois elementos do Partido na cidade e ficava na região umas duas semanas, visitando e conversando sobre a lei, distribuindo remédio de amostra grátis, etc".

A partir desse trabalho feito em cada moradia, foi

²³Saber aqui entendido como elaboração e incorporação de conhecimentos, valores e atitudes.

dado um passo à frente em termos de organização:

"Depois começou a marcar reunião numa casa e os camponeses já reunia 12 ou mais elementos. Gostavam muito das reuniões. Ouviam sem piscar. Dava trabalho para ir embora, não queriam ir embora."

Essas reuniões passaram a ser feitas com os camponeses de determinada fazenda. Depois de algum tempo fundaram as Ligas Camponesas que era a organização de várias fazendas. Em Campo Limpo, portanto, a Liga Camponesa passa a existir como uma forma de organização em defesa da baixa do arrendamento:

"A organização era por fazenda. Três ou quatro fazendas formava uma direção que recebia o nome de Liga Camponesa ou Defesa do Arrendo".

Os camponeses tinham autonomia na escolha dos dirigentes da Liga Camponesa, mas esta executava as ordens do Comitê Municipal de Pires do Rio.

"Foi criada na zona da luta seis ligas. Cada uma tinha uma comissão que dirigia e organizava, formada de presidente, secretário e tesoureiro. Eram os camponeses que escolhiam a direção da Liga por voto oral. As ligas reuniam sempre para discutir ordens de comando que vinham de Pires do Rio".

Junto com esses trabalhos de discussão e organização dos camponeses, a notícia da lei do arrendo espalhou-se em toda a região de Campo Limpo, chegando até aos fazendeiros. Estes diziam desconhecer a existência de tal lei. Apesar do ânimo dos camponeses, o que o fazendeiro dizia tinha

o efeito de disseminar a incerteza entre eles, que começaram a duvidar da existência da lei. Diante disso, o PCB imprimiu a Constituição Estadual em forma de livro. Na capa, adornada com o emblema da República, foi colocado o título: "Constituição Estadual". Junto com o livro, o Comitê Municipal de Pires do Rio enviou para Campo Limpo um elemento do partido, que se apresentava como o representante das Ligas Camponesas de Goiás.

3.2.2. O primeiro enfrentamento.

A Constituição passou de mão em mão, de fazenda em fazenda. Não havia mais dúvida sobre a lei e, assim, os dias da colheita no ano 1950 foram marcados.

Na noite anterior ao dia da colheita, os camponeses reuniram-se para discutir e planejar o dia seguinte:

"Fizemos reunião para acertar o trabalho. Dividiu uma comissão que ia acompanhar o dono da lavoura para fazer a partilha da colheita. Combinamos encontrá madrugadinha na casa de um deles. Assim aconteceu".

Decidiram nesta reunião que passariam, antes de ir para a lavoura fazer a partilha, na sede da fazenda, para convidar o fazendeiro ou o seu administrador para estar presente durante a divisão da produção:

"Para o camponês esse era um momento difícil. Ele tremia. Antes era feito um trabalho de agitação danado. Era falado um por um. Mas na hora era duro. Os camponeses iam acompanhado pelo re

presentante das Ligas Camponesas em Goiás, que era muito respeitado. O tatuíra pedia para ver a lei. Era mostrado o livrinho com a lei. O tatuíra lia a capa e a lei. Ele acompanhava pr'a partilha".

Para esta tarefa, o fazendeiro não ia só:

"Os jagunços estavam sempre presentes na hora da partilha da colheita. Eles iam junto com o tatuíra e armados. Eles morria de vontade de fazer alguma coisa com os camponeses mas tinha medo porque sabia que ia ser devolvido".

O fazendeiro, apesar de estar presente durante a partilha, não concordava com ela:

"O tatuíra, às vezes, não recolhia a sua parte. Ela ficava ensacada na roça. Às vezes os filhos de camponeses ou camponeses que não participavam da luta ia e pegava a parte do tatuíra que ficou abandonada na roça. Esse tipo ficou chamado de 'fominha'".

Quando terminavam a colheita em uma fazenda, já organizavam-se para a próxima:

"Os camponeses da Fazenda Mato Dentro estava no fim da colheita e chegava o tempo de colheita na Fazenda Brejinho. Mandaram pedir ajuda aos de Mato Dentro que decidiram ir dar solidariedade aos de lá. Um camponês falava nas moradias e combinava de encontrar no terreiro de um à noite. Lá reunia, discutia os pormenor e acertava a partida para Brejinho na manhã seguinte. Pela manhã, a animação ia aumentando, à medida que chega

vam de seus ranchos, tanto homens como mulheres que vinha partilhar da jornada, indo a Brejinho a judar os de lá. Os de Brejinho preparara e fizeram salvas de fogos e a bandeira do Divino Espírito Santo foi hasteada quando os solidários de Mato Dentro chegaram".

Assim foi, de fazenda em fazenda, até o fim da safra. A notícia da vitória dos camponeses espalhou-se em Pires do Rio e em toda a região. Assim expressou-se a respeito um jornal da época:

"Ainda não terminou a luta dos camponeses de Orizona para fixação do arrendo a 20%. Nos últimos dias do mês passado, a Liga Camponesa da Fazenda Brejinho dirigiu-se às lavouras do camponês Alexandre Gonçalves, situadas na fazenda Corumbajuba; de cento e oitenta sacas de arroz colhidas por Alexandre, só permitiu que o tatuíra Francisco Dias retirasse 36, isto é, na base de 20%.

Esse feito da liga tornou-a ainda mais prestigiosa entre os camponeses de Orizona, que a todo momento a chamam para com seus comandos dividir as suas colheitas".²⁴

O PCB, por sua vez, adquiriu maior força e prestígio na cidade. A União dos Trabalhadores de Pires do Rio passou a ter suas promoções bem mais frequentadas.

²⁴ "O Estado de Goiaz", nº 1409 de 08/07/51. As citações que se encontram nesta parte e que não são acompanhadas de notas, são trechos de entrevistas com participantes da luta.

Os camponeses reconhecem e legitimam a direção do Partido a partir deste primeiro enfrentamento. Aprenderam muito nesta etapa da luta, principalmente a confiarem em si mesmos e na força da sua união. O camponês aprendeu que com a unidade do grupo é possível enfrentar o poder do fazendeiro. Sua organização e disposição de luta aumentaram, e com este aprendizado, eles enfrentam uma nova etapa da luta.

3.2.3. O Segundo Enfrentamento.

Os camponeses começaram a se organizar para enfrentar os fazendeiros e, ao mesmo tempo, iniciar o plantio da safra de 1951:

"Os camponeses trocavam de fazenda. O Pedro, que trabalhou na Brejinho, ia prá Fazenda Tijuco Preto e assim por diante".

Como os fazendeiros não possuíam o controle de todos os participantes da luta, e a única mão de obra existente era de arrendatários, eles aceitavam os novos, com um pacto verbal de que a taxa de arrendamento seria de 50% sobre a produção.

Nesta fase de preparação para a segunda colheita, o PCB também continuava presente em Campo Limpo:

"Entre uma safra e outra, a assistência do Partido continuava. O Partido criou uma escola na região. Arranjou umas professora prá facilitar mas não deu certo. As professora não gostaram e saíram. Aí a gente mesmo ficou sendo professor".

Os fazendeiros também aprenderam com a experiên -

ência e tomaram algumas precauções; reduziram a produção, diminuíram a terra para plantio. Além disso,

"o tatuíra era o fornecedor da manutenção do camponês até a época da colheita. Nessa época o tatuíra não quis fornecer para o camponês que passou a fornecer na cidade com o comerciante".

Chegou a época da colheita e os camponeses iam fazendo a partilha e deixando os 20% do fazendeiro na terra.

"Mas houve casos de fazendeiros que colhia todo o produto antes do camponês. Levava prá casa toda a colheita. O camponês não tinha como conseguir a sua parte. Não ia buscar na casa do fazendeiro".

No final da colheita, o produto estava pronto para a venda e os arrendatários endividados com os comerciantes.

"Os tatuíras não comprava mais a parte do camponês e ele vendia ao comerciante da cidade".

Esta situação era desvantajosa para o arrendatário que, na época da colheita, vendia os produtos a preço mais baixo e por isso era preciso quase toda a safra para pagar os gastos nas lojas e armazéns. Além disso, havia o transporte do produto, que era financiado pelo camponês, seja pagando diretamente o transporte, seja abaixando o preço do produto a ser transportado. Isto também acontecia quando o fazendeiro era o financiador da lavoura. O que houve, portanto, foi a substituição do fazendeiro pelo comerciante, na relação de exploração dos camponeses.

3.2.4. A Organização dos Tatuíras e a Repressão.

Até o momento, os fazendeiros de Campo Limpo não tinham nenhuma associação. Mas, com a organização dos camponeses, começaram também a organizar-se. O primeiro fruto dessa aprendizagem foi a decisão de procurar o prefeito de Pires do Rio, uma vez que sabiam que a direção da Luta do Arrendo partia de lá.

Quando os fazendeiros procuraram o prefeito, a notícia da vitória dos camponeses já havia se espalhado, não só na cidade, como em toda a região.

"O movimento se estendeu muito. Houve convite de Cristianópolis para Pires do Rio orientar o movimento lá. Até foi começado, mas não havia pessoal preparado suficiente. Pires do Rio virou centro de consulta sobre o assunto. Vários lugares mandava camponês saber como era, como organizava, etc".

Diante da extensão do movimento e do seu sucesso, e considerando a correlação de forças que representava, além de seus interesses eleitoreiros, o prefeito de Pires do Rio não deu seu apoio aos fazendeiros. Nem mesmo um advogado que os defendesse, os fazendeiros conseguiram.

"O prefeito disse que o movimento era muito grande, que ele tinha pouca polícia para reprimir. Tanto assim que quando a polícia veio de Goiânia, ele não deixou que se instalasse em Pires do Rio, foi para Orizona. Ele disse que o movimento era no município de Orizona e não de Pires do Rio. Os tatuíras não conseguiram advogado

porque tinha a lei".

Os fazendeiros, não recebendo apoio em Pires do Rio, decidiram ir a Orizona. Procuraram o prefeito e solicitaram a vinda da polícia de Goiânia. A polícia instalou-se em Orizona com vinte soldados, comandados pelo Tenente Rui Barbosa, policial temido na época pela sua crueldade e eficácia. O tenente assumiu a Delegacia e "os camponeses foram convocados, intimados em Orizona, mas foram convocados dispersos, um a um".

3.2.5. A Defesa dos Camponeses.

Diante da intimação, o Comitê Municipal de Pires do Rio tomou uma decisão que foi enviada a Campo Limpo:

"Recebi uma ordem de Pires do Rio, que era para todos os camponeses irem desarmados. Achei aquilo errado, fui contra. Disse na reunião que era para todos os camponeses irem armados. Mudei a ordem. Decidimos ir todos juntos e armados. Chegamos em Orizona oitenta e tantos camponeses a cavalo. Fez um movimento danado. A polícia comandada pelo Tenente Rui fugiu. Não encontramos ninguém na delegacia".

Aquela ida à cidade foi uma vitória para os camponeses. O Tenente Rui, que trouxera ordens de prendê-los, decidiu não entrar no mato para executar as prisões. A notícia dessa vitória espalhou-se.

"A cidade apoiava a luta. Tinha trabalhador desempregado querendo participar da luta, pensando em conseguir um pedaço de terra pra traba -

lhar."

3.2.6. Novo ataque da polícia e nova defesa.

O Tenente voltou a Goiânia, de onde trouxe para O rizona mais quarenta soldados. Desta vez, porém, encaminharam-se logo para Campo Limpo a fim de executar as prisões.

"Mas como a gente tinha uma comunicação direta de Goiânia para lá, quando ele chegou, nos organizamos e retiramos do local onde ele ia fazer o ataque e concentramos dentro do mato, esperando".

A polícia, não achando ninguém, cercou a mata e interditou a região que ligava Campo Limpo a Pires do Rio:

"Todo mundo que passava era preso, interrogado e revistado. A comunicação entre Pires do Rio e o local era feita através de mensageiros à noite. Desta vez, precisava mandar uma comunicação a Pires do Rio, mas sabia que o mensageiro ia preso. O camponês-mensageiro veio com um bilhete na mochila, dizendo que fulano-de-tal estava doente e precisava de condução para ir a Pires do Rio. Mas, na verdade, esse era um mensageiro pedindo reforço. Ele foi preso. Ao ser interrogado falou do doente que precisava ser transportado. Eles revistaram a bolsa dele e acharam o bilhete. Acreditaram na história e deixou o camponês passá".

Os camponeses que estavam entrincheirados na mata precisavam comunicar-se com suas famílias que estavam fora. A própria sobrevivência deles dependia dessa comunicação, que

"era feita com os de fora através da batida das pe
dras no escuro. A gente se orientava para não se
perder, batendo uma pedra na outra. Quando a "bóia
a" era levada pra mata ia de noite. A mulher che-
gava com as marmitas e os caldeirão e batia uma pe
dra na outra, num lugar combinado. Quando alguém
respondia, também batendo uma pedra na outra, ela
deixava a "bóia" e ia embora. Isso tudo no escuro".

Estes pontos de encontro eram chamados piquetes, e
tiveram um papel importante na luta:

"O piquete era o ponto de encontro, a
marcação; o lugar onde batia uma pedra na outra pa
ra comunicar. Por exemplo, ia até um pé de Angico,
lá batia uma pedra na outra até ouvir uma outra ba
tida. Esse lugar chamava piquete".

Os piquetes eram uma forma de resistência, de co-
municação segura.

"Era organizado por fazenda e por zona. O grupo
que se responsabilizava pelos piquetes era a via
de comunicação. As ordens de ação eram passadas pa
ra os piquetes e eles passavam para todos os arre
datários".

As armas dos camponeses eram poucas; não podiam en
frentar a polícia. Por isso haviam mandado o mensageiro a Pi
res do Rio, para pedir reforço. Mas o Partido não tinha ar-
mas e apresentou como solução o deslocamento dos camponeses.

A mata onde estavam cercados era próxima ao Rio Co
rumbá, que faz a divisa dos municípios de Orizona e Urutaí.

"Nós passamos os trabalhadores de um município pa
ra outro município. Passamos para o município de

Urutaí. Aí ele ficou sem condições de fazer as prisões".

O Tenente retornou a Goiânia e os camponeses aos seus ranchos.

3.2.7. O Impasse da Luta.

Chegou o momento de o arrendatário preparar a terra para um novo plantio. Mas os fazendeiros agora tinham a relação dos camponeses que participavam da luta.

"Aí aqueles que faziam esse movimento, os fazendeiros não queriam mais para trabalhar".

Era esta a situação dos arrendatários, quando chegou a Pires do Rio, para uma estadia de dois dias, Gregório Bezerra, que era da direção nacional do PCB e com experiência de trabalho na área rural. "Fez uma reunião onde falou da invasão de terras. Todos foram contra. Todo o PC de Pires do Rio foi contra".

Diante do impasse da Luta do Arrendo, e seguindo as diretrizes nacionais do PCB²⁵, Gregório Bezerra propõe a ocupação e derrubada de mata em Campo Limpo. Apesar de o PC local ter se manifestado contra, a proposta foi encaminhada aos camponeses. Mas poucos acataram-na.

"Na Luta do Arrendo, foram mobilizados uns trezentos camponeses, e na luta de ocupação de terras, participaram dezesseis. Os outros camponeses não

²⁵Cf. Jornal do PCB "O Estado de Goiaz", de jan/51 a set/52; Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional; Manifesto do PCB, de agosto de 1950.

se arriscaram. Todos queriam ter a terra pra trabalhar, mas não tinham coragem de enfrentar a repressão".

3.2.8. A Ocupação das Matas.

Os camponeses que ocuparam as matas ficaram sós. O Partido em Pires do Rio não os apoiou e "Gregório Bezerra incentivou a luta e depois viajou". O proprietário das matas ocupadas foi a Orizona solicitar apoio policial.

"Antes de ir para Orizona, passou de fazenda em fazenda dizendo o que estava acontecendo na sua. Os fazendeiros alarmaram-se. As matas seriam herança para os filhos e agora estavam sendo devastadas".

O proprietário das matas chegou à cidade como representante de todos estes medos e ódios. Indignado, contou que os camponeses

"derrubaram a mata para plantar. Tudo muito armado, passaram no meu terreiro. Fui muito humilhado. Eles dizem que vão matar meu gado".

Os boatos cresciam, e a opinião pública de Pires do Rio, que antes apoiava o movimento, depois disso ficou contra. O prefeito de Orizona sentiu-se fraco para enfrentar sozinho aquela situação. Sendo assim, telegrafou para o principal coronel da região que nesse momento morava no Rio de Janeiro. Era senador.

O Coronel-Senador considerou "uma falta de respeito" e tomou a seguinte providência:

"Mandei vir a polícia. Mandei mesmo, por que isto não está certo. Comuniquei diretamente com o governador do estado, o Pedro Ludovico, em Goiânia. Ele então mandou a polícia pra Orizona".

O Tenente Rui Barbosa chegou em um dia e, no outro, foi até a sede da fazenda onde estavam derrubando as matas, para fazer um estudo rápido do terreno e das condições em que deveria entrar em ação.

Os outros camponeses que eram companheiros na luta pela baixa do arrendo não sabiam detalhes sobre a ocupação das matas, mas sabiam da vinda da polícia e da sua permanência na sede da fazenda. A chegada da polícia espalhou o terror; houve pânico, famílias pelos matos, camponeses em bandada. Toda a repressão que a polícia havia tentado antes, sem sucesso, consumou-se com a ocupação da terra. Todos os participantes da Luta do Arrendo foram reprimidos, mesmo os que não haviam ocupado as matas.

O Tenente Rui Barbosa começou o seu trabalho. Inicialmente, procurou os camponeses em suas moradias. Em seguida, decidiu arrombar os casebres, espancando e destruindo tudo o que encontrasse. Assim o fato foi noticiado pelo jornal do PCB em Goiás:

"CAMPONESES PEDEM TERRA. LUDOVICO RESPONDE COM BALA! Sob o comando do famigerado Tenente Rui Barbosa, a polícia implanta terror em Orizona. Ameaçada a segurança de João Cândido, líder de Pires do Rio.

Diversas famílias camponesas de Orizona, acossadas pela fome, ocuparam e derrubaram uma pequena parcela de mato a fim de ali fazerem as suas

roças.

O governo Ludovico mobilizou dezenas de soldados sob o comando do Tenente Rui Barbosa para perseguir os camponeses. O tenente está cumprindo as ordens de Pedro Ludovico, do prefeito de Orizona, Luiz Martins, dos fazendeiros José Lourenço, Otávio Canedo, Abrão Caixeta e do Senador Zequinha da Costa. Sob o comando do tenente, a polícia espancou os camponeses Joaquim Nunes, Pedro Mariano e Antônio de Tal, invadiu a casa e furtou o revólver do camponês Alexandre Gonçalves. A polícia explora o anti-comunismo para justificar a selvageria e tentam envolver o líder popular de Pires do Rio, João Cândido, amigo dos camponeses, num processo de farsa. É bom que esses canalhas se lembrem que qualquer violência contra João Cândido, será respondida por violências ainda mais e - nêrgicas por parte do povo e dos camponeses de Pires do Rio e Orizona.

Por todas as formas as entidades democráticas, a exemplo da União dos Camponeses, que já divulgou um boletim de protesto e denúncia, o povo goiano deve prestar toda solidariedade aos camponeses de Orizona. Seja com protestos nas ruas, comícios, abaixo-assinados etc, seja enviando dinheiro, mantimentos etc".²⁶

"O PCB fez um boletim para ser distribuído em Pires do Rio e Orizona, denunciando a ação da polícia. O Tenente Rui suspeitou que um oficial de jus

²⁶ "O Estado de Goiás", nº 1414 de 05/09/51.

tiça tinha participado da distribuição dos bole - tins. Este oficial foi reprimido, espancado e ficou aleijado".

"Os atingidos pela repressão foram os camponeses e alguns simpatizantes. Ninguém do Partido foi preso ou espancado; camponeses, sim. Eram espancados o marido, a mulher e os filhos. Gente ficou aleijada, muita criança sem leite, sem comida, porque os pais estavam fugidos, presos ou doentes de pancada. Em Orizona, um dentista ficou aleijado. Ele só dava alguma ajuda aos camponeses. Era um simpatizante. Nessa época, o destacamento de polícia foi dobrado, tanto em Orizona como em Pires do Rio. Muitos camponeses fugiram, mas houve prisões e espancamentos".

"Depois da debandada foi preciso tirar camponês que nunca mais puderam voltar lá. Foi processado. Outros camponeses seguiram para o norte de Goiás onde havia terras devolutas. Alguns se ajeitaram com o fazendeiro, foram se aproximando aos poucos e aí ficaram na fazenda. Outros saíram em busca de outras terras porque as de Campo Limpo não permitiam uma boa produção. Estavam cansadas e foram sendo transformadas em pastagens".

Os quadros do PCB,

"a direção estadual foi tirando de lá e passando para outros lugares. Aí, não tinha elemento de nível ideológico capaz de reagrupar aquilo, mesmo que fosse em quantidade".

Além disso,

"depois dessa repressão toda, o Partido não teve coragem de voltar para falar com os camponeses. Estes estavam contra o Partido. As mulheres com crianças chegavam a Pires do Rio com ódio dos elementos do Partido e não tinha como explicar para o povo que a culpa era da polícia e não do Partido".

3.3. Os Aliados.

A seguir, falarei daqueles que, embora não tendo participado diretamente da Luta do Arrendo, influenciaram-na de alguma forma, seja com um apoio efetivo aos agentes em luta, seja ignorando o que se passava em Campo Limpo.

A participação dos aliados precisa ser vista em dois momentos. Um, que foi anterior à acirrada repressão que acompanhou a ocupação das terras e os camponeses eram vencedores, e outro, posterior, após a ocupação das matas e no qual os camponeses foram derrotados.

No primeiro momento, a opinião pública de Pires do Rio apoiava a luta. No segundo momento, ficou contra, muito embora, "23 moradores de Pires do Rio enviam memorial ao governador Pedro Ludovico protestando contra os atos criminosos da polícia no município de Orizona pelo fato de estarem lutando para não pagarem a taxa de 50%. Além disso, protestam contra o processo-farsa de João Cândido".²⁷ Dentre esta opinião pública poderíamos destacar alguns aliados e suas reações em cada fase do movimento.

²⁷ "O Estado de Goiaz", nº 1421 de 16/10/51.

3.3.1. Os Trabalhadores Urbanos.

No bojo das lutas pela redemocratização do país , foi criada a União dos Trabalhadores de Pires do Rio, sob a direção do PCB.

"Era uma união de homem de todo tipo de trabalho que quisesse participar. Essa União dos Trabalhadores deu muita força lá dentro, deu muita força para os trabalhadores e deu prestígio ao Partido".

A União dos Trabalhadores de Pires do Rio englobava todos os trabalhadores, mesmo aqueles que estavam organizados em suas categorias específicas, como era o caso das lavadeiras, que tinham a sua associação, e o dos motoristas , que estavam organizados na Liga dos Motoristas de Pires do Rio. A UTPR funcionava como uma união municipal dos trabalhadores urbanos.

Para evitar a perseguição policial, ela era registrada em cartório e teve seus estatutos publicados na Imprensa Oficial. Muitas eram as atividades desenvolvidas pela União:

"Ela funcionava em caráter mais recreativo: festas populares...agora a gente procurava dentro daquela União fazer a politização dos elementos mais esclarecidos. Promovemos lá muita festa, casamento de roça, esquete. Então a gente convidava eles para participar, eles vinha e a gente ia esclarecendo eles e aí o trabalhador começava a confiar no Partido. Eles sabia que aquilo era dirigido pelo Partido. Reuniam uma vez por semana pra organizar trabalho do interesse do trabalhador. Traba -

lho do Partido a gente fazia por fora. Lá nós con seguimos através dessa União fazer uma greve de la vadeiras. Fizemos uma reunião dentro da associa - ção de todas as lavadeiras da cidade que reclama - vam pagamento baixo do serviço. Retiramos dessa re - união uma resolução prá elas pedir aumento. Fize - mo um boletim, soltamo o boletim que daquela data em diante o pagamento seria majorado prá elas e que se não pagasse ... Aí pegou, e pegou direito. Gente rica pegava roupa, botava dentro dos carros, camionetes e ia lavar nos ribeirão. E elas foram vitoriosas. Inclusive o promotor na época tomou parte contra elas e acusava o Partido. Tiveram de aumentar se quisé que elas volta a trabalhá prá e les."

A repressão à União e suas atividades partia di - retamente de Goiânia.

"(A polícia) sempre tentou destruir, acabar com a aquele movimento lá dentro porque tinha influência muito longe particularmente na Estrada de Ferro. Então quando tinha qualquer movimento de caráter nacional que eles sabiam que o Partido participa - ria dele, eles desciam lá para proibir. Mas nunca foi respeitado. Já no governo de Jerônimo Coimbra Bueno,²⁸ ele mandou daqui (Goiânia) um delegado pa - ra impedir uma passeata que tava lá (Pires do Ri o) contra o envio de tropas para a Coréia. Chegou e mandou me chamar:

- Tou aqui com ordem, vocês vão realizar um comí -

²⁸ Coimbra Bueno foi governador de Goiás de 1947-1950.

cio aí, e não vai ser realizado porque tou com ordem inclusive de jogar a força em riba.

- Bem, o senhor pode cumprir sua ordem, vai cum -
prir sua ordem.

Reunimo a direção do Partido e levamo prá União dos Trabalhadores a intenção que a polícia tava e ordem para impedir. Aí nós decidimo: vai ser realizado. Como nós vamo fazer? Nós vamo fazer por intermédio da Associação. Quer dizer, fazer em caráter de surpresa. Mandamos os elementos descer nas charqueadas, desceu tudo, mandou convidar tudo, que tinha uma reunião da associação prá realizara aquela passeata. Juntou umas 3.000 pessoas e nós fizemos um juda, que era o Truman, nessa época. Ago r, lá o Partido tinha um instrumento de defesa grande, tinha muita carabina, tinha tudo, porque qualquer reação ... Então nós fizemo um estandar-te assim com faixa e botava uma arma assim na ou-tra, por dentro, no caso era só tirar. Quando nós foi saindo para entrar lá na praça, que era o jardim o delegado tava sozinho e vançou. Ele quis reagir com o revólver; tomou (os trabalhadores) o revólver dele e bateu nele lá. Ele desceu e foi lá prá cadeia:

- Vocês esperam aí agora mesmo...

Nós fizemo o movimento ali tudo, realizamo um co-mício relâmpago e falamo:

- A reação vem aí.

Demo ordem de dispersão para os trabalhadores, mas não quiseram dispersar. Daí a pouco veio a polí - cia embalada com fuzil pra prender. Aí o povo re-

sistiu. Um^s mil e tantas pessoas fechou e disse:
- Aqui você^s não prendem ninguém. Aí eles ficaram
com medo. Lá nunca conseguiram proibir manifesta-
ção alguma, lá não. "

A União dos Trabalhadores de Pires do Rio promo-
veu também o I Congresso de Trabalhadores em Charqueadas, fri-
goríficos, curtumes, selarias e sapatarias da zona ferrovei-
ária. O congresso contou com a participação de trabalhado-
res de quatro municípios da região da Estrada de Ferro: Pi-
res do Rio, Ipameri, Catalão e Anápolis.²⁹

Com toda esta movimentação e organização, a União
dos Trabalhadores de Pires do Rio nada fez efetivamente pe-
los camponeses durante a Luta do Arrendo. Antes da vitória
da repressão, os trabalhadores acompanhavam a luta com gran-
de interesse e torciam pela vitória dos camponeses. Havia
trabalhadores que até queriam ir para o campo participar da
luta. Quando o movimento dos camponeses ampliou-se, vários
associados procuravam a União, em virtude do aumento da cre-
dibilidade do Partido.

No segundo momento, com a derrota dos camponeses,
aconteceu a desmobilização dos trabalhadores urbanos; o nú-
mero de frequentadores da sede da União ficou reduzido.

3.3.2. Os Industriais, Comerciantes e Camadas Médias.

Os industriais e comerciantes de Pires do Rio es-
tavam, na sua maioria, direta ou indiretamente ligados aos
fazendeiros por lidarem com produtos alimentícios. Apesar

²⁹ "O Estado de Goiaz", nº 1461 de 19/10/52.

disso, no período de sucesso dos camponeses, não se manifestaram, não apoiaram os fazendeiros. Consideraram a questão da baixa do arrendamento um problema específico de camponeses e fazendeiros.

A reação desses industriais e comerciantes talvez explique-se pelo fato de que adquiriam suas mercadorias tanto dos camponeses como dos fazendeiros. Desse modo, a vitória de uma das partes em luta era-lhes indiferente, já que a Luta do Arrendo não se caracterizou, nem por ser um movimento que afetasse a produção, nem por aumentar o preço das mercadorias.

Quando houve a ocupação das terras, porém, colocaram-se, em parte, contra os camponeses:

"Os industriais e comerciantes da cidade se dividiram. Uma parte não se manifestou; achou que era problema deles. Outra parte manifestou a favor dos fazendeiros. O seu papel foi espalhar o pânico na cidade contra o comunismo e os invasores de terra".

Uma parte, portanto, não percebeu o alcance da modificação que se havia dado na natureza da luta, que agora tocava diretamente a questão da propriedade. A parte que se colocou contra os camponeses vislumbrou que a invasão das terras questionava a propriedade privada dos meios de produção o que, por certo, dizia respeito também ao comércio e à indústria. É consequente, portanto, o fato de terem se sentido ameaçados pelas invasões e espalhado boatos contra o comunismo.

Também os membros das camadas médias, principalmente funcionários públicos e pequenos proprietários, tiveram

reação semelhante. Na sua maioria, sempre temeram o comunismo, mas na época do sucesso da luta, enquanto os camponeses defendiam a baixa da taxa do arrendamento, ficaram calados. Quando os camponeses ocuparam as terras de propriedade dos fazendeiros, colocaram-se publicamente contra a Luta do Arrendo. Justificaram sua atitude dizendo que a causa da baixa do arrendo era justa, mas invadir a propriedade privada é diferente.

Tanto a reação dos industriais e comerciantes como a das camadas médias dava-se individualmente, uma vez que não havia organização dessas categorias.

Os agentes sociais da Luta do Arrendo possuíam outros tipos de aliados: os Espíritas, a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Apostólica Brasileira.

3.3.3. Os Espíritas.

Carlos Marighella, deputado pelo PCB, em discurso na Assembléia Constituinte, denunciou que "durante o longo período do Estado Novo eram os Centros Espíritas fechados sob a alegação de constituírem focos de agitação".³⁰ Talvez por ser uma religião marginalizada e por serem seus praticantes, em sua maioria, da classe trabalhadora, o espiritismo tenha mantido certa simpatia pelo PCB.

Em Goiás, desde o núcleo inicial do PCB, havia número significativo de espíritas entre os seus quadros. Afrânio de Azevedo, que chegou a eleger-se deputado pelo PCB em

³⁰ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, o Estado, a Família. Revista Problemas. Rio de Janeiro, 1 (2): 21-34, set./47.

1947, era espírita e deixou obras materiais vinculadas à organização espírita. Os elementos do Partido que faziam os contatos e discussões nas cidades à margem da Estrada de Ferro, precisavam, muitas vezes, esperar o fim de uma sessão espírita para reunirem as células do Partido.³¹

Gregório Bezerra, quando relata a sua passagem por Goiás, refere-se aos espíritas e ao apoio que deles recebeu em vários municípios do estado.³²

Nas eleições de 1945, houve espíritas que foram a público, através da imprensa, defender a posição de que os espíritas deveriam votar nos candidatos do PCB:

"Sob a censura dos doutos, pensamos que o eleitor, adepto da doutrina espírita, deve, salvo por considerações especiais respeitáveis, vo-tar nos candidatos do Partido Comunista".³³

Depois de tentar provar no texto as identidades existentes entre a doutrina espírita de Alan Kardec e o ma-terialismo dialético de Marx, o autor conclui:

"Em suma: um dos serviços à sociedade é a política do voto. O Espírita não vota como pro-pagandista do Espiritismo, mas como cidadão, es-clarecido pela filosofia do Espiritismo.

O Espiritismo seria inútil, se não espiritualizasse os motivos morais das nossas ações e

³¹ DAYRELL, Eliane Garcindo. PCB em Goiás. 1933-1948. s.n.t. p. 30.

³² BEZERRA, Gregório. Memórias. Segunda Parte: 1946-1969. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p. 87 e 108.

³³ LAVIGNE, Eusínio. Os Espíritas e o Comunismo. O Estado de Goiaz, nº 1129 de 26/12/45.

das nossas obras. Obrigá-nos, assim, a julgar e es colher, entre caminhos cruzados, o que melhor con duz à felicidade a nação e os povos.

Logo, se devo votar em alguém para uma função pública, deverei votar, de preferência, nos partidários de um programa mais compatível com os ideais libertários de Cristo, sobretudo - e isto é importantíssimo, porque o espiritismo não contradiz os fatos incontestáveis - sobretudo quando es se programa tem a prestigiar-lhe o futuro o seu ê xito em outras regiões da Terra, como as demonstrações positivas nos centros mais atrasados da Ásia, onde desapareceu o analfabetismo, a fome, a mendicidade e, agora, floresce uma civilização de trabalho e de paz (...)

Está porque os brasileiros como cristãos devem estudar o comunismo, e ser, como cidadãos, a migos do Partido Comunista, que é o partido do po vo".³⁴

As palavras de ordem do PCB, como luta contra o a cordo militar, pela paz, contra o envio de tropas para a guerra da Coréia e outras, eram defendidas também pelos cen tros espíritas dos municípios goianos onde havia comitês ou células do Partido.

Em Pires do Rio, esta ligação entre espíritas e PCB não fugia à regra geral do estado de Goiás. Quando o jo rnal do PCB no Rio de Janeiro - TRIBUNA POPULAR - foi fechado pela polícia, o Centro Espírita Alan Kardec de Pires do

³⁴ LAVIGNE, Eusíbio. op. cit.

Rio, cujo presidente era membro do Partido, enviou telegrama ao deputado Campos Vergal, protestando contra o fechamento do jornal.³⁵

Palmelo, vila pertencente ao município de Pires do Rio, existia em função de seus centros espíritas e de obras filantrópicas vinculadas a organizações espíritas e por elas dirigidas. Nas eleições, a quase totalidade dos votos de Palmelo era dada aos candidatos do PCB. O jornal do PCB em Goiás traz em suas páginas frequentes notícias sobre Palmelo, tais como: "os moradores de Palmelo assinam Apelo de Estocolmo";³⁶ "passeata em Palmelo pela Paz com a participação de mais de 200 pessoas";³⁷ "moradores de Palmelo enviam abaixo-assinado ao deputado Galeno Paranhos protestando contra repressões no Rio Grande do Sul".³⁸

Apesar de toda esta ligação com o PCB, os espíritas não deram nenhum apoio à Luta do Arrendo, especificamente. Continuaram fiéis ao partido e torcedores dos camponeses no desenrolar da luta.

3.3.4. A Igreja Católica Apostólica Romana.

Mais ou menos em 1945, chegaram a Goiás padres americanos da ordem dos franciscanos. Instalaram-se em quatro cidades goianas: Anápolis, Catalão, Goiandira e Pires do Rio. Todas estas, no período da chegada dos padres, eram cidades onde havia mobilização popular e o PCB tinha atuação.

³⁵ "O Estado de Goiaz", nº 1196 de 31/08/46.

³⁶ Idem, nº 1395. jan/51.

³⁷ Idem, nº 1413. jul/51.

³⁸ Idem, nº 1458. set/52.

Em Anápolis, esses padres eram identificados com militares e espiões americanos pelo jornal do PCB:

"Jovens ao pregar faixas contra a ida para a guerra da Coréia foram interpelados pelo padre americano Luiz que queria proibi-los de colocar as faixas. Os jovens foram presos e soltos no dia seguinte".³⁹

Em Catalão, segundo o depoimento que se segue, a atuação dos padres franciscanos era a mesma:

"Os padres tinham ligação com o governo americano. Fazia um combate danado ao Partido e tinham toda facilidade para atuar".

Em Goiandira,

"Os padres franciscanos faziam campanhas violentas contra os comunistas. Os padres possuíam um mapa da cidade, onde estavam assinaladas com alfinetes vermelhos as casas de todos os comunistas.

A reação dos padres era efetuada de várias maneiras. Chegaram a impedir a Sra. Carmem Isaac Martins de batizar uma criança, alegando sua posição política".⁴⁰

Em Pires do Rio, as coisas não aconteciam de forma diferente:

"Na minha opinião, a Igreja Católica lá sempre foi inimiga. Porque lá, quando se falava contra o imperialismo, era crime, era traidor da pátria. Os padres americanos tomaram parte na cam

³⁹ "O Estado de Goiás", nº 1431 de 28/01/52.

⁴⁰ DAYRELL, Eliane Garcindo. op. cit. p. 9.

panha contra o Partido na eleição de vereador. Fazia campanha dentro da igreja, fazia campanha fora. Comigo mesmo eles tiveram um atrito: fui escolhido por um camponês pra ser padrinho dum filho dele lá e chegou lá dentro da igreja foi uma decepção mas o camponês disse:

- O filho é meu e o senhor é obrigado a fazer o batizado.

E caminhou prá pegá o padre lá dentro. Eu disse:

- Deixa disso, vamos lá no espiritismo e batizamo".

A Igreja Católica Romana em Pires do Rio, liderada pelos padres franciscanos norte-americanos sempre foi contrária a qualquer movimento no qual houvesse a participação do PCB.

Na Luta do Arrendo, a Igreja Católica na fase que os camponeses estavam lutando pela baixa da taxa do arrendamento e obtinham vitórias, sendo que a opinião pública lhes era favorável, a Igreja Católica de Pires do Rio calou-se. Não havia clima favorável ao ataque. No momento, porém, que os camponeses ocuparam as matas e foram perdendo o apoio de alguns grupos urbanos, os padres passaram a liderar o movimento contra os camponeses. Organizaram uma luta ideológica contra o comunismo, contra os camponeses, e em defesa da propriedade privada.

3.3.5. A Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Esta Igreja rivalizava-se com a Igreja Católica romana, que combatia publicamente a maçonaria e o PCB. Talvez

isto explique a aproximação que existia em Goiás entre a maçonaria, a Igreja Católica Brasileira e PCB. Em fevereiro de 1946, um membro desta Igreja profere conferência no Comitê Municipal do PCB em Goiânia sobre o tema "Cristianismo e Comunismo".⁴¹

A Igreja Católica Brasileira editava, na época, um jornal que tinha sempre em suas páginas artigos sobre a vida do camponês, sobre os problemas agrários. Não havia em Pires do Rio nenhuma sede da Igreja, mas seus jornais chegavam à cidade, através da maçonaria. O PCB distribuía os jornais, o que facilitava a formação de uma opinião pública favorável à Luta do Arrendo.

Os camponeses e o PCB não perceberam a importância de obter o apoio da opinião pública, como forma de pressionar os fazendeiros. Nem os que eram aliados do PCB antes da luta foram mobilizados: os trabalhadores urbanos e os espíritas.

Dessa maneira, as diferentes formas de atuação dos aliados durante a luta explica-se pelas contradições existentes entre diferentes grupos sociais, e não pela atuação dos camponeses ou do PCB junto a estes aliados.

O que mais mobilizou os aliados foi a ocupação das terras pelos camponeses, porque ela questionou a propriedade privada da terra, transformando a questão do arrendo em uma questão política de alcance mais amplo, que sensibilizou de modo mais ou menos acentuado as diferentes categorias de aliados.

⁴¹ Jornal Folha de Goiás, nº 335 de fevereiro de 1946.

No capítulo seguinte, ao ser tratada a dimensão educativa da prática política do PCB frente aos camponeses, a classe que pretendia representar na Luta do Arrendo, haverá também a oportunidade de se aprofundar a análise desta atuação frente aos aliados.

4. A LUTA DO ARRENDAMENTO COMO PRÁTICA EDUCATIVA.

"A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo".

Paulo Freire.

Neste capítulo final, retomo a concepção de educação que adquiri no processo de elaboração deste trabalho. Segundo esta nova concepção, educação é todo processo de aquisição de um modo de pensar e de fazer. É uma dimensão de toda a prática da vida humana. A educação, portanto, é libertada do seu espaço restrito, que é a escola, e colocada na vida, no dia a dia dos homens.

4.1. O Aspecto Educativo da Prática Política.

A educação é uma prática social e, como tal, uma prática de homens determinados, situados concretamente no tempo e espaço. A prática educativa, portanto, existe sempre em uma sociedade concreta; faz parte de sua estrutura e de sua dinâmica.

Sem a educação, os homens estariam fadados ao recomeço. Não haveria a acumulação da aprendizagem e a possibilidade de a humanidade mudar conhecimentos e fazer novas descobertas. Esta é uma dimensão da educação muito lembrada pelos educadores e, principalmente, pelo sistema de poder vigente nas sociedades. Mas existe uma outra dimensão do processo educativo, que normalmente é esquecida ou omitida: "todo processo educativo tem uma dimensão cultural instrumentalizadora, que responde às necessidades ge-

rais da pessoa e da sociedade. Mas o processo educativo recobre também uma dimensão política".¹

Como política, entendo o jogo de poder, ou seja, as relações de força existentes em uma sociedade. Nas sociedades de classe, o jogo de poder existente é uma correlação de forças entre classes antagônicas. A questão do poder implica sempre em dominação, o que implica a existência de dominados e dominantes.

O poder de uma classe exerce-se pela hegemonia e , pela coerção. Exerce-se pela hegemonia quando a classe dirigente consegue o consenso da sociedade para o exercício do poder. Esse consenso, por sua vez, é o resultado de um trabalho educativo de divulgação que a classe que aspira à hegemonia faz de suas idéias. Por isso, segundo Gramsci, toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica.²

A hegemonia torna-se total quando a concepção de mundo de uma classe está implícita em todas as manifestações da vida social, como na arte, no direito, na atividade econômica; isto é, quando a classe dirigente consegue uma unidade ideológica, quando consegue impregnar de sua ideologia todo o tecido social. Esse trabalho de persuasão, de levar a sociedade a comungar a mesma ideologia, é um trabalho essencialmente educativo de homogeneizar idéias e formas de ação . Mas, concomitantemente a esse tra-

¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da Educação Fundamental ao Fundamental da Educação. Cadernos do CEDES. São Paulo, Cortez Editora, (1): 5-34, 1980. p. 7.

² Cf. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed. 1978.p.37.

balho persuasivo, a classe dominante utiliza outras formas para impor a sua dominação; através dos aparelhos repressivos do Estado, como a polícia e o poder judiciário. A ação através desses aparelhos é eminentemente coercitiva.

De acordo com os objetivos deste trabalho, focalizarei, neste capítulo, apenas as relações de hegemonia, visto que trata-se, aqui, de analisar a dimensão educativa da prática política.

Segundo Gramsci, uma classe mesmo antes de chegar ao governo pode tornar-se dirigente, isto é, hegemônica. Na verdade, ela deve tornar-se hegemônica, ou seja, só é possível a uma classe tornar-se dominante, deter o poder, se antes da tomada do poder ela se torna dirigente.³

Com estas colocações, Gramsci ressalta a luta de classes no âmbito da superestrutura e ressalta também o aspecto educativo de toda ação política e, principalmente, o papel educativo do partido político. Assim, toda prática política é educativa, bem como toda prática educativa é política. Isto porque, através de uma prática política, do jogo do poder, as pessoas adquirem ou transformam explicações da vida, do real, e também adquirem e transformam habilidades como: relações pessoais, organização de classe, o trabalho e outras.

Numa sociedade de classes, a explicação dos acontecimentos oferecida pela classe dominante é a que prevalece e permeia toda a sociedade. É uma explicação, um

³Cf. GRAMSCI, Antônio. El Risorgimento. Argentina, Granica, 1974.

conhecimento que é difundido na escola e em todos os meios de comunicação, em todos os instrumentos educativos utilizados pelo sistema dominante. Esta explicação dada para o mundo é uma explicação que perpetua a dominação de classe.

A valorização desta explicação em detrimento de outras é uma forma de perpetuar o poder da classe dominante. Sendo assim, existe o jogo de poder também no campo do conhecimento. Para a classe dominante é importante que toda a sociedade apreenda o mundo e o explique segundo a sua ótica, o que representa a consolidação da sua hegemonia e do seu poder de classe.

Para a classe dominada, entretanto, o importante é resistir às práticas e às explicações impostas pela classe dominante. É necessário criar e desenvolver em seu seio práticas e conhecimentos de acordo com os seus interesses; desenvolver suas formas de pensar, apreender, expressar e explicar a vida social, o trabalho, as relações patrão-empregado, a família, a religião, a escola, o partido, as formas de organização, a amizade, as suas próprias lutas.

No caso específico de uma luta social, os trabalhadores vivenciam experiências que transformam a si mesmos e a sua realidade. Ao vivenciar estas experiências, o trabalhador estabelece relações com outros indivíduos, tanto da sua como de outras classes, frente a uma situação concreta e específica. Destas relações resultam conhecimentos, resulta aprendizagem.

Uma luta social como a Luta do Arrendo é, portanto

to, prática política e educativa. Nesse capítulo será privilegiado na análise o aspecto pedagógico, ou seja, será privilegiada a análise das atividades educativas, das relações pedagógicas estabelecidas durante a luta. Ainda neste aspecto, será analisado o papel educativo do PCB.

4.2. O Partido Político como Educador.

De um modo geral, as abordagens existentes sobre Partido Político como educador referem-se à formação de seus quadros, à relação que os militantes estabelecem entre si no interior do próprio partido. Neste trabalho, entretanto, nossa análise centrar-se-á na relação do Partido com a classe que procura representar, o Partido na sua função hegemônica.

Conforme discutimos anteriormente, toda prática política é educativa. No entanto, as diferentes práticas educativas apresentem a sua especificidade no que se refere ao aspecto da consciência que essas diferentes práticas transformam.⁴ Numa luta social, o trabalho educativo por excelência é o de desenvolvimento e aprofundamento da consciência de classe, enquanto consciência de interesses comuns entre iguais em oposição a outros interesses de classe. Considerada essencialmente como um momento acirrado da luta de classes, numa luta social é a consciência de classe o elemento a ser considerado como a matéria prima

⁴ Esta idéia é desenvolvida por Beatriz Costa em relação à especificidade da prática social em seu artigo: " Para analisar uma prática de educação popular". Cf. Cadernos de Educação Popular. Petrópolis, Vozes, (1): 7-47, 1981

dessa ação educativa.

Para Gramsci, a consciência de classe é a manifestação consciente dos interesses de uma classe numa situação concreta. Esta manifestação consciente, no entanto, não acontece espontaneamente, mas sim de uma maneira organizada. Isto porque, espontaneamente, a classe trabalhadora nas sociedades capitalistas está sob o domínio da ideologia burguesa. "Isto significa, então, que toda classe subordinada, estando sob a hegemonia da classe dominante, não é capaz de definir e organizar por si própria os seus interesses, sem a intervenção de uma organização. Os componentes dominados do sistema tendem a ver os seus interesses a partir da visão que lhes é fornecida pela ideologia dominante. Ou seja, elas tendem a ver o mundo através da concepção do mundo que domina na sociedade. Não obstante, na medida em que o partido político torna-se a parte que "educa" e organiza a classe subordinada, esta será capaz de elaborar uma nova concepção do mundo adequada aos seus interesses. E essa nova concepção nascerá das próprias intuições, de 'bom senso', que emanam da prática concreta das classes subalternas."⁵

Aqui reside, normalmente, a dificuldade de ação dos partidos políticos. Não se trata de que o Partido possua uma concepção de mundo pronta e verdadeira que deverá ser assimilada pela classe. Seu papel é o de organizador da concepção de mundo elaborada pela própria classe. Somente desta maneira esta nova concepção estará consonante

⁵MOISÉS, José Álvaro. Greve de Massa e Crise Política. São Paulo, Polis, 1978. p. 106-107 (grifo meu).

com os seus interesses de classe. Para que isto aconteça, é necessário que a classe tenha vontade própria, tenha autonomia.

Mesmo quando um partido político é portador de uma teoria revolucionária, de um conhecimento voltado para a transformação da sociedade, ao inculcar esta teoria na classe que procura representar, estará reproduzindo a dominação da sociedade de classes; estará reproduzindo a divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam. Nesse caso, o partido decidirá o que a classe subalterna deve discutir e conhecer; é ele quem julga qual é o conhecimento verdadeiro capaz de orientar a luta da classe dominada de maneira correta. Estas classes estariam apenas consumindo um novo conteúdo, estariam recebendo um conhecimento pronto. O partido político estaria perpetuando a divisão dominante na sociedade entre os que conhecem e os que não conhecem, os governantes e os governados.

No meu ponto de vista, um partido deve agir no sentido de superar estas distinções porque o projeto de sociedade de um partido revolucionário numa sociedade capitalista é o projeto de uma sociedade sem essas distinções, onde haja igualdade entre dirigentes e dirigidos.

Tanto as classes populares como o partido que as representa, contudo, inseridos em uma mesma sociedade, estão sujeitos às injunções da ideologia dominante. Portanto, segundo entendo, tanto o partido portador da teoria revolucionária quanto a classe que busca representar, agente privilegiado da transformação social, devem permanentemente criticarem-se e se questionarem no confronto com a prática. Assim sendo, para o partido é fundamental assu -

mir uma posição crítica permanente a si mesmo e ao tipo de relação que estabelece com a classe que representa: se esta relação é de dominação, dificultando portanto o desenvolvimento da consciência de classe e, conseqüentemente, a sua efetiva organização, ou se essa relação é de direção, no sentido atribuído ao termo por Gramsci, que levaria a classe ao desenvolvimento da consciência de si mesma.

Tudo o que foi dito sobre o partido, a meu ver, é uma questão político-pedagógica. Política no sentido de reproduzir ou não, em sua prática partidária, uma relação de poder que impeça ou facilite às camadas populares desenvolver suas próprias formas de luta e resistência, que lhes facilite ou impeça serem autônomas, desenvolverem a sua própria consciência de classe. Pedagógica no sentido de que tanto o partido como a classe estarão em processo de aprendizagem. Ambos estarão libertando-se da educação recebida da classe dominante e aprendendo uma nova lição, uma nova concepção de mundo.

Mas, se ambos são educandos, a quem cabe o papel de educador? Este papel cabe à relação que se estabelece entre o partido revolucionário e a classe, relação que se dá na prática. Esta, portanto, é condição básica da relação educativa entre partido e classe. Devido às necessárias relações estabelecidas entre ambos, na prática, é que eles serão reeducados. Por entender como decisivo o papel da prática nessa reeducação é que, neste capítulo, analisarei como ela se deu na Luta do Arrendo.

4.3. A Proposta Educativa do PCB.

A análise do papel educativo do PCB na Luta do Arrendo pressupõe a análise de sua proposta educativa. Esta proposta, por sua vez, é resultado de concepções e fundamentos teóricos do partido e de uma análise efetuada por ele sobre a conjuntura da época. Sendo o PCB um partido com programa formalizado, no qual ele posiciona-se frente às classes sociais e à sociedade brasileira, no sentido de sua transformação, é necessário saber de que modo e em que dimensões o partido entende a realização dessas transformações e qual o papel a ser exercido nelas pelos camponeses.

4.3.1. A proposta do PCB para transformação da sociedade brasileira.

O II Congresso do PCB em 1925 significou a primeira tentativa do partido de analisar a realidade brasileira, discutindo, inclusive, o caráter da revolução no Brasil, sua força dirigente e suas etapas. A revolução brasileira "comportaria duas etapas: na primeira, encarada como 'terceiro golpe', seria retomada a insurreição pequeno burguesa definida nas duas tentativas tenentistas anteriores, a de 1922 e a de 1924, culminando com a tomada do poder pela burguesia, apenas apoiada pelo proletariado, na segunda, que se sucederia, imediatamente, este faria a sua revolução".⁶

⁶SODRÉ, Nelson Werneck. Elementos para a História do PCB;

A mudança proposta pelo PCB para a sociedade brasileira, a partir de então, referia-se à revolução burguesa como uma estratégia da revolução socialista. A revolução burguesa passa a ser o programa do PCB, transcrito por mim no terceiro capítulo dessa dissertação⁷ e sintetizado nestas palavras de Prestes: "somos socialistas mas sabemos que não podemos chegar ao socialismo sem resolver estes problemas da revolução democrático-burguesa. Não se trata de abolir a luta de classes. A colaboração é uma etapa".⁸

O fundamento da revolução burguesa proposto pelo PCB reside na destruição rápida da velha superestrutura para a liberação das forças produtivas sobre a base capitalista e com isto criar as condições necessárias à revolução socialista. "A revolução burguesa tem como objetivo resolver a questão agrária, pois sobre as relações sociais do campo se assenta toda a velha 'superestrutura', responsável pelo entrave do desenvolvimento das forças produtivas sobre a base capitalista. Tal revolução penetrando no campo, destrói os vínculos de dominação pessoal baseados no trabalho servil acelerando o processo de expansão do capitalismo, levando, assim, grandes massas do camponado à proletarianização".⁹

Infância. Temas. São Paulo, (9), 1980. p. 193. Citado por SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo, Ed. de Ciências Humanas, 1981. p. 27.

⁷Cf. Capítulo 3, p. 59-62.

⁸Jornal "O Estado de Goiaz", nº 1.096 de 29/08/45.

⁹DE DECCA, Edgar Salvadori. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 59.

A luta principal, portanto, é contra os grandes proprietários de terra e o seu principal aliado, o imperialismo. Neste combate ao feudalismo e ao imperialismo, dava-se ênfase à industrialização do país. Para isto, era necessário quebrar os laços feudais do campo e, ao mesmo tempo, combater o imperialismo. Dessa maneira a tarefa da revolução burguesa supunha, necessariamente, a independência nacional face aos interesses estrangeiros.

Para quebrar os laços feudais, era necessário melhorar as condições de vida do camponês, fazendo dele um consumidor. Esta seria uma condição básica para se formar um mercado interno que consumisse os produtos industrializados. Por outro lado, isto não poderia concretizar-se sem a libertação nacional do imperialismo, uma vez que a este não interessa a industrialização dos países dependentes, pois, desse modo, perderia os seus mercados.

À medida, contudo, que se propõe uma revolução burguesa, é de se estranhar que a sua direção não fique a cargo da burguesia. O partido justifica esse fato com três argumentos: primeiro, porque nos países de capitalismo tardio, a burguesia é débil, sendo a oligarquia a força principal da classe dominante. Outra razão é que para garantir à revolução burguesa o seu caráter democrático é necessário que a sua direção esteja com os trabalhadores a quem interessa de fato a democracia. E, ainda, porque os grandes industriais estavam ligados aos proprietários de terra, devido à dependência daqueles com relação a estes, para a importação.

Gostaria de salientar aqui dois equívocos que considero básicos nesta interpretação. O primeiro refere-se

ao fato de que o capitalismo atingiu não somente os países da Europa ocidental, como também os demais países, os chamados atrasados. O capitalismo foi um fenômeno que se deu em escala mundial, no qual os diferentes países possuíam um modo próprio de inserção no sistema: uns com um processo de industrialização mais avançado e outros como produtores de matérias primas. Denominar esses últimos de atrasados implica em considerar os primeiros, nos quais predominam as atividades industriais e que, segundo a concepção do PCB, constituíam a essência do capitalismo, implica em atribuir um valor histórico ao modo de produção capitalista, ou seja, a passagem pela etapa capitalista nos moldes europeus é inevitável. Trata-se de um modelo a ser seguido por todos os países. Os que ainda não atingiram a industrialização são, portanto, atrasados, e o papel do partido revolucionário é apressar o processo de desenvolvimento do capitalismo.

O segundo equívoco decorre do primeiro. Considerando que a luta do proletariado dá-se no interior de uma sociedade capitalista, a contradição básica é entre o capital e o trabalho. O proletariado luta, ao mesmo tempo, contra os proprietários de terra, contra o imperialismo e contra a burguesia, porque luta, fundamentalmente, contra a exploração capitalista, que tem nos três - latifundiários, imperialismo e burguesia - seus principais agentes.¹⁰

¹⁰ Este raciocínio é desenvolvido por Rosa de Luxemburgo em Greve de Massas, Partidos e Sindicatos, citada por: DE DECCA, Edgar Salvadori, op. cit. p. 63-64.

4.3.2. A Aliança Operário-Camponesa.

A aliança entre operários e camponeses para formação de um bloco que conduzisse a revolução brasileira foi proposta pelo PCB em 1928. Esta aliança, porém, deu-se apenas a nível de proposta, porque, na prática, o Partido continuou sua atuação exclusivamente na cidade. Prova disso é que, em 1929, o Bloco Operário-Camponês (BOC) tinha seções organizadas nas principais cidades industriais e nenhuma seção na área rural.¹¹

Em dezembro de 1927, o PCB, através de Astrojildo Pereira, procura Luiz Carlos Prestes para propor uma "aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob a influência do PCB e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da coluna e do seu comandante".¹²

O PCB superestimou os laços existentes entre a Coluna Prestes e as massas camponesas. As repercussões da Coluna eram mais presentes junto às classes médias urbanas. Na área rural era mais disseminado o medo em relação à Coluna do que simpatia e adesão.¹³

Durante todo o período de 1928-1945, apesar de,

¹¹ Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 132.

¹² Idem, p. 133-134 (grifado por mim).

¹³ Idem, p. 134. Ver ainda LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1945. Em relação à repercussão da Coluna Prestes sobre a população de Pires do Rio, cf. NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. Pires do Rio. Goiânia, Roriz, 1977. p. 72-80.

na prática, o PCB fazer um trabalho exclusivamente na área urbana, em termos de direção política da revolução brasileira, continuava fazendo uma proposta de aliança operário-camponesa.

Em 1945, já no seu primeiro discurso em liberdade, Prestes apresenta possíveis soluções para o problema agrário no Brasil, mas o papel da aliança operário-camponesa no encaminhamento dessas soluções não é mencionado.¹⁴

Em janeiro de 1946, no informe político apresentado por Prestes no segundo Pleno Ampliado do PCB, ele refere-se às grandes debilidades do partido, que são a baixa capacidade de organização e a incapacidade quase total de saber ligar-se às grandes massas. Refere-se ainda à inexistência de qualquer ação do partido no sentido de organizar as massas trabalhadoras rurais.¹⁵

Apesar do informe de Prestes, nessa época o PCB já encaminhava em São Paulo e no Triângulo Mineiro o trabalho na área rural, através da formação de ligas e associações de camponeses, das quais participavam "todos os elementos da população rural que estejam realmente empenhados em resolver os problemas da zona em que residem".¹⁶

Durante os trabalhos da Constituinte, o PCB defendeu a Reforma Agrária como solução para os atrasos do país. Mas a Reforma Agrária deveria ser resolvida e efetuada "pacificamente, dentro da Lei, quer dizer, constitu

¹⁴ Jornal "O Estado de Goiás", nº 1.070 de 30/05/45.

¹⁵ Idem, nº 1.136 de 19/01/46.

¹⁶ Idem, nº 1146, de 02/03/46.

cionalmente".¹⁷ Esta posição do partido reaparece nas Resoluções da III Conferência, onde considera-se que a maior reivindicação das massas camponesas é a posse da terra, mas que é um erro mobilizá-la em torno dessa reivindicação. As reivindicações devem ser menos radicais: melhores condições de trabalho e contrato de arrendamento, abolição dos vales e barracões, etc. Para o PCB, a luta pela reforma agrária, pela distribuição e posse da terra, deveria ser uma luta legal e constitucional; uma luta a ser encaminhada, portanto, a nível de parlamento. Seria difícil encaminhar essa luta com os trabalhadores rurais e ela ser, ao mesmo tempo, legal, dentro das leis.

Esta contradição do partido no encaminhamento da luta é, entretanto, apenas aparente. Sua política era coerente com uma linha de defesa do partido no sentido de manter a sua legalidade. Prova disso é que esta orientação cai por terra quando o PCB torna-se ilegal e reprimido. Com efeito, com a ilegalidade do partido em 1947, esse faz uma revisão de sua política, que aparecerá esboçada no Manifesto de Agosto de 1948 e, em sua forma final, no Manifesto de Agosto de 1950.

Na autocrítica levada a efeito, através do Manifesto de Janeiro de 1948, entre outros aspectos o partido assinala a "pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado (...) O país continua a ser atrasado, semi-feu-

¹⁷ PRESTES, Luiz Carlos. A Reforma Agrária. Revista Problemas. Rio de Janeiro, 1 (1): 5-20. ago./1947. p. 20.

dal e sêmi-colonial, o que constitui obstáculo principal ao progresso nacional, e é contra isso que precisamos lutar levantando com coragem e audácia a solução dos problemas fundamentais da revolução agrária e anti-imperialista em nossa pátria".¹⁸

Já em 1950, a mesma análise é reiterada e o PCB determina formas de ação, propondo o seguinte programa: "por um governo democrático e popular - substituição da atual ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participam efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado (...) Pela paz e contra a guerra imperialista...; Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista ...; Pela entrega da terra a quem a trabalha...; Pelo desenvolvimento independente da economia nacional...; Pelas liberdades democráticas para o povo...; Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras ...; Instrução e cultura para o povo...; Por um exército popular de libertação nacional..."¹⁹

Observa-se assim que em relação à transformação da sociedade brasileira, o PCB não abdicou de sua propos-

¹⁸ PRESTES, Anita Leocádia. A que Herança os Comunistas devem renunciar? s.n.t. p. 16-17.

¹⁹ PRESTES, Luiz Carlos. Prestes dirige-se ao povo (Manifesto de 1º de agosto de 1950). Fundamentos. São Paulo, 3 (17), jan. de 1951. Citado por SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo. Editora de Ciências Humanas, 1981. p. 63.

ta de uma revolução burguesa, agrária, anti-feudal e anti-imperialista, como estratégia de passagem para o socialismo. As modificações, portanto, deram-se apenas na forma de encaminhamento; a partir do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB passa a seguir uma nova linha de ação. Considera as soluções eleitorais impossíveis, admite a possibilidade da via armada para chegar ao poder e, com relação ao campo, defende o lema "a terra é de quem nela trabalha," o que significou, na prática, encaminhar a luta pela posse da terra.

A nível nacional, a participação dos camponeses nas transformações da sociedade propostas pelo PCB oscilava segundo os interesses do partido e não os das camadas rurais. Em seus programas, o partido defendia o interesse das massas rurais, como a Reforma Agrária e a posse da terra, mas como e quando encaminhar essas lutas era uma decisão do partido, segundo as suas conveniências. A preocupação maior, portanto, era em aumentar o poder do partido, e não o dos camponeses.

Existem evidências de que, em Goiás, com relação à luta pela posse da terra, o PCB oscilava entre as orientações propostas no tempo da sua legalidade e a nova linha estabelecida pelo Manifesto de Agosto de 1950. O jornal "O Estado de Goiaz", órgão oficial do Partido, defende, de janeiro de 1951 a setembro de 1952, a luta pela posse da terra. Divulga insistentemente o slogan "a terra é de quem nela trabalha" e apóia a luta dos posseiros. No entanto, tanto no I Congresso Camponês, realizado em janeiro de 1951, em Goiânia, como no II Congresso Camponês, realizado também em Goiânia, em fevereiro de 1952, ambos sob a orientação do PCB, a luta pela posse da terra não é men-

cionada em suas resoluções.²⁰

Esta incoerência manifestou-se também em relação à Luta do Arrendo, quando Gregório Bezerra, interpretando as determinações do PCB a nível nacional, orientou os camponeses no sentido de ocuparem as terras, enquanto que o Comitê Municipal de Pires do Rio teve posição contrária.

Tratava-se, em verdade, de incoerências e divergências internas do partido, das quais o camponês não participava, nem decidia sobre elas. No caso específico de Pires do Rio, no comitê municipal do partido não participava nenhum camponês, apesar deste ser o órgão que tomava decisões sobre uma luta travada pelos camponeses.

A própria concepção de partido vivenciada pelo PCB determinava a sua relação, não só com os camponeses, mas também com os operários e todos aqueles que dizia representar. Um partido como o PCB, que pretende uma transformação social, sendo, portanto, um partido revolucionário, deveria ser, segundo, Gramsci, um partido que congregasse os intelectuais orgânicos do proletariado e que tem a função de fazer da massa, uma massa de intelectuais. O partido é o "intelectual coletivo".

Esta tarefa implica em uma atuação do partido, como educador, não só dos seus quadros, mas também da classe que procura representar e, nestes moldes, essa tarefa não foi executada pelo PCB. Intelectual, no sentido atribuído ao termo por Gramsci, é aquele que pensa, analisa e dirige. O papel do PCB, portanto, seria tornar a classe

²⁰ Cf. Jornal "O Estado de Goiaz", nº 1.398 e 1432.

que representa, o proletariado, uma classe dirigente, uma classe hegemônica, o que efetivamente não aconteceu.

Além disso, segundo Gramsci, o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante, na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado Burguês a maioria da população trabalhadora, o que significa que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. O proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve ser capaz de superar as distinções que existem entre as diversas profissões, como tam**ém** é necessário superar alguns preconceitos. Os operários têm que pensar não apenas como proletários mas também têm que dar um passo adiante, têm que pensar como membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e intelectuais, como membros de uma classe que pode vencer e construir o socialismo apenas se é auxiliada e seguida pela grande maioria daqueles estratos sociais.

Para o proletariado tornar-se classe dirigente das massas camponesas, o primeiro problema a resolver é o de superar a ideologia dominante que é veiculada em toda a sociedade sobre o camponês e a área rural. Evidentemente, essa ideologia deve ser superada também dentro do partido, considerando que este, enquanto parte integrante da sociedade, é também influenciado pela difusão da ideologia burguesa.

A ideologia burguesa que é difundida entre as massas urbanas é de que o campo é a trava que impede que o progresso seja mais rápido. Os camponeses são vistos co

mo inferiores, menos capazes. E daí deduz-se que, se o campo é atrasado, a culpa é do camponês e não do sistema capitalista. Esta idéia é veiculada através de livros, novelas, romances, etc. Uma boa ilustração desse fato é o personagem "Jeca Tatu" de Monteiro Lobato.²¹

O PCB não conseguiu superar a ideologia dominante em relação ao camponês. O partido via o trabalho com o camponês como um mal necessário. Em Goiás e na Luta do Arrendo, a visão do PCB em relação ao camponês fica cla-ra; o trabalho com o camponês justifica-se para o partido devido à falta de operários urbanos:

"O partido atuava muito no campo porque a massa operária era pequena demais e praticamente nós não tínhamos assim operariado grande, a não ser as charqueadas que tinham um certo grupo de operários; no mais, eram operários da construção civil. De forma que o partido fazia um trabalho muito grande no campo também, porque era um partido de camponês também, operario e camponês".²²

Além de o trabalho com o camponês ser relegado a segundo plano, justificando-se apenas pela ausência de operariado urbano, o camponês era, ainda, considerado co-

²¹ José de Souza Martins discorre sobre a ideologia dominante veiculada sobre o camponês e a área rural, opondo campo e cidade, como se ambos não fizessem parte de um todo que é o modo de exploração capitalista (cf. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Livraria Pioneira e Editora, 1975.).

²² Entrevista de um ex-vereador do PCB e ex-membro do CM de Catalão, município do estado de Goiás, na região da Estrada de Ferro.

mo incapaz de organizar-se e de adquirir uma consciência política:

"(os camponeses) reunía para discutir ordens de comando que vinha da cidade. Eles mesmo lá não tinha iniciativa, é um homem sem iniciativa. Ele é um homem sem iniciativa, principalmente de caráter político. Eles não tem iniciativa, a não ser aqueles mais esclarecidos que já são politizados por elementos do partido.

As decisões eram tomadas em Pires do Rio (cidade). Porque eles (os camponeses) não tinham condições políticas para tomar uma decisão a não ser de resistência. Toda orientação, tanto política como de organização, partia de fora. Que eles não tinha noção de tipo de organização, não tinha... pelo que eu sei, até hoje não tem".²³

Consequentemente, o trabalho com o camponês era realizado sem fé. Não se acreditava na capacidade do camponês de organizar-se, de pensar, decidir e lutar. Tanto assim que, na Luta do Arrendo, a disposição de luta dos camponeses foi surpresa para o partido, que não soube como dar continuidade à luta:

"O partido não sabia que a luta ia tomar a dimensão que tomou. O partido não sabia que o camponês ia topa a luta como topou. Os camponeses diziam: - queremos armas; e o parti-

²³ Entrevista de um ex-dirigente do CM de Pires do Rio e membro do CE de Goiás - ENTREVISTA nº 01.

do não tinha armas para dar. A própria direção de Goiânia não sabia o que fazer".²⁴

Desse modo, na aliança operário-camponesa proposta pelo PCB, não se verificava o papel dirigente dos operários; havia sim, uma subordinação dos camponeses aos operários e, de ambos, ao partido. Perguntado se o fato de a luta dos camponeses ter durado dois anos não implicava um alto nível de organização, um membro do partido respondeu:

"foi um nível de organização alta, mas porque no meio deles (os camponeses) existiam camponeses que tinham sido politizados dentro da cidade. Era homem de profissão definida, por exemplo, era carpinteiro, pedreiro, que desistia do trabalho aqui na rua e partia para o campo. Ele era homem da terra, mas que tinha fugida da cidade".²⁵

Nota-se assim que, para esse ex-dirigente do partido, a capacidade de organização na Luta do Arrendo explica-se pela presença de ex-operários entre os camponeses, como se estes últimos fossem, por natureza, incapazes de organização própria, devendo, necessariamente, subordinar-se ao operário, que o partido julga com uma capacidade de organização, por natureza maior que a do camponês. Mesmo assim, quanto à participação dos operários no partido, fica aqui a declaração de um operário militante:

"A participação dos operários no PC é de tarefei...

²⁴ Entrevista de um militante do PCB, participante direto da Luta do Arrendo - ENTREVISTA nº 02

²⁵ ENTREVISTA nº 01

ros, minoria absoluta nos órgãos dirigentes".²⁶

Esta concepção que o partido tinha do camponês talvez explique o fato de que a proposta de aliança operário-camponesa não se tenha concretizado na Luta do Arrendo. Existia em Pires do Rio a União dos Trabalhadores de Pires do Rio, sob a direção do PCB. A Luta do Arrendo, também sob a direção do partido, seria a oportunidade de colocar-se em prática a aliança operário-camponesa, proposta durante tantos anos. Mas a União dos Trabalhadores de Pires do Rio não foi mobilizada em função da Luta do Arrendo:

"não houve ajuda concreta dos trabalhadores da cidade à luta. O partido não soube fazer o homem da cidade compreender a ligação que havia entre as duas coisas".²⁷

Nem mesmo o Comitê Municipal de Pires do Rio compreendeu a necessidade de uma ligação. Assim expressou-se a respeito o Secretário do Comitê, na época:

"a União dos Trabalhadores de Pires do Rio nada fez porque o PCB era quem dirigia esta Associação; como os elementos do partido tinham sido deslocados para a Luta do Arrendo, não havia quem dirigisse a União. Não houve apoio da cidade, mas sim do PC municipal, dos elementos do PC da cidade, que se deslocaram para o campo."²⁸

²⁶ Entrevista de um operário militante do PC em Goiás.

²⁷ ENTREVISTA nº 2.

²⁸ ENTREVISTA nº 1.

4.4. A Prática Educativa do PCB na Luta do Arrendo.

Para analisar a eficácia do PCB como educador , no meu ponto de vista, é necessário analisar a sua eficácia como organizador, que pode ser avaliada pela autonomia da classe que representa, nessa organização. No caso específico da Luta do Arrendo, será analisada a capacidade do PCB de dirigir os camponeses possibilitando-lhes uma atuação como atores com vontade própria.

Por isso, para analisar as atividades educativas do partido na Luta do Arrendo, centrar-me-ei nas formas de organização dos camponeses durante a luta. Nessa organização será analisado o nível de participação efetiva dos camponeses nas decisões e, conseqüentemente, será avaliado se a aprendizagem ocorrida durante a luta serviu para aumentar o poder dos camponeses..

4.4.1. Relação PCB e Camponeses.

Pela forma como os camponeses abraçaram a proposta do PCB de lutar pela baixa da taxa do arrendamento, pode-se deduzir que, de fato, o partido foi intérprete dos anseios dos camponeses de Campo Limpo. O PCB, portanto, fez uma análise correta da conjuntura local. Como proposta do partido a nível nacional, tendo sido encaminhada em outras regiões de Goiás, a luta pela baixa da taxa de arrendamento só assumiu uma forma de luta armada com maior extensão e duração em Campo Limpo.

O trabalho inicial de organização dos camponeses, feito pelo partido através de discussões em cada

casa, a respeito das condições de vida do arrendatário, da existência da lei estadual que estipulava em 20% o limite máximo da taxa do arrendamento, foi lento. Nesta etapa foi quebrada a desconfiança do camponês em relação ao PCB e criado um sentimento da necessidade de união.

Os camponeses passaram então a reunir-se para discutir em comum as questões que eram discutidas isoladamente nas residências. Esta prática estendeu-se por toda a região de Campo Limpo, no decorrer da qual o PCB propôs uma organização mais ampla que foram as Ligas Camponesas, ou Defesa do Arrendo.

As Ligas Camponesas eram organizadas por região e tinham uma fazenda como sede. As reuniões passaram a ser feitas não mais por fazenda, mas por Liga Camponesa, com diretoria eleita pelos camponeses.

Nessa prática, segundo entendo, o partido conseguiu o envolvimento dos camponeses nas atividades de organização, onde estes tinham, efetivamente, o poder de decisão. Nesse sentido, o partido soube esperar e respeitar o ritmo de conscientização do camponês de modo que ele estava sendo, de fato, preparado para o exercício do poder. A final, esta etapa preparatória da luta propriamente dita durou mais de dois anos.

Desencadeada a luta, as decisões sobre o seu desenrolar foram centralizadas no Comitê Municipal de Pires do Rio, no qual não havia a participação do camponês:

"o método de trabalho aplicado pelo partido lá (na Luta do Arrendo), primeiro se discutia no Comitê prá depois descer porque eram decisões que às vez implicava em medida de segurança e o par

tido não podia depositar confiança num homem que ainda não foi provado na luta. Camponês não podia tomar parte".²⁹

Estas resoluções eram encaminhadas para o elemento do PCB, morador da cidade mas participante da luta, e este tinha a incumbência de informar ao camponês sobre as decisões tomadas em Pires do Rio. Este processo, definido por um membro do Comitê Municipal de Pires do Rio como o processo de "baixar a resolução", indica bem a hierarquia da decisão.

Chegando alguma decisão de Pires do Rio, as Ligas Camponesas em Campo Limpo convocavam uma reunião, onde o elemento do partido na área passava para os camponeses os informes do Comitê. Não havendo mais o que decidir sobre essas informações, elas não eram discutidas; quando necessário, eram dados maiores esclarecimentos a respeito delas.

Além de passarem aos camponeses informações provenientes de Pires do Rio (informações sobre a Polícia, a continuidade da luta e outras), as reuniões também serviam para que os camponeses, diante dos informes sobre a polícia, decidissem sobre a maneira de enfrentá-la. A organização e as formas de defesa ficavam a cargo dos camponeses. Na concepção do PCB, as principais decisões eram tomadas em Pires do Rio, porque os camponeses eram incapazes de decidir sobre assuntos que exigissem maior experiência política. Quanto à defesa, considerada questão de menor importância, o partido permitia que a decisão fosse to

²⁹ ENTREVISTA nº 01 (grifo meu).

mada pelos camponeses.

O partido reafirmou, com essa atitude, a discriminação entre os que pensam, conseqüentemente os mais capazes, e os que executam, elementos inferiores, incapazes a quem cabe cuidar das questões menores do dia a dia da luta. É exatamente esta divisão, característica da sociedade capitalista, que o partido reproduziu na sua prática. Considerando que cabia ao partido o papel de pensador, e supervalorizando este papel em relação ao executado pelos camponeses, o partido justificou assim o seu poder de decisão, do qual eram excluídos os camponeses. Desse modo, o partido, enquanto educador, perdeu uma excelente ocasião de possibilitar aos camponeses o aprendizado da experiência política, cuja inexistência ele criticava tanto nos camponeses. O papel do partido como educador, nesse caso, deu-se em favor da dominação: atuou como empecilho à formação de uma consciência de classe.

No desenrolar da luta, o PCB enviou a Campo Limpo um de seus elementos, que trazia consigo um exemplar da Constituição Estadual, na qual o artigo 72 versava sobre o limite da taxa de arrendamento. Criou-se, durante a luta, uma grande dependência por parte dos camponeses com relação a esse elemento do partido, que se apresentou aos camponeses como o representante das Ligas Camponesas em Goiás, o agente da Reforma Agrária:

"As Ligas foram criadas especialmente para defesa do arrendo. Mas na hora da partilha, essa direção nada fazia se o delegado das Ligas Camponesas em Goiás não estivesse junto. O delegado tinha que sempre estar junto. Na verdade, era o

partido que mandava".³⁰

Mais uma vez, o partido teve uma prática de inibir a autonomia dos camponeses, apresentando-lhes uma autoridade e reafirmando neles a dependência dos letrados . Com esta prática, o partido reproduzia a ideologia dominante de que os camponeses são ignorantes e incapazes, necessitando sempre da ajuda dos "doutores".

Quando os fazendeiros se organizaram, não permitindo mais a presença dos arrendatários participantes das lutas em suas terras, criou-se o impasse com relação à continuidade da luta, diante do qual houve, dentro do partido, discordâncias quanto às formas de encaminhamento. A proposta de Gregório Bezerra, membro da direção nacional do partido, apresentada em reunião do Comitê Municipal de Pires do Rio, era no sentido de se promover a invasão das terras. Esta proposta estava coerente com a linha do partido a nível nacional, que, nessa época - 1952, tinha como lema: "a terra é de quem nela trabalha", e apoiava a luta dos posseiros. Consta que o Comitê Municipal de Pires do Rio, por unanimidade rejeitou a proposta. No entanto, a proposta de invasão das terras foi encaminhada aos camponeses.³¹

Uma pequena parte dos camponeses aderiu à pro-

³⁰ ENTREVISTA nº 02.

³¹ As informações quanto à forma de encaminhamento da proposta de invasão das terras para os camponeses foram controvertidas. Não consegui esclarecer se foi o próprio Gregório Bezerra ou o Comitê Municipal de Pires do Rio o responsável pelo encaminhamento da proposta. De qualquer forma é certo que ela foi encaminhada pelo partido aos camponeses.

posta. Consumando-se assim a invasão de terras, as autoridades constituídas encontraram uma justificativa aceitável frente à opinião pública para desencadear violenta repressão sobre os camponeses. A reação dos atingidos pela repressão foi de ódio e revolta para com os elementos do partido:

"depois dessa repressão toda, o partido não teve coragem de voltar para falar com os camponeses. Eles estavam contra o partido. As mulheres com crianças chegavam a Pires do Rio com ódio dos elementos do partido, que não tinha como explicar para o povo que o culpado era a polícia e não o partido".³²

Esta reação de imputar ao partido a responsabilidade pela repressão demonstra que Partido e Classe estiveram dissociados neste momento da luta. Os camponeses, não tendo participado da tomada da decisão, não a assumiram como uma decisão própria e, nesse momento, concretizou-se a dissociação: o partido foi percebido como algo alheio a eles. A Classe não percebeu no Partido o seu representante. A existência dessa dissociação mostra que o partido e a classe tinham pontos de vista divergentes, o que não impediu que os pontos de vista do partido prevalecessem sobre os da classe.

Desse modo, a relação pedagógica que se estabeleceu não conseguiu levar à autonomia da classe, mas contribuiu para a continuidade da sua condição de subordinada. O partido exerceu com relação aos camponeses um papel

³² ENTREVISTA nº 02.

de dominador, e não de dirigente, no sentido atribuído a esses termos por Gramsci. O PCB, que propunha a aliança o perário-camponesa como direção da revolução brasileira, não conseguiu, na prática, educar os camponeses para o exercício do poder. A relação pedagógica que o partido estabeleceu com a classe durante a luta dificultou a formação da consciência de classe, uma vez que, também ele, não conseguiu desvencilhar-se do domínio da ideologia burguesa.

4.4.2. Organização e Consciência Camponesa.

Tentarei analisar, com os poucos dados conseguidos,³³ a evolução, o processo de organização e de conscientização dos camponeses durante o decorrer da luta.

Na região de Campo Limpo, onde desenrolou-se a Luta do Arrendo, não tinha havido até então, de acordo com os dados disponíveis, organização em grupo dos camponeses para defesa de seus interesses, apesar do alto grau de exploração a que eram submetidos.

No início dos contatos entre o PCB e os camponeses, esses não tinham atividades em comum. As reuniões tiveram, portanto, um papel fundamental nesse início de organização. Permitiram que os camponeses saíssem de seu isolamento e se encontrassem para conversar, criar amizades e solidariedade entre si. ...

³³ Os camponeses participantes da Luta do Arrendo que conseguiram encontrar não queriam falar sobre o assunto. Devido à repressão que sofreram, além de ser doloroso retomar o assunto, temiam nova represália.

Em termos organizativos, os camponeses crescem, de uma fase de isolamento, até a organização dos piquetes. Estando a defesa a seu cargo, criaram eles uma forma original de sustentar a informação e a segurança durante toda a luta. Por outro lado, só os camponeses seriam capazes deste tipo de organização, uma vez que os piquetes exigiam grande conhecimento da região.

Quanto à consciência de classe, os camponeses partiram de uma visão isolada da sua realidade para uma percepção da existência de outros camponeses que vivem essa mesma realidade, participando, portanto, dos mesmos problemas; partiram de uma consciência de si mesmos para uma consciência do grupo. Houve, evidentemente, avanços significativos; os camponeses uniram-se e lutaram em função de interesses comuns. Havia solidariedade entre si, percebiam-se como participantes de uma mesma classe, e viam no outro camponês um companheiro imprescindível para fazer valer seus interesses. Nesse estágio, o grupo já aspira a uma maior igualdade, uma melhor redistribuição de riquezas, embora suas reivindicações limitem-se a modificações na sociedade em que vivem:

"o camponês, com a luta, passou a compreender muita coisa. A gente até estranhava quando via um camponês participante da luta e comparava de como ele era antes. O camponês passou a gostar do movimento, se organizou. Passou a aceitar, procurar o partido. Compreendia que a terra pertencia a quem nela trabalha. Queria saber como era a produção na Rússia, como se plantava lá, etc. Tomaram consciência de que tinha que haver

união para conseguir as coisas, mas não em sentido coletivo, tudo individual".³⁴

Seja pelas características da Luta do Arrendo , que se limitava a uma reivindicação dentro do quadro social vigente, seja pela relação educativa estabelecida pelo partido com os camponeses, eles conseguiram lutar por seus interesses contra a exploração em que viviam, mas não conseguiram, ainda, explicar esta exploração, e muito menos estabelecer um projeto de sociedade e lutar por ele a longo prazo.

O projeto de sociedade do PCB não foi, assim, as similado pelos camponeses, ou, pelo menos, não foi perce bido como um projeto de sua classe. Tanto assim que, no fi nal da luta, depois de reprimidos pela polícia, imputavam ao PCB a culpa pela repressão.

Apesar disso, houve momentos e aspectos da luta em que o PCB conseguiu ser intérprete dos interesses da classe. Neste caminho que os camponeses percorreram, de uma vida isolada até uma luta por um interesse comum, o PCB conseguiu, na prática da luta, estabelecer com os campone ses uma relação de educador na perspectiva da classe.

4.5. A Luta do Arrendo como Aprendizado Social.

No final de 1952, a Luta do Arrendo havia também chegado ao seu final. O movimento estendeu-se, ou melhor, a notícia da luta espalhou-se, mas o partido não pos

³⁴ ENTREVISTA nº 02.

suía condições necessárias para o atendimento desta expansão:

"O movimento se estendeu muito; houve convite de Cristianópolis para Pires do Rio orientar o movimento lá. Até foi começado, mas não havia pesoal preparado suficiente. Pires do Rio virou centro de consulta sobre o assunto. Vários lugares mandavam camponês para saber como era, como se organizava, etc. Mas não havia gente e preparo para atender aos pedidos".³⁵

A Luta do Arrendo, portanto, ficou isolada a Campo Limpo, e é difícil avaliar o seu efeito como aprendizado para outros camponeses e trabalhadores que não participaram diretamente da luta.

Para os moradores da região, a Luta do Arrendo é vista de forma diferenciada. A opinião pública no geral esqueceu-a ou minimizou-a a tal ponto sua importância que ela tornou-se insignificante. A luta é explicada como simples "coisa do partido"; nesse aspecto, é impressionante o poder da ideologia dominante, que não só rechaça da história oficial a luta dos vencidos, como também consegue apagá-la da memória de suas testemunhas.

Quanto aos participantes diretos da luta, os fazendeiros, os camponeses e o PCB, notam-se posições diversas. Os fazendeiros falam sobre a Luta do Arrendo sem constrangimento ou temor. Agigantam mesmo a sua dimensão, e referem-se a ela como um mal que foi debelado e do qual foram as principais vítimas:

³⁵ ENTREVISTA nº 02.

"e eles (os camponeses) brigavam mesmo. Muito fazendeiro tomou muito prejuízo com isso. Aí, aqueles que faziam esse movimento, os fazendeiros não queriam mais para trabalhar. Eles foram juntando, formando um bolo e resolveram invadir uma mata da fazenda do meu cunhado. Derrubaram a mata prá plantar. Tudo muito armado, passavam no terreiro dele. Ele foi muito humilhado".³⁶

Os camponeses, após a luta, dispersaram-se. Vários migraram para o norte do estado e participaram da Luta de Formoso e Trombas, um conflito pela posse da terra, que eclodiu no médio norte do estado de Goiás, no período de 1950 a 1964. Aqueles, que tendo participado da Luta do Arrendo, ainda permaneceram na região, ou migraram para as cidades próximas a Campo Limpo ou, aos poucos, foram sendo novamente aceitos pelos fazendeiros como trabalhadores rurais. Estes remanescentes da luta na região são arredios e temerosos de abordar o assunto. Trata-se de algo que desejam esquecer. Tendo sido reprimidos, têm pavor de passar novamente pela experiência.

É interessante observar a diferença da reação dos fazendeiros que moram na região e participaram da Luta do Arrendo e a reação dos camponeses participantes. O fazendeiro foi o vencedor; nada teme. Fala do acontecimento sem rodeios; continua com poder. Os camponeses, ao contrário, continuam oprimidos; foram e são vencidos. Muito têm a temer. Por isso são reticentes ao falar do assunto, temem nova represália.

³⁶ Entrevista com um fazendeiro da região desde os tempos da Luta do Arrendo.

O aprendizado da luta para os elementos do partido deu-se também de forma diferenciada. Para o membro do Comitê Municipal, o erro do partido foi somente ter orientado a ocupação das terras:

"Surgiu a iniciativa de derrubar mata prá tomar posse da terra, na idéia de que a terra deve ser de quem nela trabalha. Eu fui contra, mas como lá apareceu para dar orientação o Gregório Bezerra, ele chegou, eu disse, você assume o comando de todo o movimento. Eu sou contra, porque não existe condição prá isso num movimento isolado aqui, porque a repressão virá muito forte e vai debandar com tudo isso, vai acabar com tudo isso porque é um movimento de alto nível para isso aqui. Foi lá, organizou 16 homens, derrubou mata. Aí a polícia desceu o pau. Aí o movimento dispersou. Dispersa, porque o povo não é um povo ideologicamente preparado para uma resistência desse tipo. (...)

Gregório Bezerra é muito sectário e seguia instruções do nacional. Era o baluartismo da época. O partido local não apoiou; Gregório passou por cima do municipal. O Gregório incentivou a luta e depois viajou, deixando os camponeses na terra ocupada. Quando a repressão chegou, ele não tava mais lá. O movimento do arrendo poderia ser recuperado, mas depois disso, debandou".³⁷

³⁷ ENTREVISTA nº 01. Gregório Bezerra registra sua passa-gem por Goiás e, especificamente, por Pires do Rio nes

Na opinião desse militante, o erro do partido no encaminhamento da Luta do Arrendo está fora do Comitê Municipal de Pires do Rio. Está na decisão de invadir as terras. Não é feita assim uma autocrítica do partido como educador em sua relação com a classe dos camponeses. Mas, se foi possível a Gregório Bezerra encaminhar uma ação contrária às decisões do Comitê Municipal, era porque o partido tinha uma prática autoritária, tanto na sua organização interna, como na sua relação com a classe que representava.

O movimento camponês em Campo Limpo talvez não tivesse sido extinto se o PCB tivesse uma prática menos personalista. O Secretário do Comitê Municipal assim expressou-se a respeito:

"o camponês se liga a pessoas, e não ao Partido. E as pessoas conhecidas que eles confiavam foram retiradas de lá. Os camponeses ainda são conduzidos por caudilhismo".³⁸

Após a repressão, o partido deslocou para outras áreas os seus quadros mais conhecidos na região, sem antes preparar os seus sucessores.

Para o elemento do PCB na área do conflito, o partido encaminhou uma luta imaginando que o camponês não iria tão longe. Com a combatividade do camponês, o partido não sabia o que fazer. Era um partido sem experiência

sa época. No entanto, não se refere ao episódio relatado sobre a Luta do Arrendo (cf. BEZERRA, Gregório. Memórias; segunda parte: 1946-1969. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.).

³⁸ ENTREVISTA nº 01.

de trabalho no campo:

"Para o partido teve a aprendizagem que o povo só não faz nada, tem que ter uma máquina que é o partido. O partido aprendeu que precisava organizar quadros. Eram poucos e sem experiência. O partido não tinha quadros para desencadear a Luta do Arrendo em todo o estado. O partido não tinha ramificação no campo; era um partido de asfalto. Isso era um erro, mas não conseguiu corrigir. Não conseguiu se estruturar no campo. A maior parte dos seus quadros eram almofadinhas, que só sabiam distribuir jornal na cidade".³⁹

Em evidente contraste com o membro do Comitê Municipal, esse militante inicia uma autocrítica do partido. Percebe o seu distanciamento dos camponeses e vê nisso uma das razões do insucesso da luta, uma vez que, não conseguindo estruturar-se no campo, em todo o estado, o partido não teve condições de ampliar a luta.

Esse militante, apesar de hierarquicamente inferior, na organização interna do partido, ao membro do Comitê Municipal; apesar de possuir um nível de escolarização mais baixo em relação àquele; e apesar de dominar menos a teoria revolucionária, mesmo assim consegue uma maior lucidez na análise da atuação do partido durante a luta. A explicação desse fato, segundo entendo, deve-se à sua relação direta, vivenciada, com a classe durante a luta. Isto lhe permitiu, não só conhecer o que se passava na luta, mas também compreendê-la e senti-la como os camponeses. Essa deveria ser a relação que o partido como um to-

³⁹ ENTREVISTA nº 02.

do deveria ter estabelecido com a classe camponesa.

Mas, observando a Luta de Formoso e Trombas, tam bém encaminhada pelo PCB em Goiás, após a Luta do Arrendo, nota-se uma relação diferente do partido com os campones - ses. Nesta luta, o poder de decisão dos camponeses eram mai or:

"qualquer coisa que acontecesse, nós logo se re unia, discutia e tirava resolução. Todo mundo tinha direito de fazer proposta, qualquer que fosse. Nós votava secreto, a que ganhasse todo mundo, mesmo os contrário tinha que acatá. Mas se não concordava não precisava ajudá. Cada cór rego elegia três representante que participavam da assembléia geral dos córrego de 60 em 60 dias. Se, por um acaso, quando os três represen - tantes chegasse no Conselho de Córrego e, nós, a maioria não concordava com a resolução do Con selho Geral, a gente ia discutir e fazia nova vo tação. Tudo era feito com o nosso acordo e par - ticipação".⁴⁰

Como havia em Formoso elementos do partido que tinham participado da Luta do Arrendo, e como o Comitê Es tadual já havia passado pelo aprendizado de Campo Limpo, é de se supor que a Luta do Arrendo tenha educado o Partido no sentido de mudar a sua relação com a classe, muito em-

⁴⁰ Depoimento de um camponês participante da Luta de Formo so, citado por: CARNEIRO, Maria Esperança. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas; texto para discussão no Grupo Movimentos Sociais no Campo. Goiânia, Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, maio de 1981 (mimeografado).

bora não se tenha conhecimento da produção de qualquer au
to-crítica nesse aspecto.

Para nós, hoje, a Luta do Arrendo possibilita u
ma retomada da discussão sobre a relação Partido e Classe
e da discussão tão atual sobre o papel da vanguarda. Para
fraseando Marilena Chauí: Aurora e Crepúsculo, a Luta do
Arrendo dá o que pensar.

ABSTRACT

Political practice is educational because it permits individuals to acquire or transform explanations about life, and new knowledge and abilities are assimilated. With regards to the specific case of a social struggle, workers live experiences that transform themselves and also reality. Knowledge and learning result from this process. A specific social struggle offer an opportunity to analyse the pedagogical relations established between the agents. In the case of the Arrendo Struggle (Orizona, Goiás), this pedagogical relation is established between the Brazilian Communist Party and the peasants. During the struggle, the Brazilian Communist Party, in certain moments, was able to obtain the involvement of the peasants in the organization activities, where the peasants themselves were able to make their own decisions. During this phase the peasants were prepared for the exercise of power. But at other times, during the development of the struggle, specially when the decisions were centralized at the Municipal Committee of Pires do Rio, where the peasants did not participate, the pedagogical relation which was established was not able to forward class autonomy; this pedagogical relation contributed, in fact, to the continuity of subordination. The analysis of the Arrendo Struggle permits a return to the discussion about the Party/Class relationship and the role of the vanguard in a specific struggle.

BIBLIOGRAFIA

A- Teoria Geral

ARANTES, Antônio Augusto. O Que é Cultura Popular. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico. Trad. de Juvenal Haline Junior. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.

_____. La Formation de l'Esprit Scientifique. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1970.

_____. Conhecimento Comum e Conhecimento Científico. Revista Tempo Brasileiro (28): 27-46. Rio de Janeiro, jan/mar. de 1972.

BOSI, Alfredo. O Trabalho dos Intelectuais, segundo Gramsci. Revista Debate & Crítica (6): 95-104. São Paulo, jul./1975.

CARR, E.H. Que é História? Trad. de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é a Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. Crítica e Ideologia. Cadernos SEAF 1 (1): 17-32. Rio de Janeiro, Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, 1978.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Trad. de Affonso Blacheyre. 6a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia; o que é a Sociologia? Trad. de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 5a. ed. São Paulo, Difel, 1976.

GONZALEZ, Horacio. O que são Intelectuais. São Paulo, Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antônio. El "Risorgimento". Argentina, Granica, 1974.

_____. Concepção Dialética da História. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. Introdução à Filosofia da Práxis. Trad. de Serafim Ferreira. Lisboa, Edições Antídoto, 1978.

- GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Trad. de Luiz Mario Gazzaneo. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- LAPIDUS e OSTROVITIANOV. Manual de Economia Política. Trad. de Edson Bini e Armandina Venâncio. São Paulo, Global Editores, 1978.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Que Fazer? São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____. O Trabalho do Partido entre as Massas. Trad. de Fragmon Borges. Rio de Janeiro, Ed. Vitoria, 1961.
- _____. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- LIMOEIRO C., Miriam. Perspectiva Teórica. In: Ideologia do Desenvolvimento; Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 21-69.
- _____. La Construcción de conocimientos. Mexico, Ediciones Era, 1977.
- _____. O Mito do Método. Seminário de Metodologia Estatística. Rio de Janeiro, ago. 1971.
- LOWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A Favor de Gramsci. Trad. de Angelina Peralva. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MARX, Karl. Prefácio. In: Contribuição à Crítica da Economia Política. Trad. de Florestan Fernandes. São Paulo, Flamma, 1946.
- _____. O Capital. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d.
- _____. Manuscritos Econômico Filosóficos e Outros textos escolhidos/Karl Marx. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Trad. de Jose Carlos Bruni ... (et al). 2a. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- _____. Miséria da Filosofia. Trad. de Luis M. Santos.

Lisboa, Editorial Estampa, 1978.

MARX, K & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Trad. da versão espanhola. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1963.

_____. A Ideologia Alemã (Feuerbach). Trad. de João Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Gri-jalbo, 1977.

MATTICK, Paul. Integração Capitalista e Ruptura Operária. Porto, Regra do Jogo, 1977.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Ideologia e Intelectuais em Gramsci. Educação e Sociedade, (1): 71-92. São Paulo, set./78.

MOREL, Regina L. de Moraes. A Pesquisa Científica e Seus Condicionamentos Sociais. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

PEDROSA, Mário. A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa de Luxemburgo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Trad. de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ROUANET, Sérgio Paulo. Imaginário e Dominação. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978 (Coleção Diagrama).

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. Filosofia da Práxis. Trad. de Luiz Fernando Cardoso. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

TEXIER, Jacques. Gramsci, Teórico de las Superestructuras. Mexico, Ediciones de Cultura Popular, 1975.

TSE TUNG, Mao. Filosofia de Mao Tse Tung. Belém, Boi-Tempo, 1978 (Coleção Teoria Hoje).

B - Educação

BARREIRO, Júlio. Educación Popular y Proceso de Concientización. Mexico, Siglo Veintiuno, 1979.

BEZERRA, Aída. As Atividades em Educação Popular. CEI-Suplemento. (22): 2-21. Rio de Janeiro, out./78.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). A Questão Política da Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. Da Educação Fundamental ao Fundamental da Edu

- cação. Cadernos CEDES, São Paulo, (1): 5-34, Cortez Editora, 1980.
- _____. O que é a Educação. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____. O que é o Método Paulo Freire. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHARLOT, Bernard. A Mistificação Pedagógica. Trad. de Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e Educação. Educação e Sociedade, São Paulo, (5): 24-40, jan/80.
- COSTA, Beatriz. Para Analisar Uma Prática de Educação Popular. Cadernos de Educação Popular, Petrópolis, (1): 7-47, 1981.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- _____. Educação como Prática da Liberdade. 3a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
- _____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. Cartas à Guiné-Bissau. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. Ação Cultural para a Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. Educação e Mudança. Trad. de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martín. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo et alii. Vivendo e Aprendendo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, EDART, 1977.
- GADOTTI, Moacir. Ação Pedagógica e Prática Social Transformadora. Educação e Sociedade, São Paulo, (4): 5-14, set./79.
- _____. Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira. Educação e Sociedade, São Paulo, (8): 5-32, mar./81.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Trabalhadores Rurais e Educação. s.n.t.
- HARPER, Babette et alii. Cuidado, Escola! São Paulo, Brasiliense. 1980.

- JANNUZI, Gilberta Martino. Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobral. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- MANFREDI, Silvia Maria. Política: Educação Popular. São Paulo. Ed. Símbolo, 1978.
- MARTINS, José de Souza. A Valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural. Debate e Crítica, São Paulo, (2): 112-33, jan/jun. 1974.
- PAMPLONA, Marco Antônio Villela. A Questão Escolar e a Hegemonia como Relação Pedagógica. Cadernos do CEDES, São Paulo, (3): 2-30, s.d.
- PEREIRA, Luis & FORACCHI, Marialice M. Educação e Sociedade; Leituras de Sociologia da Educação. 7a. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.
- ROSSI, Wagner Gonçalves. Capitalismo e Educação. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
- VALLA, Victor Vincent et alii. Para uma Formulação de uma Teoria da Educação Extra-Escolar no Brasil; Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro (Relatório Final. Convênio FINEP/IESAE-FGV). Rio de Janeiro, IESAE, 1981 (mimeografado).

C - Brasil

a) Geral

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Peguesa História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas. Debate e Crítica, São Paulo, (6): 49-74, jul./75.
- ANTUNES, Ricardo L. C. O que é o Sindicalismo. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BARRIGUELI, José Cláudio. Educação e Programa Agrário do PCB. 1945-1947. Goiânia, Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Maio, 1981. (mimeograf.).
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. 4a. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 4 v.
- BEIGUELMAN, Paula. Os Companheiros de São Paulo. São Paulo, Símbolo, 1977.

- BEZERRA, Gregório. Memórias. Segunda Parte: 1946-1969. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- BOSI, Ecléa. Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras de Operários. Petrópolis, Vozes, 1973.
- _____. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960 - 1972, 7 v.
- CANEDO, Letícia Bicalho. O Sindicalismo Bancário em São Paulo. São Paulo, Símbolo, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios. 3a. ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene. Conciliação e Violência na História do Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (2): 189-227, ago. 1978.
- CHALOUT, Yves. Estado, Acumulação e Capitalismo Interno. Petrópolis, Vozes, 1978.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DEL PICCHIA, Pedro. O PCB no Quadro Atual da Política Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente. Debate e Crítica, São Paulo, (1): 48-66, jul/dez. 1973.
- _____. A Revolução Burguesa no Brasil; Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FREDERICO, Celso. A Memória das Greves Operárias. Contexto, São Paulo, (3): 19-32, jul./1977.
- IANNI, Octávio. Populismo e Classes Subalternas. Debate e Crítica, São Paulo, (1): 7-17, jul./dez. 1973.
- _____. O Colapso do Populismo no Brasil. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- KONDER, Leandro. O PCB no Imediato Pós-Guerra (1945-1946). Revista Temas, São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, (8): 103-14, 1980.
- LAVIGNE, Eusíbio. Os Espíritas e o Comunismo. O Estado de Goiaz, Uberlândia, 26 dez. 1945.

- LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. 2a. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- MARTINS, José de Souza. Sobre o Modo Capitalista de Pensar. 2a. ed. São Paulo, Hucitec, 1980.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARIGHIELLA, Carlos. A Religião, o Estado, a Família. Revista Problemas, Rio de Janeiro, 1 (2): 21-34, set./47.
- MOISÉS, José Alvaro. Greve de Massa e Crise Política. São Paulo, Polis, 1978.
- MORENA, Roberto. Bate-Papo Com um Proleta no Exílio. Entrevista concedida a Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz e Sérgio Ribeiro Granja. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (13): 11-48, jul. 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. 6a. ed. São Paulo, Difel, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. 3a. ed. Seleções CEBRAP, São Paulo, Brasiliense, (1): 7-78, 1977.
- _____. Elegia Para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PEREIRA, Astrojildo. Formação do PCB. 1922/1928. Lisboa, Prelo Editora, 1976.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 4a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- _____. Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. 8a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- _____. História Econômica do Brasil. 6a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- PRESTES, Anita Leocádia. A que Herança os Comunistas devem Renunciar? s.n.t.

- QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. O Surto Industrial de 1880-1895. Revista Debate e Crítica, São Paulo, (6): 95-104, jul. 1975.
- ROWLAN, Robert. Classe Operária e Estado de Compromisso. Estudos CEBRAP, São Paulo, (8): 5-40. abr./jun. 1974.
- SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas difundem o Capital e mudam Estruturas Sociais. Revista Contexto, São Paulo, (4): 31-44, nov. 1977.
- SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo, Editora de Ciências Humanas, 1981.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 4a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- _____. Emprego e Urbanização no Brasil. Estudos CE - BRAP, São Paulo, (1): 93-137, jan./mar. 1977.
- SODRÉ, Neson Werneck. Contribuição à História do PCB. Revista Temas, (8): 79-102, 1980.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo. São Paulo, Símbolo, 1980.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 7a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- TROYANO, Annez Andraus. Estado e Sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VALLA, Victor Vincent. A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira. 1898/1928. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
- WEFFORT, Francisco. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra). Estudos CEBRAP, São Paulo, (4): 65-105, abr./jun. 1975.
- _____. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

b) Estudos Agrários

- ABRAMOVAY, Ricardo. Lutas Sociais no Campo. Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, (9): 57-62, 1979.
- ANDRADE, Manoel Correia de. O Planejamento Regional e o

- Problema Agrário no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1976.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957-64). Revista Temas, São Paulo, (8): 115-32, 1980.
- ARROYO, Gonzalo. As Multinacionais e a Agro-Indústria. Cadernos do CEAS, Salvador, (59): 18-33, jan./fev. 1979.
- BEIGUELMAN, Paula. A Crise do Escravismo e a Grande Imigração. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Le Syndicat Paysan comme Instrument Institutionnel de Participation - Le cas du Nordeste du Brésil. Août 1969 (Thèse).
- CALDEIRA BRANT, Vinicius. Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudos CEBRAP, São Paulo, (19): 37-91, jan./mar. 1977.
- DIAS, Antônio & ROLEMBERG, Eliana. Opressão e Luta no Campo. Cadernos do CEAS, Salvador, (68): 20-30, jul./ago. 1980.
- DUARTE, João Carlos & QUEDA, Oriwaldo. Agricultura e Acumulação. Debate e Crítica, São Paulo, (2): 90-97, jan./jun. 1974.
- FERREIRA, Antônio Carlos de Moura. Atuação da Igreja Junto aos Trabalhadores Rurais. Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, (9): 41-50. 1979.
- FOREMAN, Shepard. Camponeses: Sua Participação no Brasil. Trad. de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREDERICQ, Antoinette. A "BABÁ" do Brasil; Algumas Informações sobre a Nestlé e seus Fornecedores de Leite. Cadernos do CEAS, Salvador, (67): 22-33, maio/jun. 1980.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (10): 71-89, abr. 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. Estrutura Agrária e Produção da Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978.
- GRAZIANO SILVA, José. Para onde Vai a Agricultura? Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (10): 58-69, abr. 1979.
- _____. O que é a Questão Agrária. São Paulo, Brasili

ense, 1980.

GRZYBOWSKI, Cândido. Formation de la Structure Agraire au Rio Grande do Sul. Thèse de Troisième Cycle Présentée à L'Institut d'Étude du Développement Économique et Social. Université de Paris I, 1979 (mimeog.). 2 v.

GUILHERME VELHO, Otávio. A Propósito de Terra e Igreja. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (22): 157-168, abr. 1980.

HUIZER, Gerrit. El Potencial Revolucionário del Campesino en America Latina. Mexico, Siglo Veintiuno, 1973.

IANNI, Otávio. O Estado e o Trabalhador Rural. Contexto, São Paulo, (4): 1-15, nov. 1977.

_____. A Luta pela Terra. 2a. ed. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970). Estudos Cebrap, São Paulo, (22): 41-110, out./dez. 1977.

_____. Do Latifúndio à Empresa. Estudos CEBRAP, São Paulo, (26). 2a. ed. 1978.

_____. Desenvolvimento Capitalista e Estrutura Agrária no Brasil. Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, (9): 9-16, 1979.

MARIGHELLA, Carlos et alii. A Questão Agrária no Brasil : Textos dos Anos Sessenta. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira Editora, 1975.

_____. O Café e a Gênese da Industrialização em São Paulo. Revista Contexto, São Paulo, (3): 1-17, jul. 1971.

_____. As Relações de Classe e a Produção Ideológica da Noção de Trabalho. Revista Contexto, São Paulo, (5): 37-53, mar. 1978.

_____. Ciência e Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roça. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (12): 243-48, jun. 1979.

- MARTINS, José de Souza. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (22): 199-222, abr. 1980.
- _____. Terra de Negócio e Terra de Trabalho; Contribuição para o estudo da Questão Agrária no Brasil. Cadernos do CEAS, Salvador, (67): 34-44, maio/jul. 1980.
- _____. Lutando pela Terra: Índios e Posseiros na Amazônia Legal. s.n.t. (mimeografado).
- OLIVEIRA, Francisco de. O Banquete e o Sonho. Cadernos de Debate, São Paulo, Brasiliense, (3), 1978.
- PALMEIRA, Moacir. Latifundium et Capitalisme au Brésil. Lecture Critique d'un Débat. Thèse de Troisième Cycle. Paris, Université de Paris, Faculté de Lettres et Sciences Humaines, 1971 (mimeografado).
- PASSOS G., Alberto. Quatro Séculos de Latifúndio. São Paulo, Fulgor, 1963.
- PRESTES, Luiz Carlos. A Reforma Agrária. Revista Problemas. Rio de Janeiro, 1 (1): 5-20, ago. 1947.
- SÁ JUNIOR, Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura Nordeste e a Função das Atividades de Subsistência. 3a. ed. Seleções CEBRAP, São Paulo, Brasiliense, (1): 79-134, 1977.
- SILVA, José Gomes da & GUEDES P., Luiz Carlos. Reforma Agrária - A Solução para o Problema do Bóia-Fria. Cadernos do CEAS, Salvador, (54): 35-42, mar./abr. 1978.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SMERECANYL, Tomás. Sugestão de um novo Esquema de Análise do Setor Agropecuário. Contexto, São Paulo, (4): 127-135, nov. 1977.
- VEIGA, José Eli. O que é a Reforma Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- VINHAS, Mário. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel et alii. Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. Campinas, Universidade Estadual

de Campinas, Grupo de Estudos Agrários. Versão Preliminar para discussão. 1979 (mimeografado).

D - Goiás.

ARAÚJO, Délio Moreira de. A Estrada de Ferro no Estado de Goiás. Estudos Goianienses. Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 11 (2): 85-98, 1974.

BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás. Goiânia, Oriente, 1978.

BRASIL, Antônio Americano do. Pela História de Goiás. Goiânia, Editora da UFG, 1980.

BRASIL, Presidência da República. Conselho de Imigração e Colonização. Goiás, uma Nova Fronteira Humana. Rio de Janeiro, abr. 1949.

CÂMARA, Jaime. Os Tempos de Mudança. 2a. ed. Goiânia, Cultura Goiana, 1973.

CARNEIRO, Maria Esperança. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas. Texto para discussão no Grupo Movimentos Sociais no Campo. Goiânia, Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, maio 1981. (mimeogr.).

CASSIMIRO, Maria do Rosário. Desenvolvimento da Educação no Interior do Brasil; Goiás no Complexo Regional do Centro-Oeste. Tese. São Paulo, USP, 1972.

CASSIMIRO, Maria do Rosário et alii. Análise Preliminar para uma Diagnose do Estado de Goiás. Goiânia, DEC, 1971.

COSTA, Cléria Botelho da. Estado e Luta dos Posseiros. Goiás 1961-1963. Tese. Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, 1978.

COSTA, José Pereira. Orizona. s.l., s.e., 1944.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. O Desenvolvimento das Comunidades de Goiás. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia, (6): 129-63, dez. 1977.

DAYRELL, Eliane Garcindo. Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Tese. São Paulo, USP, 1975.

_____. PCB em Goiás. 1933-1948. s.n.t.

DOLLES, Dalísia Elisabeth Martins et alii. Interpretação

- Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento Agro - pecuário no Contexto Econômico e Social da Região. Goiânia, s.e., s.d. (mimeografado).
- EIAP-FGV, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (1930-1975). vol. VI. Rio de Janeiro, s.e., s.d.
- GARCIA, José Godoy. O Caminho de Trombas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- GUIMARÃES, Haroldo de Brito. O "Grilo" em Goiás: Sua História, seus Métodos e sua Derrota. Revista de Direito, Goiânia, (9): 222-31, jun. 1973.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. Informações da Atuação do PCB no Campo em Goiás a partir de 45/46. s.n.t.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. Pires do Rio; Marco da História de Goiás. Goiânia, Roriz, 1977.
- PALACIN, Luiz. Goiás; Estrutura e Conjuntura Numa Capitania de Minas. Goiânia, Oriente, 1972.
- PONTES, Hildebrando. História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central. Uberaba, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.
- RABELO, Francisco Chagas Evangelista. Governo Mauro Borges: Tradicionalismo e Mobilização Social em Goiás. Tese. Belo Horizonte, UFMG, 1975.
- ROSA, Joaquim. Por Esse Goiás Afora... Goiânia, P.D. Araújo, 1974.
- SOUZA, José Bernardo Felix de. As Eleições Goianas. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, (16): 272-89, jan. 1964.
- TOSCANO, Gabriela & CASTRO, Nadya Araújo. Determinantes Sócio-Econômicos do Radicalismo Eleitoral: O Caso de Goiás. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 7, (1): 117-48, jan./mar. 1973.
- WAIBEL, Leo. Uma Viagem de Reconhecimento ao Sul de Goiás. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 10, (3), s.d.

E - Documentos

CONTAG. Questões Agrárias. Legislação Trabalhista Rural - Documento nº 7, Brasília, dez. 1978.

_____. Anais do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, dez. 1979.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Documentos: Vinte Anos de Política. 1958-1979. São Paulo, Editora de Ciências Humanas, 1980.

EMATER, Secretaria de Agricultura. Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural. Goiânia, 1977.

FETAEG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. Pesquisa sobre a Situação do Bóia-Fria em Goiás. Goiânia, 1977.

GOIÁS, Governo Mauro Borges Teixeira. Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás. Goiânia, 1961. 2v.

GOIÁS, Secretaria de Educação. Plano Estadual de Educação. Goiânia, Unidade de Informações Culturais e Ocupacionais, s.d.

F - Jornais e Revistas do Período

O ESTADO DE GOIAZ - Semanário.n. 1 - 73, Pires do Rio, 1932-1934.

_____. Uberlândia, 1934 - 1946.

_____. Goiânia, 1951-1953.

FOLHA DE GOIAZ. Goiânia, 1945-1952.

REVISTA PROBLEMAS. Rio de Janeiro, 1947-1948.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, Goiânia, 1947.

Tese apresentada aos senhores

Cândido Grzybowski

Cândido Grzybowski

Nome dos

Victor Vincent Valla

componentes

Victor Vincent Valla

da banca

Ivandro Costa Salles

examinadora

Ivandro Costa Salles

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro,

Newton Lourenço

Coordenador Geral de Ensino

Maria Inês Costa Salles

Coordenador Geral de Pesquisa